



URI

SÃO LUIZ
GONZAGA

RICADI

Revista
Interdisciplinar

Contabilidade, Administração e Direito



RICADI



Revista

Interdisciplinar

**Contabilidade, Administração e
Direito**

ISSN 2526-1851

Vol. 3

UNIVERSIDADE REGIONAL INTEGRADA DO ALTO URUGUAI E DAS MISSÕES

Reitor

Luiz Mario Silveira Spinelli

Pró-Reitor de Ensino

Arnaldo Nogaro

Pró-Reitor de Pesquisa, Extensão e Pós-Graduação

Giovani Palma Bastos

Pró-Reitor de Administração

Nestor Henrique de Cesaro

Diretor do Departamento de Ciências Sociais Aplicadas

Osmar Antonio Bonzanini

Diretora Geral – São Luiz Gonzaga

Dinara Bortoli Tomasi

Coordenador do Curso de Ciências Contábeis – São Luiz Gonzaga

Cirino Calistrato Rebello

Coordenador do Curso de Administração - São Luiz Gonzaga

Revis Catiano Feijó Moura

Coordenadora do Curso de Direito – São Luiz Gonzaga

Cristiane Menna Barreto Azambuja

Equipe editorial

Cristiane Menna Barreto Azambuja

Juliana Bedin Grandó

Roberto Carlos Dalongaro

Conselho científico nacional e internacional

Andressa Schaurich dos Santos

Camila Borges Fialho

Cláudia de Freitas Michelin

Daniel Knebel Baggio

Daniela Bortoli Tomasi

Gilmar Antônio Bedin

Jorge Guillermo Odriozola

Lucas Almeida dos Santos

Luciano de Almeida Lima

Lurdes Marlene Seide Froemming

Maiquel Ângelo Dezordi Wermuth

Révis Catiano de Moura

Vando Knob Hartmann

Volnei José Righi

Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – São Luiz Gonzaga

José Bonifácio, 3149. CEP 97800-000.

São Luiz Gonzaga – RS

Tel: (55) 3352-8150. Site: <http://urisaoluiz.com.br/site/>

RICADI



Revista

Interdisciplinar

**Contabilidade, Administração e
Direito**

ISSN 2526-1851

Vol. 3

Apresentação

Neste momento em que estamos concluindo mais uma etapa da vida acadêmica e partindo do pressuposto de que, ao escrever, materializamos as experiências, a URI São Luiz Gonzaga lança a terceira edição da **Revista Interdisciplinar Contabilidade, Administração e Direito – RICADI**, constituindo, assim, um espaço acadêmico voltado à concretização da formação técnica e científica do cidadão.

Com vistas a aproximar a realidade prática do contexto formal e conceitual das distintas profissões, vislumbramos a URI São Luiz Gonzaga como uma Universidade que desafia os indivíduos a buscar a transformação permanente de si e do meio, em uma perspectiva de crescimento sustentável, até mesmo estimulando a superação de comodismos e de zonas de conforto.

No presente volume, os textos estão agrupados a partir de suas grandes temáticas: Ciências Contábeis, Administração e Direito. O Curso de Ciências Contábeis apresenta três tópicos relevantes e atuais: - “A contabilidade e sua evolução no contexto brasileiro: uma análise ao longo do desenvolvimento da profissão contábil”; - “Indicadores financeiros como ferramenta de gestão: análise comparativa realizada em uma empresa de confecção”; e - “e-Social: fatores impactantes nas obrigações das empresas”.

Administradores e futuros profissionais da Administração escrevem sobre os seguintes temas: - “Diagnóstico empresarial como ferramenta de melhoria: o caso Mult Cópias”; - “Aprendendo a empreender: análise do perfil empreendedor de alunos do terceiro ano do ensino médio”; e – “Princípios da ética na gestão pública: tema para a reflexão”.

O Curso de Direito, por sua vez, aborda os seguintes temas: - “Lei 12.965/14 (marco civil da *internet*) e a garantia do direito à privacidade nas redes sociais na *Internet*”; - “Direito e Literatura: análise de *Os ombros suportam o mundo*, de Carlos Drummond de Andrade, e a promoção da justiça social e dos direitos humanos”; - “O crime de tráfico externo e interno de pessoas e as recentes alterações do código penal: reflexões críticas gênero e violência em São Luiz Gonzaga”.

Outra significativa contribuição com esta edição da RICADI vem da Professora de Português e de Civilização Brasileira da Universidade *Sorbonne Nouvelle – Paris 3*, Brigitte Thiérion, com o artigo intitulado *Milton Hatoum, le regard du chroniqueur* (“Milton Hatoum, o olhar do cronista”). Trata-se de um trabalho de

crítica literária sobre o escritor amazonense, Milton Hatoum, pensado dentro do Departamento de Estudos Ibéricos e Latinoamericanos da citada universidade francesa.

Com o intuito de orientar o leitor na trajetória de sua leitura, destacamos que três textos premiados no *XI Colóquio Internacional: Conhecimento, Inovação, Tecnologias*, realizado de 25 a 28 de outubro de 2017 na URI São Luiz Gonzaga, produzidos pelos acadêmicos e professores dos Cursos de Ciências Contábeis, Administração e Direito, estão contemplados nesta Revista, quais sejam: “e-Social: fatores impactantes nas obrigações das empresas” (Ciências Contábeis), “Princípios da ética na gestão pública: tema para a reflexão” (Administração) e “O crime de tráfico externo e interno de pessoas e as recentes alterações do código penal: reflexões críticas gênero e violência em São Luiz Gonzaga” (Direito).

Desejamos a todos uma ótima leitura e que se sintam inspirados a materializar suas experiências escrevendo para as futuras edições da RICADI.

Abraço fraterno,

Dinara Bortoli Tomasi
Diretora-Geral

Palavra da Equipe editorial

Ao findar do ano de 2017, a Revista Interdisciplinar Contabilidade, Administração e Direito da URI – São Luiz Gonzaga - chega ao seu terceiro volume. Objetivando o compartilhamento de ideias e conhecimentos, o novo volume retrata debates atuais sobre temáticas que perfazem a área das ciências sociais aplicadas.

Este novo volume consagra a alegria da URI – São Luiz Gonzaga e da RICADI em ter logrado inserção no sistema Qualis - CAPES logo em seu primeiro ano, com a classificação de periódicos no Quadriênio 2013-2016 de B5 para Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis, Turismo e Sociologia e C para o Direito, fato que demonstra a qualidade dos textos já publicados.

O terceiro volume traz uma novidade aos volumes anteriores, pois, levando-se em consideração os objetivos propostos pela Revista, traz a publicação dos artigos premiados no XI Colóquio Internacional – Conhecimento, Inovação e Tecnologias, realizado nos dias 25 a 28 de outubro do corrente ano na URI – São Luiz Gonzaga, nos Grupos de Trabalhos “Gestão Contábil de Finanças” , “Administração: Empreendedorismo e Inovação” e “O Direito e a Cidadania Como Instrumentos de Construção e de Transformação da Sociedade”, que perfazem as áreas de abrangência da Revista.

Desse modo, esta edição da RICADI apresenta-se com três artigos da área de Ciências Contábeis, três da área de Administração e quatro da área do Direito e, ainda, um texto internacional publicado em língua francesa sobre a temática de gênero.

A Equipe Editorial da Revista agradece a todos pelo envolvimento e dedicação na construção deste volume, desejando que este possa ser uma fonte de pesquisa a todos que desejarem.

Um fraterno abraço a todos,
Equipe editorial - RICADI

Sumário

CONTABILIDADE.....	10
1. A contabilidade e sua evolução no contexto brasileiro: uma análise ao longo do desenvolvimento da profissão contábil - <i>Paulo Henrique Leal, Bruno Figueiredo dos Santos</i>	10
2. Indicadores financeiros como ferramenta de gestão: análise comparativa realizada em uma empresa de confecção - <i>Volmir Antonio Righi, Roberto Carlos Dalongaro, Cirino Calistrato Rebello, Luiz Lorimar Lucca</i>	24
3. E-social: fatores impactantes nas obrigações das empresas - <i>Gyane Borges, Aécio Adams de Moraes, Rodrigo Bouch</i>	37
ADMINISTRAÇÃO.....	48
1. Diagnóstico empresarial como ferramenta de melhoria: o caso mult-cópias - <i>Iury Teixeira de Sevilha Gosling</i>	48
2. Aprendendo a empreender: análise do perfil empreendedor de alunos do terceiro ano do Ensino Médio - <i>Luciane de Oliveira, Roberto Carlos Dalongaro, Amanda Oliveira Ramadam, Amanda Antonello Giuliani</i>	67
3. Princípios da ética na gestão pública: tema para a reflexão - <i>José Konzen, Luciane de Oliveira</i>	81
DIREITO.....	93
1. Lei 12.965/14 (Marco Civil da Internet) e a garantia do direito à privacidade nas redes sociais na internet - <i>Luciano de Almeida Lima</i>	93
2. Direito e Literatura: análise de “Os ombros suportam o mundo”, de Carlos Drummond de Andrade, e a promoção da justiça social e dos direitos humanos – <i>Daniela Bortoli Tomasi</i>	111
3. O crime de tráfico externo e interno de pessoas e as recentes alterações do Código Penal: reflexões críticas – <i>Almir Vitório Signor Junior, Diana Casarin Zanatta</i>	122
4. Gênero e violência em São Luiz Gonzaga - <i>Daniela da Silva Colbeck, Sonia Bressan Vieira</i>	136
ARTIGO INTERNACIONAL.....	151
1. Milton Hatoum: Le regard du chroniqueur – <i>Brigitte Thiérion</i>	151

A CONTABILIDADE E SUA EVOLUÇÃO NO CONTEXTO BRASILEIRO: UMA ANÁLISE AO LONGO DO DESENVOLVIMENTO DA PROFISSÃO CONTÁBIL

Paulo Henrique Leal¹
Bruno Figueiredo dos Santos²

RESUMO

Este trabalho buscou abordar o processo evolutivo da Contabilidade e teve como objetivo de evidenciar a evolução da contabilidade dentro da sociedade, suas relações e principalmente a sua relevância dentro do contexto histórico brasileiro. Para tanto, realizou-se uma pesquisa bibliográfica que possibilitou encontrar a origem desta ciência e fatos que nortearam a sua evolução em contabilidade no país. Assim, verificou-se que a Contabilidade sempre acompanhou a civilização no seu desenvolvimento, pois busca se desenvolver junto com ela para atender às necessidades da sociedade, chegando-se a conclusão que a evolução da contabilidade é determinada pelo momento atual do mercado, atendendo a padrões do panorama atual da informatização.

Palavras-chave: Contabilidade; Evolução; Panorama atual.

ABSTRACT

This paper seeks to approach the evolutionary process of Accounting and aimed to highlight the evolution of accounting in society, their relationships and especially its relevance within the Brazilian historical context. For this, it was made a bibliographical research that allowed to find the origin of this science and facts that guided its evolution in accounting in the country. Thus, it has been verified that Accounting has always accompanied civilization in its development, since it seeks to develop with it to meet the needs of society, coming to the conclusion that the evolution of accounting is determined by the current moment of the market, taking into account the current panorama of computerization.

Keywords: Accounting; Evolution; Actual panorama.

1 Introdução

¹ Mestre em Administração e Controladoria pela Universidade Federal do Ceará – PPAC/UFC. Atua como professor e pesquisador do curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará – UNIFESSPA. E-mail: paulo.leal@unifesspa.edu.br

² Graduando em Ciências Contábeis pela Faculdade de Juazeiro do Norte – FJN. E-mail: b.figueiredo16@gmail.com

No início do século XXI se tornou óbvio, que no ambiente moderno dos negócios, uma contabilidade gerencial que tenha por base um modelo exclusivamente financeiro, não mais consegue propiciar as informações necessárias para dar apoio à gestão das empresas nas suas mais importantes decisões. Sendo a contabilidade a principal ferramenta de tomada de decisões por parte dos administradores na gestão das empresas, foi necessária uma série de mudanças no modelo contábil-financeiro de fornecer tais informações a fim de que esta principal função continuasse a ser utilizada.

De acordo com Schmidt (2000), embora se tenha por costume considerar a obra *La Summa de Arithmetica, Geometria, Proportioni et Proportionalitá* do Frei Luca Pacioli como o nascimento, o início, da Contabilidade, uma série de descobertas arqueológicas vem alterando esse pensamento, e levando-nos a enxergar a Contabilidade como advinda da era pré-histórica, juntamente com a origem das civilizações. Muitos autores, assim como Schmidt, acreditam que desde que a sociedade foi sendo constituída ela está intrinsecamente ligada à ciência contábil. Dessa forma a Contabilidade se apresenta como uma ciência social, pois se desenvolve junto com as necessidades da sociedade.

Além disso, Braga (2003) afirma que o desenvolvimento da tecnologia provocou nas empresas, a necessidade de buscar maior eficácia, levando-as ao aperfeiçoamento dos métodos e dos processos administrativos. Assim, percebe-se a importância da evolução da contabilidade no que concerne a sua evolução ao longo dos anos.

Ao longo dos anos o homem entendeu que a importância de controlar o que se ganhava era essencial para a multiplicação dos lucros, e que a Ciência Contábil poderia auxiliá-lo a ter esse controle. Além disso, é necessária a ação do homem para que esta ciência seja modificada, pois apesar de utilizar de métodos, ela não se tratava de uma ciência exata e sim social (HENDRIKSEN; BREDA, 1999). Dessa forma, à medida que a sociedade foi se desenvolvendo a contabilidade foi junto com ela se aprimorando e se adequando a essas mudanças.

Observa-se que a partir das novas tecnologias, a Contabilidade ganhou importante espaço no processo da tomada de decisões da empresa. O contador tornou-se um profissional que opina e que influencia para dar mais dinamismo a todas as partes

da organização. Para isto tornou-se necessário que este profissional mudasse o seu modo de trabalhar e de se posicionar no mercado de negócios. O que pode ser visto hoje são diversos profissionais que a partir da graduação constroem uma brilhante carreira com mais de uma especialização, várias experiências profissionais e cursos de aprimoramento, e o principal, profissionais preocupados em estar aptos e capacitados pra atender as necessidades da sociedade.

A partir do pressuposto de que só conhecemos o presente com base em informações e acontecimentos do passado e que só é possível estudar o futuro com base no presente é que foi realizado este estudo. É preciso conhecer a origem da Contabilidade e os fatores ligados a sua evolução para permitir que meios mais adequados de atender as necessidades atuais sejam elaborados.

Através de uma investigação dos fatos históricos foi verificado como foi esse processo evolutivo da contabilidade, desde o início da civilização até os dias de hoje. Assim, este estudo teve objetivo de evidenciar a evolução da contabilidade dentro da sociedade, suas relações e principalmente a sua relevância dentro do contexto histórico brasileiro.

A fim de demonstrar que a Contabilidade evoluiu diante de tantas mudanças e do desenvolvimento das relações sociais, foi realizado um estudo do processo histórico para entender como se deu esse desenvolvimento e porque ele foi necessário. Desta forma, foi realizada uma revisão na literatura que trata sobre a história da Contabilidade. Também foi analisado o perfil do profissional contábil frente a esses avanços inclusive os avanços tecnológicos.

2 Desenvolvimento

2.1 Os primórdios da Contabilidade

Em sua obra, Schmidt (2000) discorre a respeito das origens da Contabilidade e aborda a tese de que o seu início se deu junto com o das primeiras civilizações. Pinsky (2003) enxerga o início da Contabilidade bem anterior a este citado por Schmidt. Ela considera que durante o Neolítico, onde foi o início da escrita como aparecimento de símbolos, é que ocorreu também o início da contabilidade, pois as

informações deixadas nas paredes das cavernas tinham informações de todo o dia a dia daquela sociedade, inclusive sobre o comércio existente na época. A necessidade de registrar as operações no comércio fez com que na civilização Mesopotâmia fosse aprimorada a escrita, apareceu nesse período um modo de escrita cuneiforme. Ocorreu processo semelhante com a numeração. Com o aumento das quantidades surgiu a necessidade de estabelecer sinais específicos para os números maiores. Criou-se um sistema decimal, porém o sexagesimal foi o que predominou na Suméria por volta de 2.500 a.C.. Os Incas do Peru empregavam o quippus, que eram cordinhas com fios de diversas cores e nós usados para fazer contas.

Na obra *A História Concisa da Escrita*, Charles Higounet ressalta que o uso de materiais mais duros como suporte para fazer as inscrições como a pedra, o osso e alguns metais além de materiais menos duros como a madeira, a tela, tabuleiros de seda, pois estes davam forma mais livre a escrita. Esse processo evolutivo possibilitou a utilização de produtos minerais, como o giz, o carvão e a grafite; depois a tinta tornou-se o material usado para fixar a escrita sobre seu suporte. No século XV, a invenção da imprensa e a construção desde então de diversas 'máquinas de escrever' substituíram esses instrumentos manuais por meios mecânicos de escrita.

Para Ludícibus e Marion (2002) a Contabilidade demorou bastante a se desenvolver como uma ciência propriamente dita, pois para eles, essa fase da ciência somente começou no século XIX quando em 1836, a Academia de Ciências da França adotou a Contabilidade como ciência social, e assim também entenderam grandes pensadores modernos de nossa disciplina.

Pode-se verificar que o surgimento da contabilidade está ligado à necessidade de avaliar e registrar a riqueza do homem em uma época onde não existiam moedas, números ou escrita. Como também que a necessidade do registro e controle do patrimônio cresceu junto com o comércio e com todas as suas relações.

Muitos estudiosos consideram que a autoria dos métodos contábeis é dos templos religiosos, pois foi neles que se deu o processo de registro, a escrituração contábil, e por controlarem a economia. No entanto, existem correntes de

pensamento que concedem a autoria dos métodos contábeis à Mesopotâmia, pois esta civilização nos deixou legados como, o sistema decimal, o calendário, os pesos e as medidas e até o alfabeto cuneiforme que inspirou o que usamos (SÁ, 1999).

Pode-se dizer que é quase um consenso que a Contabilidade pouco evoluiu antes da escrita. Foi somente após o aparecimento da escrita que as formas de fazer contabilidade obtiveram mudanças significativas. Além da escrita, os aparecimentos dos números e da moeda permitiram que os registros contábeis pudessem ser efetuados com a percepção de valores. Isso contribuiu para que o patrimônio das pessoas físicas e jurídicas fossem melhores avaliados. Além disso, constatou-se que as negociações comerciais se tornaram maiores e mais frequentes. Foi devido a esse crescimento nas relações de negócios que passou a haver a necessidade de registrar, documentar e controlar essas operações.

Análises feitas em vários fatos históricos mostram que na biblioteca de Alexandria, criada por Alexandre o grande em 332 a.C., já existiam vários registros contábeis e registros de um sistema contábil considerado sofisticado para esta época e que tinha uma pequena semelhança com o sistema das partidas dobradas, criada pelo frei Lucca Pacioli.

Durante a era Medieval surgiram muitas inovações na área da indústria, da mineração e da metalurgia e isso culminou com o aumento das relações do comércio e isso gerou a necessidade de ser feito o registro dos recebimentos e pagamentos diários o que, futuramente, resultou no livro caixa. Foi devido ao acúmulo de excedentes que ocorreu a evolução do sistema feudal. Por volta do século X, houve um aumento na movimentação das riquezas que gerou uma expansão no comércio. Já no século XII, o comércio aquecido levou ao reaparecimento de instituições financeiras, de empreendimentos bancários a crescer.

Segundo Schmidt (2000), alguns historiadores relatam que a contabilidade passou um longo período estagnada, sem evoluir. Após a publicação da obra de Pacioli houve um período de crescimento jamais visto. Podemos dizer que antes da publicação deste livro, a contabilidade se restringia a fazer cálculos comerciais e escrituração contábil, pois a escrituração realizada naquela época era bastante mecânica e tinha a importância apenas de fazer o registro de um valor em uma

determinada conta. A partir da utilização do método das partidas dobradas, foi possível organizar as informações contábeis e fornecer um parecer sobre os negócios.

A obra de Luca Pacioli deixou um grande legado à contabilidade, como a definição de inventário; explicações mais detalhadas de como realizar os registros contábeis; a organização dos lançamentos contábeis em livros que ele chamou de *memoriale* (eram feitos registros a medida que iam acontecendo os eventos), *giornale* (livro diário) e *quaderno* (livro razão). Outra inovação é que estes livros passaram a ser registrados para que não houvesse fraudes nos registros. Além disso, ele propôs nesta obra que o fosse feito registro das despesas e das receitas e que ele fosse tratado como um resultado financeiro e levado para o final do ano e também que fosse feito o confronto entre os lançamentos do livro fiscal e do diário.

Na Itália, por volta de 1880 com a publicação de *La ragioneria* de Fabio Besta, teve início a Escola Controlista. Nesta obra o autor faz algumas distinções entre a administração econômica e a administração geral. Para ele “o controle econômico deve impedir todo consumo inútil, todo desperdício de forças econômicas, toda subtração culpável. [...] é a Contabilidade que pode ser entendida como a ciência do controle econômico” (SCHMIDT, 2000, p. 74). Para Lopes de Sá (1997) a obra *La ragioneria* deu origem ao Neocontismo. Na França, Jean Dumarchey publicou o livro *Teoria Positiva da Contabilidade*, onde afirmava que o valor era o fundamento das contas e de suas investigações. Já na Alemanha, Leo Gomberg foi o precursor da Escola Reditualista. Lopes de Sá entende que os Reditualistas enxergavam que o lucro era o objeto de estudo da contabilidade.

2.2 A Ciência Contábil no Brasil

Paulo Schmidt (2000) divide a Contabilidade brasileira em dois grandes momentos, o primeiro que tem início na colonização do Brasil pelos portugueses, em 1500, e vai até 1964, quando houve uma grande mudança no modo de lecionar contabilidade nas faculdades, este segundo momento se estende até os dias atuais.

Até ser proclamada a Independência do Brasil, no ano 1822, a contabilidade era desenvolvida de maneira bastante rudimentar no Brasil. Enquanto na Europa, a

contabilidade se desenvolvia sendo movida pelos avanços das revoluções industriais, aqui no Brasil foram os ciclos do pau-brasil, da cana-de-açúcar e do ouro, durante o período colonial que movimentaram bastante as relações comerciais e as migrações, tornando necessário um maior controle das riquezas que circulavam. Devido a extração de ouro foi necessário criar um órgão que fiscalizasse e dirigisse a extração e também cobrasse tributos à Corte sobre tudo o que era extraído.

Apesar de todas essas inovações, foi somente após a Proclamação da República que a profissão do contábil foi regularizada. A criação de um curso que oficializava a profissão através do Grêmio dos Guarda-Livros. Nesse momento o Brasil passava por um intenso crescimento econômico devido a sua primeira revolução industrial. Em 1902 surge, sob influência italiana, a Escola Prática de Comércio e em 1905 são regulamentados os cursos de Guarda-Livros e de Perito-Contador. Cada comércio tinha o seu guarda-livros e eles eram responsáveis por fazer: toda a contabilidade das firmas, a escrituração contábil, os contratos e distratos, os pagamentos, enfim, assumiam a função do que conhecemos hoje por setor contábil e financeiro de uma empresa.

O curso de contabilidade correspondia ao curso de guarda-livros. A grade curricular deste novo curso era composta por um grupo de disciplinas de cultura geral e outro de cultura técnica que continha contabilidade geral, comercial, bancária, industrial (BARROS LEITE, 2005).

Outros acontecimentos ainda nesta primeira etapa do desenvolvimento da contabilidade no Brasil foram: a regulamentação da profissão do Contador em 1931 e o aparecimento da primeira Lei das Sociedades por Ações, em 1940, que orientava a Contabilidade quanto aos procedimentos que ela deve seguir nas empresas. Já em 1946 foi fundada a primeira Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas da Universidade de São Paulo nela foi instituído o primeiro curso de Contabilidade do Brasil. Além disso, no mesmo ano foi criado o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Contabilidade.

Para Schmidt (2000), a segunda fase do desenvolvimento da Contabilidade no Brasil teve início em 1964 com a introdução do método de ensino contábil segundo a Escola Norte Americana.

Outros acontecimentos marcantes foram a publicação das Normas Brasileiras de Contabilidade pelo Conselho Federal de Contabilidade, resolução CFC nº 529; e também a publicação dos Princípios Fundamentais da Contabilidade, como regras que orientaram o trabalho dos contadores, através da resolução CFC nº 750, sendo que estes são considerados hoje como premissas da contabilidade.

2.3 A informatização na Contabilidade

O advento da internet ajudou pessoas, empresas e órgãos públicos na obtenção e difusão de informações, tornando a comunicação mais rápida. Raupp (2000, p.15) coloca que “a internet tornou-se uma ferramenta que facilitou o relacionamento de pessoas em todo o mundo, o que é muito importante nos serviços contábeis, pois estimula o acesso a novos fornecedores e consumidores”. Por isso, a área de Tecnologia da Informação (TI) tem crescido e é cada dia mais valorizada dentro das empresas tanto na área estratégica como na operacional.

Planejar, realizar e administrar tais mudanças estratégicas seria impossível sem o uso adequado de recursos da TI, tais como: Internet, Intranet e outros recursos mais de computação e telecomunicações, que são o sistema nervoso central das companhias globalizadas de hoje (OSÓRIO et al, 2005, p.03).

Um dos fatores que tem levado a Tecnologia da Informação a ganhar espaço dentro das empresas é o uso dos ERP (*Enterprise Resource Planning*) que são sistemas que integram as informações e os processos de toda a empresa em um único sistema, armazenando todas as informações do negócio. Esses sistemas facilitam a vida do contador, a medida que eles simplificam o acesso e o controle às informações que os contadores necessitam.

Alguns sistemas como o SPED, Sistema Público de Escrituração Digital, por exemplo, foram desenvolvidos pela Receita Federal e tem como objetivo aproximar o contribuinte do fisco. Além dessa aproximação, a implantação desses programas tem por objetivo dar maior transparência e melhorar a qualidade das informações fornecidas pelos contribuintes. O SPED Contábil, por exemplo, é um sistema onde é feita a escrituração contábil digital e esta substitui a antiga escrituração em papel; já

no SPED Fiscal, é feita a transferência do manual para o digital dos documentos fiscais tradicionais, inclusive a NF-e. Desta forma se torna mais simples o envio das obrigações acessórias os contribuintes.

É possível dizer que a implantação do ERP otimizou a rotina das empresas pois ele é alimentado por todos os setores de uma organização e essas informações ficam disponíveis para que toda a organização possa manusear essas informações. Para o setor de contabilidade, que é um setor crítico de toda essa informação que é inserida, o ERP diminuiu muito o seu trabalho, pois todos os dados que precisam ser criticados estão ao seu alcance. Esta crítica existe porque a forma como as informações são lançadas no sistema, muitas vezes se encontram erros por falta de atenção, conhecimento e treinamento, então essa crítica às informações busca encontrar esses possíveis erros e corrigi-los.

Além disso, os profissionais de contabilidade não precisam mais percorrer os vários setores das empresas buscando as informações que necessitam para fazer os impostos, dar informações e prestar esclarecimentos ao fisco e também a possíveis auditorias. Para a contabilidade a integração da contabilidade com as demais áreas da organização é boa.

É a globalização quem vem modernizando os procedimentos dos profissionais contábeis e tornando necessária a atualização, a adesão e a adaptação destes profissionais às novas práticas. Foi por volta dos anos 50 que os trabalhos manuais começaram a ser substituídos pelo uso do conhecimento informatizado e desde então a informatização através dos ERP ganha mais espaço nas corporações. Desta forma a escrituração contábil que antes do ERP era feita manual deixou de ser feita totalmente manual e passou a ser feita por meio das novas tecnologias. Sobre isso Raupp (2000) destaca que o processo de informatização de uma empresa está relacionado à aquisição de computadores. Dessa forma, o que era feito manualmente passou a ser feito por meio de softwares, e isso possibilitou o aumento na velocidade na realização das tarefas.

Com o aparecimento do computador, depois da internet e do ERP as informações puderam ser geradas, manuseadas e enviadas em menor tempo, proporcionando mais agilidade aos profissionais que o utilizam. Essa troca de informações entre os diversos setores das empresas tornou-se quase que

instantânea e isso possibilitou que o ERP fosse sistematizado de forma que atendesse a todas as necessidades de uma organização e junto com a internet facilitou a comunicação entre contador e cliente, não importando a distância que estejam um do outro.

O ritmo de crescimento do mercado de ERP no Brasil é acelerado. Apesar de ter chegado ao Brasil por volta da década de 50, por meio de algumas ferramentas para controle de estoques, foi somente na segunda metade da década de 80 que os softwares passaram a integrar todos os setores das empresas, parte financeira, recursos humanos e até mesmo os setores de produção, dessa forma começou a existir um complexo software de gestão. A área que vem mais fortemente impulsionando o crescimento deste mercado são as pequenas e médias empresas. Nessas empresas a TI tem como principal missão o aperfeiçoamento da governança da área, o acompanhamento da implementação ou atualização de sistemas de gestão, a automatização de outras áreas da empresa antes não atendidas tecnologicamente e, também, buscar soluções para suprir as necessidades quanto ao *Business Intelligence*.

Neste perfil de empresas estão os escritórios de contabilidade, por exemplo, que para atender seus clientes com mais agilidade e em menor tempo fazem uso do ERP. Esses softwares possibilitam que o contador tenha maior e mais fácil controle do patrimônio que controlam, ele gera as informações necessárias para o envio das obrigações acessórias em menor tempo, emite relatórios contábeis como balanço, balancete e demonstrações facilmente.

Apesar das desvantagens, neste contexto de globalização que vivemos não é possível controlar o patrimônio de uma empresa sem a ajuda da tecnologia da informação, visto que ela ajuda a contabilidade a aprimorar os seus processos internos para otimizar o cumprimento da sua principal função que é prestar informações. A principal vantagem para a contabilidade de usar um software integrado de gestão é a integração de todas as áreas da empresa pois isso melhora o fluxo de informações e otimiza a realização dos processos da mesma.

2.4 O Panorama Atual da Contabilidade

Até agora foi visto que por ser uma ciência social, a Ciência Contábil foi se desenvolvendo junto com a sociedade, crescendo junto com as relações de negócio e o tamanho das empresas e se adequando ao mercado financeiro e as exigências dos órgãos de fiscalização e controle.

A contabilidade tradicional tinha como maior preocupação estudar o que havia acontecido no passado, no mês anterior, e mostrar os números aos gestores. Com o passar dos anos ela veio mudando o seu alcance e se aprimorando em estudar as informações do presente e a partir delas fazer previsões sobre o futuro, e assim passou a colaborar com o planejamento financeiro e estratégico das corporações. Com isso, as informações que antes eram voltadas apenas para atender o público externo e as leis, passaram a ser trabalhadas de forma que fossem úteis para os gestores, administradores e executivos das empresas.

Decorrido isso, pode-se dizer que o profissional contador está cada dia mais em evidência. Segundo o professor Osvaldo Américo de Oliveira Sobrinho “o estabelecimento do exame tem em si mesmo a propriedade de valorização da classe contábil”. Para Maria Clara Cavalcante Bugarim, vice-presidente de desenvolvimento profissional e institucional do CFC, “o Exame de Suficiência é fundamental para os profissionais da Contabilidade, porque vai garantir a excelência na qualidade técnica dos serviços contábeis, compatíveis com o atual momento socioeconômico brasileiro e mundial, especialmente neste momento em que estamos buscando a adequação das Normas Brasileiras de Contabilidade aos Padrões Internacionais”.

A crise econômica mundial que teve início em 2008 foi outro fator responsável por valorizar a Contabilidade, pois mostrou a importância das informações que ela apresenta para o controle das empresas e para o conhecimento dos investidores. Além disso, a convergência dos padrões contábeis às Normas Internacionais em todo o mundo, as IRFS (*International Financial Reporting Standards*), fez com que a Contabilidade ganhasse notoriedade no mundo globalizado. Abaixo, nota de uma reportagem do Blog da Universidade FUMEC, a respeito da valorização do curso de Ciências Contábeis.

3 Considerações finais

Ao longo desta obra foi estudada a história da contabilidade, desde o seu aparecimento na pré-história até os dias atuais. Conhecendo a sua história, desde a origem, é possível entender o seu processo de desenvolvimento e evolução, e assim fazer provisões.

Foi possível verificar que a Contabilidade é uma ciência social, pois ela se desenvolve de acordo com a necessidade da sociedade e para atender a ela, a Contabilidade serve a sociedade. Ao longo do seu desenvolvimento, a ciência contábil foi tomando forma de ciência e seu objeto de estudo passou a ser o patrimônio; suas principais funções são controlá-lo e fornecer informações sobre ele que auxiliem na tomada de decisões dos administradores.

A Contabilidade nasceu praticamente junto com a sociedade, pois sempre existiu a necessidade de fazer o controle das operações do comércio, controle do próprio patrimônio, distribuição de herança. Com o crescimento das relações de comércio foi se tornando necessário aumentar o rigor desse controle, que no início era feito através de pinturas nas paredes, depois passou a ser feito em livros e foi evoluindo e hoje é feito através de softwares, os ERP, que são sistemas integrados de gestão empresarial.

Durante a idade média, este profissional era conhecido por guarda-livros, pois nesse período a profissão de Contador ainda não havia sido formalizada e ainda não existia graduação em Ciências Contábeis. Dessa forma, a profissão era ensinada de maneira informal. O profissional mais antigo, que já trabalhava na área a mais tempo, ensinava a profissão para as outras pessoas que estavam começando a trabalhar na área.

Nesse período houve grande expansão do comércio na Europa, por isso foi necessário que houvesse melhor forma de controlar o custo e o lucro das operações. Para atender essas necessidades da economia do período medieval surgiu o livro caixa. O aperfeiçoamento e o crescimento da Contabilidade, nos séculos XII e XIII, foram consequências das necessidades geradas pelo advento do capitalismo. A idade moderna trouxe como inovação a técnica das Partidas Dobradas. Contudo, alguns estudiosos afirmam que a Contabilidade somente

alcançou destaque e teve o devido valor dentro da área financeira após o Crack da Bolsa de Nova York, em 1929.

O surgimento dos ERP, no final da década de 50 foi de notável importância para dinamizar e modernizar as atividades dos profissionais da área contábil. Esses softwares integram as informações de todos os setores da empresa e o deixam disponível para qualquer outro departamento ter acesso. O aparecimento desses softwares veio de encontro com a necessidade das empresas de maior controle tecnológico e de gestão corporativa. A automatização apesar de cara reduzia o tempo destinado a realizar as atividades inerentes da contabilidade e proporciona maior confiabilidade e segurança aos trabalhos realizados, que são características fundamentais na área contábil.

Junto com a modernização das técnicas e com o crescimento do espaço da Contabilidade dentro das empresas, foi crescendo também as atribuições do profissional contador. A globalização das informações contábeis foi um acontecimento de grande importância para alavancar o prestígio desses profissionais. Aos poucos esse profissional tem se transformado num consultor de negócios da administração, nenhum profissional deve conhecer mais a saúde da empresa que o contador.

Percebe-se que a Contabilidade está em constante evolução, pois ela evolui em resposta às mudanças da sociedade e aos avanços tecnológicos; e que o profissional desta área está em constante aprendizado. Foi verificado que apesar de sempre ter existido, esta ciência demorou bastante tempo para ser reconhecida e para alcançar prestígio. É possível dizer que neste mundo globalizado, a Contabilidade passou a ser essencial para a tomada de decisões pela gerência das empresas.

REFERÊNCIAS

BRAGA, H. R.. **Demonstrações Contábeis: estruturas, análises e interpretações**. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 2003.

BRASIL, Conselho Federal de Contabilidade. **Princípios Fundamentais e Normas Brasileiras de Contabilidade**. Brasília, 2003.

HENDRIKSEN, Eldon; BREDA, Michael. **Teoria da contabilidade**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

HIGOUNET, Charles. **História concisa da escrita**. Tradução da 10. ed. corrigida Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARION, José Carlos. **Introdução à teoria da contabilidade**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

BARROS LEITE, Carlos Eduardo. **A Evolução das Ciências Contábeis no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. FVG, 2005.

MARTINS, Eliseu. **Contabilidade de Custos**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

PINSKY, Jaime. **As primeiras civilizações**. 21. ed. São Paulo: Contexto, 2003.

RAUPP, Fabiano Maury. **Aspectos facilitadores e dificultadores da implantação de serviços virtuais em uma empresa contábil: um estudo de caso da Embracon Empreendimentos Contábeis Ltda**. 2000 55 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia) – Curso de Ciências Contábeis, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2000.

SÁ, Antônio Lopes de. **História geral e das doutrinas da contabilidade**. São Paulo: Atlas, 1997.

SÁ, Antônio Lopes de. **Dicionário de Contabilidade**. 9º Ed. São Paulo: Ed. Atlas, 1995.

SCHMIDT, Paulo. **História do pensamento contábil**. Porto Alegre: Bookman, 2000.

INDICADORES FINANCEIROS COMO FERRAMENTA DE GESTÃO: ANÁLISE COMPARATIVA REALIZADA EM UMA EMPRESA DE CONFECÇÃO

Volmir Antonio Righi³
Roberto Carlos Dalongaro⁴
Cirino Calistrato Rebello⁵
Luiz Lorimar Lucca⁶

RESUMO

O referido estudo tem o objetivo de analisar a importância dos indicadores financeiros como ferramenta de gestão e de suporte à tomada de decisões. Através das principais demonstrações, como o Balanço Patrimonial dos últimos 3 exercícios, que inclui os anos de 2014, 2015 e 2016. Foram extraídos índices de três períodos para observar a situação de uma empresa do setor de confecção, focando na realização de quatro análises: Análise dos índices de Liquidez ou solvência, como também a análise dos índices de estrutura de capital, como o endividamento que mostra a participação de capital de terceiros na empresa. A metodologia utilizada tem uma abordagem quantitativa.

Palavras-chave: Análise financeira; Indicadores, Confecção.

ABSTRACT

The purpose of this study is to analyze the importance of financial indicators as a tool for managing and supporting decision making. Through the main statements, such as the Balance Sheet for the last three years, which includes the years 2014, 2015 and 2016. Three period indices were extracted to observe the situation of a manufacturing company, focusing on four analyzes: Analysis of the Liquidity or Solvency indices, as well as the analysis of capital structure indices, such as the indebtedness that shows the participation of third-party capital in the company. The methodology used has a quantitative approach.

Keywords: Financial analysis; Indicators, Confection.

1 Introdução

³ Especialista em Controladoria e Finanças. Graduado em Ciência Contábeis. Professor dos cursos de Ciências Contábeis e Administração da URI – São Luiz Gonzaga. E-mail. volmir.righi@coopatrigo.com.br

⁴ Mestre em Gestão Estratégica das Organizações. Graduado em Administração. Professor dos cursos de Ciências Contábeis e Administração da URI – São Luiz Gonzaga. E-mail. robertocarlosad@hotmail.com

⁵ Mestre em Administração. Graduado em Ciências Contábeis. Professor e Coordenador do curso de Ciências Contábeis da URI – São Luiz Gonzaga. E-mail. cirino@saoluiz.uri.edu.br

⁶ Mestre em Engenharia da Produção. Graduado em Ciências Contábeis. Professor do Curso de Ciências Contábeis da URI – São Luiz Gonzaga – RS. E-mail: luizlucca@gmail.com.

O referido artigo tem como objeto de estudo analisar os indicadores financeiros relacionados aos índices de liquidez ou solvência, como também analisar os indicadores de estrutura do capital em uma empresa SA que comercializa confecções, bem como situá-la no contexto econômico atual, tornando possível verificar quais são as reais perspectivas que a mesma apresenta perante o mercado, no que tange à expansão do setor de confecções e vestuário em geral.

Para tanto, busca-se analisar os demonstrativos e a liquidez da empresa com base no princípio da continuidade, que pressupõe que a mesma continuará em operação no futuro, portanto, as informações oriundas deles servem como ferramenta de gestão e devem ser examinadas em três aspectos distintos: econômico, financeiro e patrimonial.

O aspecto econômico está relacionado à tendência de mercado, ou seja, à perspectiva que a empresa tem de desenvolver suas atividades e alcançar sucesso nos resultados, considerando as influências da economia, as receitas e despesas bem como os custos de determinado período. O aspecto financeiro diz respeito ao confronto entre o fluxo de dinheiro que efetivamente entra e o que sai do caixa da empresa. Já o patrimonial, como o nome sugere, representa as alterações que ocorrem no patrimônio em face do aspecto econômico-financeiro.

A partir da análise dos demonstrativos apresentados pela empresa de confecções, buscou-se demonstrar como o conjunto de informações administrativas e contábeis é essencial à formulação de relatórios importantes. Como também responder o seguinte questionamento: Como se comportaram os indicadores financeiros de relevância ao decorrer dos anos de 2014, 2015 e 2016 na empresa de confecções?

2 Revisão da literatura

2.1 A administração financeira

O mundo dos negócios encontra-se em um patamar de extrema competitividade, por isso é essencial à organização fazer uso de escolhas favoráveis

ao alcance do sucesso empresarial, utilizando-se da administração financeira para buscar a maximização da riqueza dos proprietários ou acionistas.

Para atingir este objetivo é necessário realizar primeiramente a escrituração das informações contábeis e elaborar seus demonstrativos. Estes representam um conjunto de dados que devem ser publicados periodicamente pela empresa e permitem refletir sobre o estado patrimonial e econômico da mesma.

As demonstrações quando analisadas em conjunto permitem aos investidores e acionistas avaliarem diversos fatores, tais como: a capacidade de a empresa gerar fluxos de caixas positivos futuramente; a sua flexibilidade financeira e capacidade de honrar com seus compromissos, como por exemplo, pagar dividendos; os efeitos sobre a posição financeira da empresa quando comparada com as demais.

A necessidade de analisar demonstrações contábeis é pelo menos tão antiga quanto a própria origem de tais peças. Nos primórdios da Contabilidade, quando esta se resumia, basicamente, à realização de inventários, já o “analista” se preocupava em anotar as variações quantitativas e qualitativas das várias categorias de bens incluídos em seu inventário. (Ludícibus, 2007, p.13).

Para Silva (2013, p. 6) “a análise financeira de uma empresa consiste num exame minucioso dos dados financeiros disponíveis sobre a empresa, bem como das condições endógenas e exógenas que afetam financeiramente a empresa”. Como ciência é o conhecimento certo das causas, e como não há possibilidade de se determinarem as causas das variações patrimoniais sem analisar a origem e as mutações dos elementos que compõem o patrimônio, a análise de balanços constitui uma das formas de se identificarem aspectos científicos na contabilidade, pela relação de causa e efeitos.

Diante disso, percebe-se a importância de analisar as demonstrações contábeis para saber a situação atual da empresa, ou seja, o que está bom e o que efetivamente precisa ser melhorado, tornando possível a comparação tanto com outras empresas do ramo, como uma comparação referente a anos anteriores, verificando o desempenho da empresa. Contudo, não basta apenas fazer uso destas informações compiladas, é preciso elevá-las a um grau de maior complexidade e de fato interpretá-las de acordo com a conjuntura do mercado.

2.2 Análise da liquidez

Os índices de liquidez mostram a base da situação financeira da empresa e, não são índices extraídos do fluxo de caixa que comparam as entradas com as saídas de dinheiro. São índices que, a partir do confronto dos Ativos Circulantes com as dívidas, procuram medir quão sólida é a base financeira da empresa. (Matarazzo, 1998, p.169).

Segundo Matarazzo (2010), o índice é a relação entre contas ou grupos de contas das demonstrações financeiras, com o intuito de fornecer visão ampla da situação econômico e financeira da empresa.

Assim, segundo o autor mencionado acima, utiliza-se do balanço patrimonial e da demonstração do resultado do exercício, as informações para realizar os levantamentos de dados e aplicações dos índices.

2.3 Capital circulante líquido

O capital de giro na gestão financeira das empresas é de fundamental importância, haja vista estar relacionado diretamente com o ciclo operacional e com o giro dos negócios. O capital circulante mostra a relevância da gestão tanto dos ativos circulantes como dos passivos circulantes, de forma a esclarecer de que maneira algumas contas componentes desse grupo influenciam na dinâmica patrimonial, além de mostrar a importância do controle do capital circulante líquido, da necessidade de capital de giro e do saldo em tesouraria (Groppelli, 2005).

Segundo o respectivo autor, o capital de giro geralmente refere-se aos investimentos feitos por uma empresa em ativos correntes, ou seja, é o mesmo que ativo circulante. O capital circulante líquido CCL refere-se ao resultado da diferença entre os ativos circulantes e as obrigações correntes (passivo circulante), ele demonstra a folga financeira de capitais circulantes, ou seja, o capital restante após o pagamento de todos os passivos. Abaixo encontramos um exemplo de como seria calculado o CCL a partir de um balanço.

Exemplo 1: O capital de giro líquido no balanço a seguir é: $CCL = AC - PC$

Onde:

CCL= Capital circulante líquido

AC= Ativo circulante

PC= Passivo circulante

2.4 Índice de liquidez imediata

O Índice de Liquidez Imediata é utilizado na avaliação do nível de recursos que são mantidos para cumprimento dos compromissos mais imediatos e também dos eventuais, ou seja, estuda a capacidade de pagamento da empresa e se esta possui condições de honrar com suas obrigações a curto prazo. A empresa não precisa manter como disponibilidades valores correspondentes a todas as suas dívidas de curto prazo (passivo circulante). Isso faz com que o Índice de Liquidez Imediata normalmente seja bem menor que 1. (Neves; Viceconti, 2010).

Segundo os autores, na liquidez imediata se elimina a necessidade do esforço de cobrança para honrar as obrigações. Com o desenvolvimento do mercado de crédito, esse índice passou a ter pouca relevância na maior parte das empresas. Nos dias atuais, não é aconselhável manter disponibilidades muito elevadas, deixando de investir na própria atividade.

Esse índice é extremamente importante no caso de instituições financeiras e de empresas que desenvolvem um grande número de operações à vista. Elas devem manter um volume mais elevado de disponibilidades. O resultado pode ser encontrado com valor numérico de uma unidade (1) ou valor superior a um, onde para cada dívida de R\$ 1,00 haverá outro real em dinheiro pronto para resgatá-la.

Segundo Neves e Viceconti (2010), o Índice de Liquidez Imediata é calculado pela seguinte fórmula:

$ILI = \text{Disponível} / \text{Passivo circulante}$

2.5 Índice de liquidez corrente

O Índice de Liquidez Corrente visa mensurar a capacidade financeira da empresa em atender as obrigações de curto prazo. A partir do ILC infere-se que se for maior que um a companhia possui capital disponível para uma possível

liquidação das obrigações. Se for igual a um os direitos e obrigações em curto prazo são equivalentes. Já se for menor que um a empresa não tem capital disponível suficiente para quitar as obrigações em curto prazo, no caso de uma necessidade. Sendo que de acordo com Assaf Neto (2006, p.191) “quanto maior a liquidez corrente mais alta se apresenta a capacidade da empresa em financiar suas necessidades de capital de giro”.

Segundo o autor este índice é representado pela seguinte forma:

$$ILC = AC / PC$$

Onde:

ILC= Índice de Liquidez Corrente

AC= Ativo circulante

PC= Passivo Circulante

Para Assaf Neto (2012, p.179), a liquidez corrente indica o quanto existe de ativo circulante para cada R\$ 1,00 (um real) de dívida em curto prazo. Para se afirmar que um índice de liquidez corrente é bom ou ruim, não basta somente que o mesmo seja superior a 1, é necessário também analisar o tipo de atividade da mesma e principalmente deve-se considerar o seu ciclo financeiro, ou seja, o prazo de rotação dos seus estoques, o recebimento de suas vendas e o pagamento de suas compras.

2.6 Índice de liquidez seca

Esse índice é semelhante ao calculado anteriormente (ILC), entretanto ele exclui a conta de estoques, que é o ativo circulante menos líquido. De acordo com Gitman (2002).

A baixa liquidez dos estoques resulta normalmente de dois fatores básicos: (1) vários tipos de estoques não podem ser vendidos facilmente porque são itens parcialmente completados, itens obsoletos, itens para propósitos especiais e assim por diante; e (2) São itens tipicamente vendidos a crédito, o que significa que eles se tornam duplicatas a receber antes de ser convertidos em caixa. (Gitman 2002, p. 110).

Segundo o autor este índice é representado pela seguinte forma:

$$ILS = (AC - E) / PC$$

Onde:

ILS = Índice de liquidez seca

AC= Ativo circulante

E= Estoques

PC= Passivo circulante

2.7 Liquidez geral

O índice de liquidez geral se difere dos índices analisados anteriormente por considerar também as contas de longo prazo. De acordo com Silva (2006, p.307) “a interpretação do índice de liquidez geral é no sentido de quanto maior, melhor, mantidos constantes os demais fatores”.

Para o autor a Liquidez Geral se calcula através da seguinte equação:

$$LG = (\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável em Longo Prazo}) / (\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível em Longo Prazo}).$$

É um indicador que evidencia se determinada empresa teria ou não condições de honrar seus compromissos, sem precisar utilizar o seu Ativo Permanente, caso fosse encerrar suas atividades naquele momento.

Segundo Assaf Neto (2012, p. 181), “esse indicador revela a liquidez, tanto a curto como a longo prazo. De cada R\$ 1,00 (um real) que a empresa tem de dívida, o quanto existe de bens e direitos no circulante e no realizável a longo prazo”.

A liquidez Geral é obtida pela fórmula:

$$LG = (AC + ARLP) / (PC + PNC)$$

Em que:

LG = Liquidez Geral

AC = Ativo Circulante

ARLP = Ativo Realizável a Longo Prazo

PC = Passivo Circulante

PNC = Passivo não Circulante

A liquidez geral demonstra a capacidade de honrar os compromissos financeiros da empresa em relação às atividades de curto e longo prazo.

2.8 Análise do endividamento

Os índices de endividamento têm como principal finalidade examinar qual a porcentagem do ativo total é financiada através de recursos de terceiros no intuito de gerar lucros. Segundo Matarazzo (1998, p.160) “Sempre que se aborda o índice de Participação de Capitais de Terceiros, está-se fazendo uma análise exclusivamente do ponto de vista financeiro, ou seja, do risco de insolvência e não relação ao lucro ou prejuízo”.

De acordo com Marion (2012) o Ativo (aplicação de recursos) é financiado por capitais de terceiros (Passivo Circulante + Passivo não Circulante) e por capitais próprios (Patrimônio Líquido). Portanto, capitais de terceiros e capitais próprios são fontes (origens) de recursos.

Para Moreira (2008, p.18), os indicadores de endividamento têm como características fundamentais fornecer visão ampla da situação econômica e financeira da empresa, além de servirem de medida para a construção de um quadro para avaliação da mesma.

Quanto maior o capital de terceiros mais a empresa estará endividada (quantidade da dívida). Entretanto, ao analisar o capital de terceiros, é importante analisar também a qualidade da dívida, onde detecta-se o prazo, o custo da dívida, para quem se deve etc.

3 METODOLOGIA

3.1 Tipo de pesquisa

A pesquisa neste trabalho é quantitativa, porque ela está embasada em dados numéricos, que contemplam índices em valores absolutos e percentuais, que buscaram analisar a evolução dos respectivos indicadores em três períodos anuais.

Na concepção de Roesch (2015), a pesquisa quantitativa é apropriada para avaliar mudanças organizacionais. Quando se trata de enfoques abrangentes, com expressão de resultados, envolvendo a mensuração de dados numéricos absolutos e percentuais. A intensão do método quantitativo é estimar custos e calcular períodos de tempos para a recuperação de capital relacionado a determinados investimentos, é testar se vale à pena introduzir determinado sistema de gestão ou não, se o momento é oportuno, e se os resultados produzidos são satisfatórios.

3.2 Instrumento de análise do estudo

O presente artigo, a fim de configurar uma análise econômica da companhia de Confecção em estudo, possui como instrumento de pesquisa a comparação dos indicadores de liquidez, atividade, endividamento, lucratividade e rentabilidade da mesma, tendo como base para o estudo o balanço patrimonial da empresa dos anos de 2014, 2015 e de 2016, por meio dos cálculos necessários à constatação dos resultados.

Os dados do Balanço Patrimonial da empresa foram extraídos da fonte publicada no site oficial das Lojas Renner SA (2017).

Para a construção da fundamentação teórica utilizada, foi realizada uma pesquisa bibliográfica, proporcionando a elucidação de conceitos fundamentais para a concretização das análises desenvolvidas. Com base nisso, procurou-se primar pela importância deste estudo dentro dos constructos acadêmicos, pois, se evidencia a pesquisa bibliográfica como fonte essencial para o aprofundamento de conhecimentos.

4 Análise dos resultados

4.1 Indicadores de liquidez ou solvência

Tabela 1: Indicadores de liquidez ou solvência

Índices	2016	2015	2014
---------	------	------	------

Liquidez Geral	1,128031	1,097059	1,052851
Liquidez Corrente	1,400214	1,604574	1,718425
Liquidez Seca	1,132109	1,336139	1,417497
Liquidez Imediata	0,306702	0,318019	0,410054
Capital Circulante Líquido	1.167.726.000,00	1.402.084.000,00	1.461.783.000,00

Fonte: Dados elaborados pelos autores com base na pesquisa

Se tratando da liquidez geral que representa o Ativo circulante + Ativo Realizável a Longo Prazo, dividido pelo Passivo Circulante + Passivo não Circulante, no ano de 2016 a referida empresa pesquisada apresentou uma capacidade maior de pagamento em relação aos anos anteriores, estando com 1,128031 reais de ativo para cada 1,00 real de passivo devido.

Já no que tange a liquidez corrente que representa o Ativo circulante, dividido pelo Passivo Circulante, no ano de 2014 a referida empresa pesquisada apresentou uma capacidade maior de pagamento em comparação aos demais anos analisados, estando com 1,718425 reais de ativo para cada 1,00 real de passivo devido.

Por sua vez a liquidez seca que representa o Ativo circulante menos os estoques, dividido pelo Passivo Circulante, no ano de 2014 a referida empresa pesquisada apresentou uma capacidade maior de pagamento em comparação aos demais anos analisados, estando com 1,417497 reais de ativo para cada 1,00 real de passivo devido.

Em termos da liquidez imediata que representa a Disponibilidade em caixa, dividido pelo Passivo Circulante, no ano de 2014 a referida empresa pesquisada apresentou uma capacidade maior de pagamento em comparação aos demais anos analisados, estando com 0,410054 reais de ativo para cada 1,00 real de passivo devido.

Por último, o Capital Circulante líquido que representa o Ativo Circulante menos o Passivo Circulante, no ano de 2014 a referida empresa pesquisada apresentou um capital circulante líquido maior em comparação aos demais anos analisados, estando com 1.461.783.000,00 (Um bilhão quatrocentos e sessenta e um milhões e setecentos e oitenta e três mil) reais de ativo a mais em relação ao passivo devido.

4.2 Indicadores da estrutura de capital

Tabela 2: Indicadores da estrutura de capital

Índices	2016	2015	2014
Participação Capital de Terceiros sobre o Capital Próprio	1,455712	1,537422	1,866909
Participação Dívidas de Curto Prazo sobre Endividamento Total	0,760145	0,652756	0,587451
Imobilização do Patrimônio Líquido	0,813623	0,850779	0,901332
Imobilização de Recursos não Correntes	0,603059	0,554665	0,509172
Capital Circulante Próprio	491.437.000,00	344.834.000,00	183.056.000,00

Fonte: Dados elaborados pelos autores com base na pesquisa

Se tratando da Participação Capital de Terceiros sobre o Capital Próprio, que representa o Exigível total dividido pelo Patrimônio Líquido, no ano de 2016 a referida empresa pesquisada apresentou uma Participação de Capital de Terceiros sobre o Capital Próprio menor em relação aos anos anteriores, estando com um índice de 1,455712.

Já no que tange a Participação de Dívidas de Curto Prazo sobre Endividamento Total, que representa o Passivo circulante dividido pelo Exigível Total, no ano de 2014 a referida empresa pesquisada apresentou uma Participação de Dívidas de Curto Prazo sobre Endividamento Total menor em comparação aos demais anos analisados, estando com um índice de 0,587451.

Por sua vez, a Imobilização do Patrimônio Líquido, que representa o Ativo não circulante menos o Ativo Realizável a longo prazo, no ano de 2016 a referida empresa pesquisada, apresentou uma Imobilização do Patrimônio Líquido menor em comparação aos demais anos analisados, estando com um índice de 0,813623.

Em termos da Imobilização de Recursos não Correntes, que representa Ativo não Circulante menos Ativo Realizável a Longo Prazo, dividido pelo Patrimônio Líquido mais Passivo não Circulante, no ano de 2014 a referida empresa pesquisada apresentou uma Imobilização de Recursos não Correntes menor em comparação aos demais anos analisados, estando com um índice de 0,509172.

Por último, o Capital Circulante Próprio, que representa o Patrimônio Líquido menos o Ativo Permanente, no ano de 2016 a referida empresa pesquisada apresentou um Capital Circulante Próprio maior em comparação aos demais anos analisados, estando com 491.437.000,00 (Quatrocentos e noventa e um milhões e quatrocentos e trinta e sete mil) reais de Capital Circulante Próprio.

5 Considerações Finais

A partir da análise dos demonstrativos apresentados pela empresa de confecções, foi contemplado o objetivo com a demonstração do conjunto de informações administrativas e contábeis representadas nas duas tabelas. Como também os resultados responderam o questionamento proposto no estudo, que tratou de demonstrar como se comportaram os indicadores financeiros de relevância ao decorrer dos anos de 2014, 2015 e 2016 na empresa de confecções.

Referências

ASSAF NETO, Alexandre. **Estrutura e Análise de Balanços: Um Enfoque Econômico e Financeiro**. 8.ed. São Paulo: Atlas, 2006.

ASSAF NETO, Alexandre. **Estrutura e análise de balanços: Um enfoque econômico financeiro**. 10 ed. São Paulo: Atlas, 2012.

GITMAN, Lawrence J. **Princípios de Administração Financeira**. 7. ed. São Paulo: Harbra, 2002.

GROPPELLI, A. A. **Administração financeira**. 2. Ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

IUDÍCIBUS, S. **Teoria da Contabilidade**. 8.ed. São Paulo, Editora Atlas, 2007.

LOJAS RENNER. **Balanços anuais**. 2017. Disponível em: http://lojasrenner.mzweb.com.br/conteudo_pt.asp?idioma=0&conta=28&tipo=21079. Pagina acessada em 25/09/2017.

MARION, José Carlos. **Análise das demonstrações contábeis: Contabilidade empresarial**. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2012.

MOREIRA, Lavor Heber. **Análise dos Demonstrativos Contábeis: Índices de Endividamento**. Universidade Federal do Pará, 2008.

MATARAZZO, Dante C. **Análise Financeira de balanços**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1998.

MATARAZZO, Dante C. **Análise financeira de balanços: abordagem gerencial**. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

NEVES, Silvério das; VICECONTI, Paulo Eduardo V. **Contabilidade avançada e análise das demonstrações financeiras**. 12ª Edição. São Paulo: Editora Frase, 2010.

ROESCH, Sylvia Maria Azevedo. **Projetos de estágio e de pesquisa em administração: estágios, tcc, dissertações e estudos de caso**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

SILVA, José Pereira da. **Análise Financeiras das Empresas**. 8.ed. São Paulo: Atlas, 2006.

SILVA, José Pereira da. **Análise financeira das empresas**. 12 ed. São Paulo: Atlas, 2013.

E-SOCIAL: FATORES IMPACTANTES NAS OBRIGAÇÕES DAS EMPRESAS

Gyane Borges⁷
Aécio Adams de Moraes⁸
Rodrigo Bouch⁹

RESUMO

Este trabalho foi elaborado com o intuito primordial de abordarmos sobre o tema do projeto do Governo Federal, que envolve a Receita Federal, o Ministério do Trabalho, o INSS e a Caixa Econômica Federal, o E-Social. A abordagem constituirá em um apanhado referente ao embasamento do referido projeto, tendo em vista a meta de elucidar alguns pontos, dentre eles os fatores que mais impactaram no dia a dia das organizações, suas possíveis vantagens e desvantagens do referido projeto. Vale salientar que o mencionado projeto de lei, que trata sobre o E-social, possibilitará a entrega de todas as declarações, referente ao recolhimento de tributos oriundos das relações trabalhistas, bem como informações pertinentes sobre os contratos de trabalho. A relevância deste estudo vincula-se à necessidade de ampliação de conhecimentos a respeito desta temática, a fim de esclarecer dúvidas e capacitar as pessoas para a adequada implantação do E-social, de modo que o mesmo atinja os objetivos propostos.

Palavras-chave: E-social. Receita Federal. Ministério do Trabalho. INSS. Contrato de Trabalho.

RESUMEN

Este trabajo se constituyó con el principal propósito de adentrarnos en el tema sobre el proyecto del Gobierno Federal, que involucra a la Receta Federal, el Ministerio de Trabajo, el INSS y la Caixa Económica Federal, el E-Social. Es a través de esta pequeña investigación que buscaremos elucidar algunos puntos, entre ellos los factores que más impactaron en el día a día de las organizaciones, sus posibles ventajas y desventajas de dicho proyecto. El ya mencionado proyecto de ley que trata sobre el E-social posibilitará la entrega de todas las declaraciones, referente al recogimiento de tributos oriundos de las relaciones laborales, así como informaciones pertinentes sobre los contratos de trabajo.

Palabras-clave: E-social. Receta Federal. Gobierno Federal. Ministerio de Trabajo. INSS. contrato de trabajo.

⁷ Graduada em Administração. Graduanda em Ciências Contábeis da URI- São Luiz Gonzaga. E-mail: gyborgesf@gmail.com

⁸ Graduado em Administração. Graduando em Ciências Contábeis da URI- São Luiz Gonzaga. E-mail:marquesmoraes@yahoo.com.br

⁹ Graduado em Administração. Graduando em Ciências Contábeis da URI- São Luiz Gonzaga. Email.rodriigo19maninho@bol.com.br

1 Introdução

Inicialmente, procuramos realizar um processo de conhecimento sobre o e-social tema esse que no decorrer deste trabalho buscaremos os seus mecanismos de mudanças e sua principal função dentro das organizações. Tal processo foi possível, através de breve pesquisa, sobre a legislação, que o e-social tem como principal objetivo a consolidação das obrigações trabalhista de determinada empresa possibilitando com o uso de uma única ferramenta, unificar o envio de informações referente aos trabalhadores da organização.

Cabe destacar que será por meio desta nova ferramenta que os profissionais da área de Recursos Humanos informaram, aos órgãos interessados, informações relevantes referentes às CAGED (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados), GFIP (Guia de Recolhimento do FGTS e Informações a Previdência Social), RAIS (Relação Anual de Informações Sociais), etc.

Além de um maior controle sobre tais informações terá um caráter imprescindível ao Governo federal, o maior interessado nesta nova ferramenta, pois também será através dela que se buscarão informações referentes à saúde e segurança do trabalhador.

2 E-Social: Fatores impactantes nas obrigações das empresas

O Sistema de escrituração fiscal digital das obrigações fiscais, previdenciárias e trabalhistas conhecido como e-social (chamado de EDF social ou sped social) faz parte do sistema público de escrituração digital (SPED), criado através do decreto nº 6.022/2007 como parte do programa da Aceleração do crescimento do Governo Social (PAC 2007-2010). O objetivo do e-Social é a transmissão eletrônica das informações trabalhistas, previdenciárias, tributárias e fiscais em relação a contratação e a utilização de mão de obra onerosa, com ou sem vínculo empregatício. Está interligada com as esferas do poder público, o Ministério do Trabalho e Emprego, Ministério da Previdência Social, Receita Federal, Instituto Nacional do Seguro Social e a Caixa Econômica Social.

As empresas para iniciarem o uso da ferramenta do E-social terão que

realizar um cadastro inicial dos dados que está contido na folha de pagamento para o sistema do Fisco, esta inscrição será composta de dados como a tabela de rubricas, departamento, obras, cargos, e funções, bem como os horários e turnos, dos colaboradores ativos. Muitas empresas acabarão passando por certas dificuldades iniciais o que acaba por ser compreensivo pois enfrentarão demora no levantamento desses dados, pelo motivo do alto nível de detalhamento das informações que serão exigidas pelo sistema, como exemplo podemos citar que o empregador poderá ter que saber até se seu empregado tem residência própria. E como esta residência foi adquirida.

Outro obstáculo enfrentado pelas empresas inicia-se pela falta de conscientização e treinamento dos colaboradores responsáveis envolvidos na implantação do cadastramento da empresa. Começa a surgir novas necessidades de comunicação interdepartamental dentro da empresa, os sistemas normalmente integrados não atendem os requisitos exigidos pelo e-social, maioria das empresas possuem ainda informações manuais, em planilhas e alguns sistemas não permitem a inclusão destas informações, encontram-se assim descentralizadas e como dados inconsistentes nos departamentos. Desta forma destaca-se uma nova forma de aperfeiçoamento de cada empresa, havendo a necessidade de uma revisão geral das informações que já constam em seus sistemas atuais utilizados para que não haja problemas futuros.

A FENACON- Federação das Empresas de Serviços Contábeis e das empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas, através de uma pesquisa foram ouvidas 1332 empresas, somente 4,4% dizem estar prontas para a operação do novo sistema e que mais de 40% ainda não iniciaram a implantação, enquanto o restante ainda está se adequando'.

O e-social não altera nenhuma legislação atual, ela apenas obriga a prestação de contas em um único sistema online, com a promessa de facilitar o cumprimento de obrigações fiscais, trabalhistas, previdenciárias e facilitar o controle e cruzamento de dados pelo governo.

2.1 Impactos e novidades nas PMEs

As micros e pequenas empresa também estão obrigadas a atender esta nova determinação do Fisco, como informações que são fornecidas pelo Recurso Humano, administração financeira, contabilidade, segurança e medicina do trabalho, gestão de contratos, assuntos jurídicos e a área fiscal. Uma forma de demonstrar o novo sistema que vai interligar informações se exemplifica com a DIRF (declaração do imposto de renda retido na fonte), estas informações eram geradas apenas uma vez ao ano para Receita Federal.

Neste momento em que começamos a nos adequar com e-social, estas informações serão enviadas todos os meses, o plano de saúde, pagamentos efetuados que impliquem no IR e na contribuição da previdência entre outras.

Por tratar-se de um assunto relativamente novo, os impactos e as novidades do E-social ainda precisam ser melhor detalhadas e conhecidas. Dessa maneira, é necessário buscar maior aprofundamento a respeito desta temática, avaliando as consequências desse processo no cotidiano.

2.2 Pequenos e micro empregadores

Pequenos e micro empregadores também entrarão na obrigatoriedade da entrega do e-social. Segundo a fonte do site do e-social está sendo desenvolvido um módulo simplificado para atender esta demanda, procurando o mais próximo daquele projetado para atender ao empregador doméstico.

Sendo assim, os impactos do E-social para os pequenos e micro empregadores é outro aspecto a ser melhor compreendido, buscando-se acompanhar as informações do projeto e as repercussões de sua implantação.

2.3 Qualificação cadastral dos trabalhadores

Quanto à qualificação do cadastramento dos trabalhadores, vale ressaltar que esta é uma preparação que exige muita atenção e foco pela excelência de informações geradas e interligadas que o e-social procura. A qualificação cadastral de cada um dos trabalhadores é uma etapa de preparação que visa identificar possíveis divergências entre os cadastros internos das empresas, CNIS e o CPF,

procurando não interferir no cadastramento inicial e já existente.

O não comprometimento na realização de fornecimento de tais informações que o E-social passa a exigir, propriamente descrito no artigo que será um sistema de informações mais centralizado pelo governo, as empresas estarão mais visadas a penalidades e aplicação de multas. Por este motivo a importância de descrever as suas penalidades que poderão ocorrer dentro da empresa no não cumprimento das normas e de prazos de fornecimento.

A documentação referente a admissão, deverá ser encaminhada com antecedência ao E-social, pois essa transmissão de informação, ocorrerá até a data de início do empregado. Não será mais possível a admissão do funcionário no fechamento da folha com data retroativa, haverá um aviso no sistema caso isto aconteça, o fornecimento neste caso fora do prazo está sujeito a penalidades e multas.

(Conforme o artigo 47 da CLT) 'a empresa que não comunicar ao E-social a contratação do empregado até um dia antes do início do trabalho, receberá multa que varia de R\$ 402,53 a R\$ 805,06 por empregado, podendo dobrar o valor em caso de reincidência. Em caso de não informar mudanças nos dados cadastrais e alterações nos dados do contrato de trabalho a multa gera em torno de R\$ 201,27 a R\$ 402,54.'

Em relação a CAT (comunicação de acidente de trabalho), existem duas probabilidades de acidentes, as que resultam em fatais e não fatais, possuem penalidades distintas. Em caso de falecimento do colaborador a multa varia entre os limites mínimos e o máximo do salário de contribuição caso não comunique ao E-social. E em caso que não haja falecimento é permitido a informação até o primeiro dia útil seguintes ao acidente.

A Lei nº8.213/91 do artigo 19 a 21, trata das regras já seguidas pelas leis atuais, mesmas penalidades quando não é transmitida a informação do CAT para o INSS'.

(Artigo 168 da CLT, regulamentadora pela Norma Regulamentada, nº do Ministério do Trabalho) 'é necessária a realização dos seguintes exames médicos nos empregados, admissional, periódico, retorno ao trabalho, mudança de função e demissional.' A não realização destes exames exigidos, fica sujeito a multa por

infração, o valor é determinado pelo fiscal do trabalho, que varia de R\$ 402,53 a R\$ 4.025,33.

Cumpra salientar que estas leis já estão em vigor, porém são praticamente restritas para a fiscalização atual, com a chegada do E-social, a base de informações é mais centralizada e detalhada, permitindo que o fisco automatize e agilize os processos de fiscalização.

2.4 Formas de substituição das informações das declarações e formulários, para informações constantes do e-Social

As informações que são prestadas atualmente aos órgãos competentes e outras declarações e formulários serão substituídas pelas informações do e-Social, definida no § 1º do art. 2º do Decreto nº 8.373, de 11 de dezembro de 2014, se dará com base na regulamentação de cada órgão, conforme competência legal para exigência dessas obrigações.

A publicidade da substituição de suas obrigações por meio de ato normativo específico será realizada por cada órgão da autoridade competente e deverá ser expedido de acordo com a oportunidade e conveniência administrativa. Um Comitê Gestor disciplinará os procedimentos e os efeitos para que as informações prestadas no E-social componham a base de cálculo para a apuração das contribuições sociais previdenciárias e da contribuição para o FGTS delas decorrentes e ainda informações para fins de cálculo e concessões de benefícios previdenciários e trabalhistas.

Com isso a intenção do Governo Federal é simplificar todas as informações trabalhistas em um único cadastro, facilitando o cumprimento das obrigações tributárias para os empregadores.

2.5 Benefícios para os funcionários e para as organizações

A integração de um cadastro único como o E-social terá sua importância para os empregadores pessoas físicas e jurídicas perante os órgãos participantes, pois ele unirá em uma única base as informações para atender a diversos órgãos do

governo, esta portanto será uma das vantagens do já referido projeto, pois facilitará a área de gestão de pessoas na comunicação com esses órgãos envolvidos no projeto.

No entanto, no contexto das organizações esta nova ferramenta, um tanto quanto complexa, o E-social, acabará por impactar em grandes mudanças nas diversas áreas de atuação das relações trabalhistas. Áreas estas como a de Recursos Humanos, Departamento De Pessoal e Contabilidade. Serão também atingidas as áreas como a Financeira, a Comercial e ainda o departamento Jurídico.

Esta nova forma de controle terá um imenso impacto no dia-a-dia das organizações e vai qualificar muito as informações das relações previdenciárias, tributárias e ainda de trabalho. O próximo passo será levar estas facilidades também às micro e pequenas empresas que em breve devem receber este tratamento diferenciado e ainda mais simplificado.

Cabe, ainda, destacar que com o advento desta tecnologia voltada para um sistema de organização e redução de custos, pois acarretará na dispensa de emissão e armazenamento de documentos em papel, bem como eliminação de papel e conseqüentemente redução de custos com a racionalização e simplificação das obrigações acessórias, sendo assim encontraremos um cenário mais simplificado possibilitando uma certa agilidade dos processos como um todo.

Já para os trabalhadores o principal objetivo se um sistema unificado como o E-social é garantir os direitos previdenciários e trabalhistas, será também através deste sistema que se buscará simplificar o cumprimento das obrigações e eliminar duplicidades de informações prestadas tanto por Pessoas Físicas como Pessoas Jurídicas.

2.6 Benefícios e controles da receita como funcionam

Atualmente, as operações realizadas pelos contribuintes e as administrações tributárias para a Receita Federal do Brasil (RFB), tendem a despende de grandes somas de recursos para captar, tratar, armazenar e disponibilizar tais informações, há ainda uma grande necessidade de se alocar recursos humanos e materiais para o devido registro, contabilidade, armazenamento, e ainda para

auditoria interna e prestação de tais informações. Por sua vez, tamanha disponibilidade de recursos acaba por acarretar em um grande custo para o Estado. Com o intuito de se buscar uma solução foi desenvolvido e implantado um sistema de informação integrado que atendessem a todos esses requisitos, esse sistema foi denominado de SPED - Sistema Público de Escrituração Digital e a Nota Fiscal Eletrônica.

O SPED - Sistema Público de Escrituração Digital, Decreto-Lei nº. 6.022, de 22 de janeiro de 2007 é mais um avanço na informatização da relação entre o fisco e os contribuintes. Consiste na modernização da sistemática atual do cumprimento das obrigações acessórias, transmitidas pelos contribuintes às administrações tributárias e aos órgãos fiscalizadores.

Será com o uso desta ferramenta o SPED que o E-social mudará toda estrutura atual das informações junto ao fisco relativo a todos os vínculos trabalhistas no Brasil que sejam regidos pela Consolidação das leis Trabalhistas (CLT), sejam eles em caráter efetivo ou temporário, estagiários, menores aprendizes, trabalhadores cooperados, autônomos, domésticos. Como também será exigido para todos os portes de empresas, desde os Microempreendedores Individuais (MEI), produtores rurais até as empresas de grande porte.

3 Metodologia

O desenvolvimento deste estudo fundamenta-se na revisão bibliográfica. Por meio da abordagem qualitativa das referências pesquisadas, procurou-se desencadear fatos relevantes, relações e interpretações acerca da temática abordada.

Argumenta-se que pesquisa qualitativa e seus métodos de coleta e análise de dados são apropriados para uma fase exploratória da pesquisa. A pesquisa qualitativa também é apropriada para a avaliação formativa, quando se trata de melhorar a efetividade de um programa, ou plano, e também quando se trata de relatar uma evolução histórica de determinado tema e construir considerações críticas sobre o seu aspecto evolutivo (ROESCH, 2015).

A pesquisa bibliográfica foi realizada em livros, monografias, revistas científicas, e sites especializados com a temática em destaque. Com os dados e informações obtidas realizou-se as considerações críticas, buscando produzir sua adequada interpretação e desdobramentos relacionados a evolução e contribuições do tema estudado.

4 Considerações Finais

A realização do presente artigo é de grande relevância para todas as instituições e empresas, para que atuem de forma legal e que através do prazo de adaptação solicitado pelo governo, tenham o conhecimento das novas mudanças que vai gerar através do sistema de integralização de informações de dados de todos cidadãos, que por sua vez são membros de seus colaboradores.

O desenvolvimento deste estudo possibilita, desta maneira, que tais empresas envolvidas neste processo de adequação ao E-social, de acordo com os requisitos descritos e exigidos pelo governo nesta fonte de pesquisa, se atualizem e estejam cientes de todo processo interligado entre as esferas do poder. E que de forma abrangente esclareça dúvidas contidas pelo atual tema, exemplificando suas vantagens à empresa e também ao empregado, visando assim, a impossibilidade de fraudes, referentes aos impostos sonegados, e critérios benéficos ao empregado como garantir os direitos.

Destacamos, desse modo, a atenção sublime do setor de recursos humanos de todas empresas as quais vão se adequar ao sistema, para a qualificação e treinamento do mesmo para o cumprimento desta ação. Para que as informações fornecidas ao sistema sejam inteiramente verdadeiras, para que não haja problemas futuros ao empregado e ao empregador.

Com base no exposto, verificamos que o E-social trará inúmeras implicações no cotidiano das empresas e das pessoas. Por esta razão, é necessário ir em busca de informações e esclarecimentos para que possamos acompanhar adequadamente a implantação do projeto, evitando equívocos e assegurando que o mesmo atinja os objetivos para os quais foi elaborado. Cabe, portanto, desenvolver estudos

complementares que nos permitam entender as bases, fundamentos e repercussões do E-social.

REFERÊNCIAS

BRASIL2007. RECEITA FEDERAL-PORTAL. **Sistema Público de Escrituração Digital**. SPED Disponível em < www.receita.fazenda.gov.br/Sped >. Acesso em 05 de out. 2017.

ECONOMIA. **E-social vai incorporar regras trabalhistas; receita prevê alta na arrecadação**. Disponível:<https://g1.globo.com/economia/noticia/E-social-vai-incorporar-regras-da-reforma-trabalhista-receita-preve-alta-na-arrecadacao.ghtml>.

E-SOCIAL, disponível em <http://portal.E-social.gov.br/> Acesso em 05 de out. 2017.

E-SOCIAL, **Impactos, e alterações nos procedimentos trabalhistas**. Disponível em <https://www.metadados.com.br/blog/quais-os-impactos-do-E-social-na-folha-de-pagamento/> Acesso em 04 de out. 2017.

LEGILAÇÃO, <http://portal.E-social.gov.br/institucional/legislacao>.

MANUAL DE ORIENTAÇÃO DO E-SOCIAL – Versão 2.2 Setembro 2016. Disponível em <http://portal.E-social.gov.br/manuais/mos-manual-de-orientacao-E-social-v2.2> Acesso em 08 de out.2017.

ROESCH, Sylvia Maria Azevedo. **Projetos de estágio e de pesquisa em administração: estágios, tcc, dissertações e estudos de caso**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

<https://www.iob.com.br/site>.

<https://jus.com.br/artigos/46942/e-social-o-que-voce-precisa-saber>

DIAGNÓSTICO EMPRESARIAL COMO FERRAMENTA DE MELHORIA: O CASO MULT CÓPIAS

Iury Teixeira de Sevilha Gosling¹⁰

RESUMO

Partindo-se do problema de pesquisa “quais estratégias podem prevenir a mortalidade e garantir o sucesso frente à concorrência de uma copiadora da cidade de Vila Velha?”, esse artigo teve por objetivo a elaboração de um diagnóstico empresarial de uma microempresa, focado em estratégias de marketing, com vistas a prevenir problemas e melhorar o desempenho do empreendimento em tela. Para tanto, foram coletados dados secundários e primários, por meio de entrevista com o gestor e observação participante. Os resultados evidenciam o que poderia ser modificado para enfrentar a concorrência muito acirrada no ramo de atuação.

Palavras-chave: Diagnóstico empresarial. Estratégia de marketing. Melhoria.

ABSTRACT

Based on the research problem "what strategies can prevent mortality and ensure success against the competition of a copier in the city of Vila Velha?", the purpose of this paper was to prepare a microenterprise business diagnosis, focused on marketing strategies, trying to prevent problems and to improve the company's performance. To accomplish this goal, primary and secondary data were collected through an interview with the manager and participant observation. The results show what could be modified to face the very fierce competition in the industry.

Keywords: Business diagnosis. Marketing strategy. Improvement.

1. Introdução

As pequenas e médias empresas são ativo importante da economia de qualquer país. É por isso que o empreendedorismo tem sido bastante estudado por acadêmicos, bem como incentivado pelos governos.

No entanto, sabe-se que o índice de mortalidade de micro e pequenas empresas tende a ser alto, principalmente no Brasil. Assim, uma ferramenta importante para prevenir a morte prematura de um empreendimento é o diagnóstico

¹⁰ Bacharel em Administração pela UniCesumar. Pesquisador Voluntário do Nume UFMG. iurygosling@gmail.com

empresarial, com vistas a detectar preventivamente possíveis problemas a serem enfrentados e já buscar soluções.

Partindo-se do problema de pesquisa “quais estratégias podem prevenir a mortalidade e garantir o sucesso frente à concorrência de uma copiadora da cidade de Vila Velha?”, o objetivo desse trabalho foi elaborar um diagnóstico organizacional da empresa Mult Cópias, uma microempresa situada no Espírito Santo, cujos principais produtos são cópia xerox, cartões de visita, convites personalizados, banners promocionais.

Como se sabe, o diagnóstico organizacional pode ser feito a partir da análise do ambiente externo da organização (oportunidades e ameaças) e também de seu ambiente interno (forças e fraquezas), tradicionalmente com o auxílio de uma matriz de SWOT, isto é, forças, fraquezas, oportunidades e ameaças, conforme Kotler e Keller (2012).

Segundo os autores, as oportunidades e ameaças, devem ser buscadas em termos de clientes, fornecedores, concorrentes, órgãos regulamentadores e governo. Para os pontos fortes e fracos, a análise deve se concentrar na própria empresa em tela, sendo que as informações devem ser buscadas a partir de fontes primárias ou secundárias, como relatórios.

A partir de uma pesquisa com dados primários e secundários, buscou-se elaborar sugestões de melhorias na área de marketing, que foi o foco da revisão de literatura.

2. Revisão bibliográfica

Como já demonstrado, tanto por observação participante, quanto pela entrevista com o gestor, um dos problemas enfrentados pela empresa é o fato de o seu produto (serviço) principal, o xerox, além de ser um produto com baixo valor agregado, é facilmente imitado por concorrentes, tem sofrido com o baixo custo da tecnologia de impressoras domésticas e com a digitalização de arquivos e e-books.

É certo que a empresa já vem tomando providências quanto a isso, desenvolvendo novas linhas de atuação, como mencionado. Ampliou-se a oferta de produtos, investiu-se em novas tecnologias para poder ofertar produtos como

customização de ambientes e também houve um esforço para se desenvolver parcerias estratégicas com fornecedores, investindo em relacionamentos com fornecedores. Esse relacionamento de longo prazo com os fornecedores traz vantagem competitiva de difícil imitação o pelos concorrentes (KOTLER; KELLER, 2012).

Assim, tornou-se primordial e prioritário pensar um novo produto (que, na verdade, será um serviço), para que a empresa mantenha sua tradição em cópias. Dessa forma, claramente, o problema enfrentado pela empresa deve ser abordado à luz da literatura de Marketing.

Dessa forma, cabe, inicialmente, conceituar o marketing. O conceito de marketing pode ser entendido como

a função empresarial que cria continuamente valor para o cliente e gera vantagem competitiva duradoura para a empresa, por meio da gestão estratégica das variáveis controláveis de marketing: produto, preço, comunicação e distribuição (DIAS, 2004, p.2).

No conceito do autor, é possível perceber as quatro principais variáveis de marketing, ou o *mix* de marketing, presente em definições de vários outros estudiosos tais como Kotler e Keller (2012), Oliveira (2012), Grewal e Levy (2012), Boone e Kurtz (2009), Mariani (2005) e West, Ford e Ibrahim (2006), dentre outros. O foco principal será a variável produto.

Quando uma empresa resolve desenvolver um novo produto ou serviço, ela deve se munir de informações de mercado para minimizar os riscos em que incorrerá. Para ajuda-las, existem várias ferramentas gerenciais e, especificamente no tocante ao produto, Oliveira (2012) enfatiza a importância da Matriz BCG de Crescimento e Participação de Mercado e o Ciclo de Vida do Produto (CVP).

Segundo o autor, a matriz BCG tem dois eixos, o horizontal, que evidencia a participação dos produtos da empresa no mercado em relação aos concorrentes e o vertical, que trata da taxa de crescimento do mercado. Assim, formam-se quatro quadrantes. Oliveira (2012) destaca que o ideal é que um produto seja introduzido quando a empresa encontra uma oportunidade atraente. Ou seja, um produto nasce no quadrante “oportunidade”, com um mercado de clientes que cresceu, mas com

pequena participação relativa de mercado. À medida que sua participação de mercado cresce, com uma taxa crescente, o produto torna-se uma “estrela”. Como nenhum mercado cresce a taxas altas para sempre, o produto se transformará em uma “vaca leiteira” com o passar do tempo. Mais tarde, se converterá em um “abacaxi”, já que os fatores do macro e microambiente de marketing tendem a torná-lo menos demandado em um mercado que deve encolher ao longo do tempo.

Em termos da Mult Cópias, o xerox é um abacaxi, os produtos de customização de ambientes como cozinhas, bares, clínicas e salões de beleza (Business to Business, B2B) são estrelas, banner de promoção e cartões e visitas são vacas leiteiras.

Outra ferramenta gerencial é o Ciclo de Vida do Produto, ou CVP.

Segundo Grewal e Levy (2012), o CVP define estágios dos produtos no mercado, oferecendo aos profissionais de marketing pontos de partida para estabelecerem as estratégias para novos produtos. No CVP, os produtos passam por quatro estágios: introdução, crescimento, maturidade e declínio.

Oliveira (2012) explica que na introdução, é necessário criar demanda pelo produto, o que pode ser feito por meio da comunicação, considerando-se, sempre, o público-alvo do novo produto. Durante tal fase, as vendas são baixas e a receita normalmente não é suficiente para gerar lucros, sendo que a empresa deve arcar com os custos de desenvolvimento e operação do produto.

O mesmo autor continua dizendo que à medida que as vendas aumentam, as receitas e custos se equilibram e o produto entra no estágio de crescimento. É importante buscar a consolidação pois os concorrentes tendem a reagir rapidamente. Ou seja, a empresa tem que manter os clientes interessados na sua marca.

A seguir, o produto entra na fase de maturidade em que as vendas se estabilizam e cabe à empresa identificar formas de mantê-las ou aumentá-las.

Finalmente, Oliveira (2012) apresenta o último estágio do CVP que é o declínio, em que as vendas decrescem e cabe à empresa investir na possível recuperação do produto ou gerenciar sua substituição por meio do canibalismo de produto, ou seja, um produto passa a ser o foco do segmento comprador da

empresa, “matando” o interesse desse segmento em outro produto, isto é, fazendo com que seu público-alvo migre para outro produto da própria empresa.

É fácil perceber que a abordagem do CVP é uma perspectiva histórica dos da vida útil dos produtos da empresa e que nem todos os produtos passam efetivamente por todos os quatro estágios mencionados.

3. Metodologia

Para Selltiz (1975), citado por Misunaga e Silva (2016, p. 115) uma das funções dos estudos exploratórios é a realização de pesquisas em situações de vida real. Sendo assim, uma vez que trata de situações de uma empresa real, a presente pesquisa caracteriza-se como exploratória.

Adicionalmente, como não serão feitos procedimentos de amostragem e nem quantificação de dados coletados, a pesquisa é qualitativa e exploratória (GIL, 1999).

Os dados serão obtidos a partir de entrevista com o gestor, pesquisa documental e observação participante.

Segundo Marconi e Lakatos (2005, p. 199), a entrevista estruturada “é aquela em que o entrevistador segue um roteiro pré-estabelecido; as perguntas feitas ao indivíduo são pré-determinadas”. O roteiro a ser seguindo está no quadro 1.

Quadro 1 – Roteiro de Entrevista com o Gestor

Questões	
1.	Como e quando surgiu a empresa?
2.	Desde a fundação, a composição societária mudou? Por que?
3.	Quais os principais produtos ou serviços da empresa?
4.	Quais as estratégias que a empresa adota em relação aos seus concorrentes? Tem algum diferencial?
5.	E quanto aos fornecedores? Tem algum diferencial?
6.	E o relacionamento com os clientes? Tem algum diferencial?
7.	E o relacionamento com os funcionários? Tem algum diferencial? Como é a parte de seleção, treinamento?
8.	Você classifica a gestão mais como participativa ou mais centralizadora?
9.	Há alguma estratégia de expansão planejada ou a expansão ocorre mais informalmente, de acordo com a oportunidade que aparece?
10.	E quando entra a crise? O que se “corta” primeiro?

-
11. Qual o carro-chefe da empresa hoje?
 12. Quais os pontos fortes da empresa?
 13. Quais os pontos fracos da empresa?
 14. Quais as ameaças?
 15. Quais as oportunidades?
-

Fonte: Elaborado pelo autor

Os dados obtidos a partir da pesquisa documental serão fornecidos pelo gestor, constituindo-se de folhetos de divulgação, promoções, tabelas de preços e produtos, dentre outros.

Para Marconi e Lakatos (2005), a observação é uma técnica de coleta de dados para obter informações a partir de um contato direto com a realidade. Para os autores, se o pesquisador se integra ao local pesquisado para obter informações, ocorre a observação participante artificial.

A coleta de dados da entrevista será feita presencialmente, durante o mês de junho de 2017. A entrevista com o diretor será gravada em meio digital. Posteriormente, será feita a transcrição da entrevista em sua totalidade, usando o software MSWord, fonte Arial 12, espaçamento simples.

Os dados dessa fase serão analisados com a técnica análise de conteúdo. Segundo Krippendorff (1980), o propósito da análise de conteúdo, técnica para processamento de dados qualitativos é prover conhecimento, novos *insights* obtidos a partir dos dados coletados. Vergara (2005, p.15) corrobora, ao argumentar que “a análise de conteúdo é considerada uma técnica para o tratamento de dados que visa identificar o que está sendo dito a respeito de determinado tema”.

4. Diagnóstico da organização geral e gerência

4.1. Histórico e caracterização da organização

Segundo entrevista com o proprietário da empresa, realizada em 22 de maio de 2017, a empresa Mult Cópias é derivada de uma rede de copadoras (JW Cópias, cujo nome fantasia era Maxxi Copy), de estrutura familiar, com raízes no leste de MG. A empresa, aberta em 2007, era, inicialmente, uma das filiais dessa rede.

Em 2014, um dos sócios minoritários, no caso, o entrevistado Sr. Welder Teixeira, adquiriu essa filial específica, que fica em Vila Velha (ES), passando a ser o único proprietário da loja.

Segundo o SEBRAE (2017), dado o porte e o faturamento da empresa, esta pode ser caracterizada como microempresa, já que tem 20 funcionários. Encontra-se localizada na cidade de Vila Velha (ES), no bairro Glória (FIG. 1).



Figura 1 – Fachada da loja

Fonte: Disponível em maps.google.com.br. Acesso em 22 maio 2017.

Segundo o proprietário, seus principais produtos são cópia xerox, cartões de visita, convites personalizados, banners promocionais (FIG 2 a FIG. 4).

Como ameaças, o gestor aponta que a empresa é muito dependente do período escolar, sofrendo, assim, com a sazonalidade. Além disso, quando há crise econômica, como o comércio para de imprimir banners ou cartões, há também perdas para a empresa. Obviamente, concorrentes de maior porte também são sempre considerados uma ameaça.

FOCUS imagem
ESTÚDIO

Casamentos | 15 Anos | Books | Grávidas | Videoclipes

» Clipe do Evento
» Clipe dos Noivos
» Making Of da Noiva
» Cerimonia Completa

» Produções Externas
» Telão durante a Festa
» Recepção aos Noivos
» Depoimentos Gravados

FOTOGRAFIAS & FILMAGENS EM FULL HD
3061 6399 | 99693 1303
WWW.FOCUSIMAGEM.COM

Figura 2 – Banner

Fonte: Catálogo de divulgação da Multi Cópias.



Figura 3 – Cartão de visita

Fonte: Catálogo de divulgação da Multi Cópias



Figura 4 – Display de rua

Fonte: Catálogo de divulgação da Multi Cópias

Por outro lado, o entrevistado mostra-se convencido de que a Mult Cópias tem pontos fortes que são capazes de sustentar seu negócio em períodos de crise, tais como ter clientes (pessoas físicas e jurídicas) satisfeitos e fidelizados, ter uma marca recente, mas já bastante consolidada e reconhecida na cidade (FIG. 5) já conhecida, trabalhar com qualidade diferenciada, com um atendimento cordial e personalizado, ter uma proximidade com os fornecedores de forma que consegue diminuir custos que se refletem em melhores preços ao cliente final.



Figura 5 – Logomarca

Fonte: Material disponibilizado pelo gestor

Além disso, o gestor enfatizou aspectos de marketing de relacionamento praticado com os clientes, em uma tentativa de mantê-los fidelizados. São dados brindes aos clientes que retornam, descontos por quantidade e para quem recomenda a loja (FIG. 6). Outro ponto interessante é que a loja possui múltiplos canais de atendimento ao cliente, além do atendimento presencial, é possível o cliente entrar em contato via telefone, *whatsapp*, *facebook* e *email*.



Figura 6 – Exemplo de brinde

Fonte: Material disponibilizado pelo gestor

Ficou muito claro na entrevista e durante o período da observação participante, usando a técnica de pesquisa observação, que um dos principais problemas a serem enfrentados é a questão da concorrência exercida pela tecnologia, isto é, a digitalização que “evita” ou diminui a necessidade de cópias xerox. Essa é uma preocupação recorrente da gestão.

4.2. Estrutura organizacional e organograma

Como já dito, a Mult Cópias é uma microempresa. Como tal, tem uma estrutura bastante enxuta e 18 funcionários, além de dois gestores principais, isto é, tomadores de decisão, o Sr. Welder e sua esposa. O organograma está disposto na

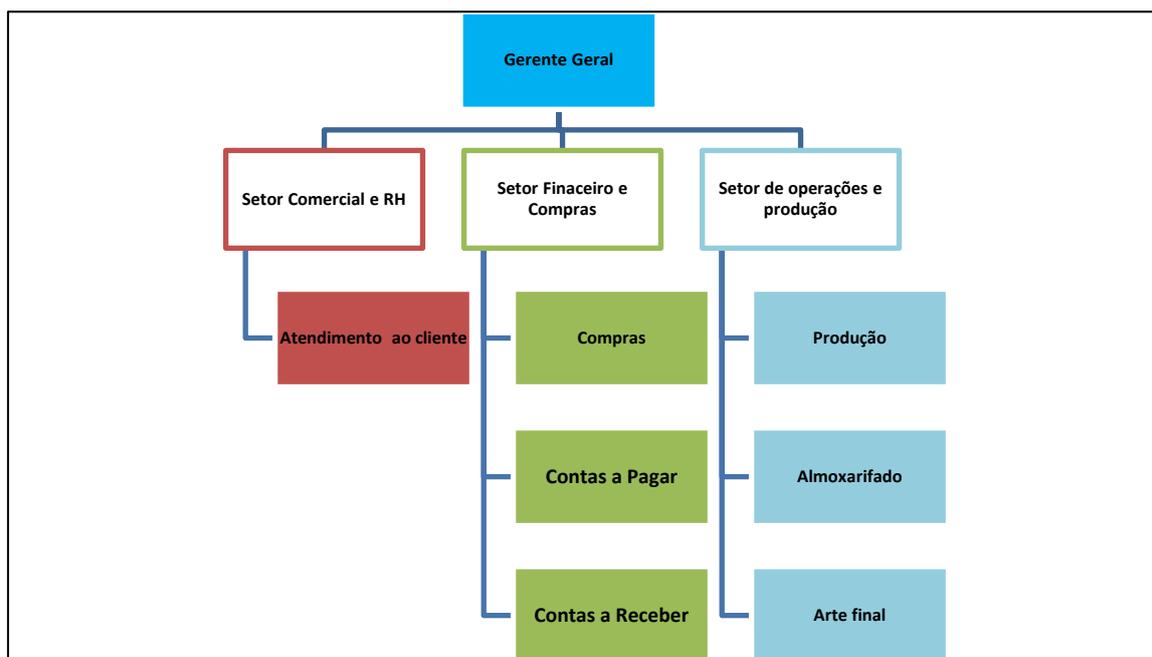


Figura 7 - Organograma

Fonte: Dados da pesquisa, 2017

Em termos de funcionários, o gestor explicou que buscam profissionais comunicativos, participativos e comprometidos com o dia-a-dia da loja. Além da remuneração salarial, a loja oferece comissões por vendas ao final de cada mês, como uma forma de incentivo e uma possibilidade de melhoria pessoal e financeira. Em termos de treinamento, todos passam por cerca de um mês de treinamento na loja na função a ser desempenhada. Claramente, a partir da entrevista e da observação, a gestão praticada pode ser classificada como centralizadora, sendo a tomada de decisão sempre feita pelo proprietário.

Em tempos de crise, o gestor conta que corta os planos de investimento em novas máquinas, novas tecnologias, uma vez que a loja possui um maquinário já de

última geração que atende bem ao mercado. Portanto, no momento atual, a loja está apenas fazendo manutenção no maquinário, para evitar defasagem.

4.3. Descrição da organização e seus produtos e/ou serviços

Como já mencionado anteriormente, a Mult Cópias oferece uma gama variada de produtos e serviços. Os principais itens são as cópias xerox, mas também há diversificação de ofertas, como banners, cartões profissionais, brindes promocionais.

Recentemente, segundo o gestor entrevistado, tentando seguir uma estratégia de diferenciação (PORTER, 1986), a empresa tem investido em produtos personalizados. Assim, tem ofertado, com exclusividade no mercado: (1) tonéis para bares (Fig. 8); (2) produtos que personalizam um ambiente da casa, como quarto (Fig. 9) ou cozinha (Fig. 10); (3) produtos que personalizam uma empresa, atuando no mercado business-to-business (Fig. 11).



Fig. 8 – Tonel

Fonte: Catálogo Muti Cópias



Figura 9 – Quarto personalizado
 Fonte- Catálogo Mult Cópias



Figura 10 – Cozinha personalizada
 Fonte – Catálogo Mult Cópias



Figura 11 – Bar Personalizado
Fonte – Catálogo Mult Cópias

4.4. Identificação do problema a ser analisado

A área específica a ser trabalhada nesse dossiê será Marketing.

Ao longo dos anos, a Mult Cópias vem perdendo participação de mercado de um dos seus principais produtos, a cópia xerox. Vários são os motivos que tem levado a tal perda, como (1) a queda crescente nos preços de impressoras domésticas, bem como nos suplementos como cartuchos, facilitando que tanto pessoas físicas quanto pequenas empresas, que são os principais públicos da Mult Cópias possam compra-las e, portanto, deixar de usar os serviços de xerox da empresa; (2) crescimento do mercado de e-books, diminuindo a necessidade de xerox de livros pelos estudantes; (3) facilidade de compartilhamento de documentos em formatos tipo PDF, implementada pela tecnologia e pela internet, diminuindo a necessidade de xerox.

Com isso, a empresa precisou diversificar sua atuação, como já tem feito. Isso pode ser visto pela amplitude da sua linha de produtos e serviços. No entanto, desde a sua fundação a empresa trabalha com cópias e seu gestor não quer abandonar essa tradição. Até porque um dos pontos fortes da empresa é justamente a boa relação com os fornecedores. Assim, o problema de marketing identificado é a

perda de mercado relativa ao principal produto da empresa, que, em termos de ciclo de vida do produto (CVP), já está na fase de declínio.

5. Sugestões de melhoria para o problema analisado

A partir da observação participante e da entrevista feita com o gestor, foi possível perceber que a Mult Cópias é uma empresa familiar, cujo principal produto era a cópia xerox. Atualmente, esse mercado, composto por clientes pessoas físicas e jurídicas, é responsável por cerca de 30% do faturamento da Mult Cópias, sendo que no início e fim do ano esse percentual chega a quase 50%. Isso se dá pelo início do ano escolar e pelo final do ano contábil.

No entanto, como já mencionado no diagnóstico, a empresa vem sofrendo com a diminuição deste mercado dada a facilidade de compra de impressoras domésticas, ao crescimento de ebooks e a facilidade de compartilhamento de PDFs.

Cabe então, atuar para conseguir manter-se um mercado tão importante no seu portfólio. Um primeiro ponto a ser destacado é que a Mult Cópias já vem atuando na diversificação, pois percebeu a ameaça que é manter-se concentrada num produto (cópias) que tende, praticamente, com o desenvolvimento da tecnologia, a desaparecer. Nesse sentido, a empresa busca apresentar produtos gráficos diferenciados, como já evidenciado ao longo desse trabalho.

Por outro lado, especificamente, em termos do xerox, é possível traçar estratégias desde as mais simples até as mais complexas, que requeiram um planejamento mais detalhado. Nesse sentido, oferecer, aos clientes que querem cópias, a digitalização de materiais a serem copiados, que podem ser enviados por email, whatsapp, etc. Essa solução é muito boa, é ambientalmente sustentável, minimiza custo para a empresa e preço para o cliente (já que não necessita de papel nem de tinta) e também não necessita de investimento em novo maquinário pois as máquinas existentes já possuem essa função. Além disso, já se percebe que o mercado de clientes corporativos cada vez mais está migrando de cópias em papel para cópias digitais, sendo, portanto, uma solução factível e acessível para esse tipo

de clientela. Assim, essa primeira proposta é simples, a ser implementada no curtíssimo prazo, necessitando apenas de uma campanha simples de conscientização dos clientes, a ser feita no próprio momento da compra, no balcão. Brindes e promoções podem ser dados a clientes que optarem pela cópia digital, como forma de incentivo a esse tipo de “xerox”.

Uma outra estratégia, de médio e longo prazo, é transformar o mercado de cópias para o mercado de gestão de documentos. Isso inclui comprar espaço nas nuvens e fornecer aos clientes corporativos a possibilidade de terceirizarem por completo a gestão de seus documentos, desde a digitalização completa de todo o seu escritório até o arquivamento e documentação de todos os papéis. Obviamente, caso esse mercado se torne muito lucrativo, pode ser necessário abrir uma outra empresa, a Mult Docs, cujo negócio seja especificamente a gestão de documentos.

6. Considerações finais

A Mult Cópias é uma empresa familiar que se tornou uma empresa independente em 2014 e está em franca expansão. O proprietário, um jovem gestor, tem formação em Administração e perfil empreendedor. A esposa, que também atua na firma, está se qualificando em design gráfico e mídias digitais. Dessa forma, o corpo gestor da empresa mostra-se apto a tratar os desafios com expertise necessária. Isso já é um diferencial nesse setor, muito dominado por papelarias que cresceram e se aventuram em serviços gráficos, mas não possuem qualificação técnica e gerencial para atuação.

A empresa atua no negócio de serviços gráficos, tendo o xerox como carro-chefe, cujos clientes são corporativos e pessoas físicas; bem como confecção de cartões de visita, faixas e banners. Recentemente, houve diversificação do seu portfólio de produtos, passando a atuar na personalização de ambientes e produtos diferenciados, como brindes e tonéis.

Como pontos fortes, a empresa tem o foco na qualidade dos serviços, relacionamento de longo prazo e parcerias com fornecedores, investimento em tecnologias de ponta, entregas rápidas e múltiplos canais de atendimento.

Como pontos fracos, destacam-se a gestão centralizadora, o alto índice de rotatividade dos funcionários e a desmotivação dos funcionários, por falta, principalmente, de um plano de carreira.

Durante a pesquisa, pôde-se perceber que o que afeta no mínimo 30% do faturamento mensal da empresa é a cópia xerox. Isso se constitui em um problema atual de marketing, visto que esse produto (xerox0, no ciclo de vida de produtos (CVP) encontra-se no estágio declínio. Afirma-se isso porque “tirar cópias” vem sendo substituído pela impressão doméstica ou por tecnologias de digitalização e compartilhamento de documentos.

Por outro lado, o gestor não pode e nem se mostra aberto a simplesmente abandonar esse mercado. Assim, as sugestões de melhorias passam por medidas mais imediatas, como oferecer cópias “xerox digitais”, isto é, sem papel. Ao invés de xerox, o produto entregue ao cliente será uma cópia escaneada, a ser enviado por meio digital. É uma solução rápida mais barata e “limpa”, isto é, ambientalmente sustentável.

Outra medida de médio ou longo prazo seria expandir a atuação para o negócio de gestão de documentos, oferecendo total digitalização, armazenagem e gestão de arquivos e de papéis de escritórios de clientes corporativos.

Finalmente, cabe ressaltar que a empresa já vem caminhando no sentido de diversificação e está apta a se manter bem posicionada no mercado em que atua.

Referências

BOONE, L. E.; KURTZ, D, L. **Marketing Contemporâneo**. 12ª. Edição. São Paulo: Cengage Learning, 2009.

DIAS, S. R. **Gestão de Marketing**. 1ª Edição. São Paulo: Saraiva, 2004.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5ª Edição. São Paulo: Atlas, 1999.

GREWAL, D.; LEVY, M. **Marketing**. 2ª. Edição. Porto Alegre: Bookman, 2012.

KOTLER, P.; KELLER, K. L. **Administração de Marketing**. 14ª. Edição. São Paulo: Pearson, 2012.

KRIPPENDORFF, K. **Content analysis**: na introduction to its methodology. Newbury Park, CA: Sage Editors, 1980.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 6ª Edição. São Paulo: Atlas, 2005.

MARIANI, M. **Marketing**; recenti applicazioni e strumenti operativi. Seconda Edizione. Pisa: Pisa Università Press, 2005.

MISUNAGA, H. Y.; SILVA, P. R. **Estágio I; Metodologia**. Maringá: UniCesumar, 2016.

OLIVEIRA, B. **Gestão de Marketing**. 1ª Edição. São Paulo: Pearson, 2012.

PORTER, M. E. **Estratégia competitiva**: técnicas para análise da indústria e da concorrência. 7ª . Edição. Rio de Janeiro: Campus, 1986,

ROESCH, S. M. A. **Projetos de estágio e de pesquisa em administração**: guia para estágios, trabalhos de conclusão, dissertações e estudos de caso. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2007.

SELLTIZ, C. et al. **Métodos de pesquisa nas relações sociais**. São Paulo: EPU, 1975.

VERGARA, S. C. **Métodos de Pesquisa em Administração**. 6ª Edição. São Paulo: Atlas, 2005.

WEST, D.; FORD, J.; IBRAHIM, E. **Strategic Marketing**. 1ª Edição. New York: Oxford University Press, 2006.

APRENDENDO A EMPREENDER: ANÁLISE DO PERFIL EMPREENDEDOR DE ALUNOS DO TERCEIRO ANO DO ENSINO MÉDIO

Luciane de Oliveira¹¹

Roberto Carlos Dalongaro¹²

Amanda Oliveira Ramadam¹³

Amanda Antonello Giuliani¹⁴

RESUMO

A palavra Empreendedorismo está intimamente relacionada a capacidade de criar e gerir empresas, porém sabe-se que sua abrangência ultrapassa este enfoque e propõem habilidades e capacidades comportamentais. Neste sentido, pressupõe-se que o indivíduo empreendedor é capaz de ousar, planejar, trabalhar com criatividade, ter iniciativa e liderança. Desta maneira, essas características, ditas empreendedoras, estão sendo, cada vez mais exigidas pelo mercado de trabalho e resultam em crescimento pessoal e profissional, contribuindo para o desenvolvimento local e regional. O presente estudo está vinculado ao projeto de iniciação científica da URI – São Luiz Gonzaga proveniente do EDITAL / PROPEPG Nº 03 de 06 de fevereiro de 2017, e tem como objetivo verificar o perfil empreendedor dos alunos do terceiro ano do ensino médio da escola Érico Veríssimo do município de Roque Gonzales, bem como avaliar o comportamento destes alunos quando estimuladas a posturas empreendedoras. A pesquisa é de cunho exploratória e descritiva e utiliza-se de meios bibliográficos e de levantamento. Quanto à natureza dos dados, este estudo apresenta-se como abordagem quantitativa, sendo os dados analisados por métodos estatísticos. Por fim, observa-se que o ensino do empreendedorismo pode ser um importante aliado no desenvolvimento dos alunos, bem como da comunidade em que estão inseridos.

Palavras chave: Empreendedorismo. Perfil empreendedor. Ensino do empreendedorismo.

ABSTRACT

The word entrepreneurship is closely related to the ability to create and manage

¹¹ Mestra em Gestão Estratégica das Organizações. Professora dos cursos de Administração e Ciências Contábeis da URI – São Luiz Gonzaga. Orientadora do projeto de pesquisa. E-mail: luciane@viacom.com.br.

¹² Mestre em Gestão Estratégica das Organizações. Professor dos cursos de Administração e Ciências Contábeis da URI – São Luiz Gonzaga. Co-Orientador do projeto de pesquisa. E-mail: robertocarlosad@hotmail.com

¹³ Graduanda em Administração da UFSM - Universidade Federal de Santa Maria. E-mail: amandaramadam@gmail.com.

¹⁴ Mestra em Gestão Estratégica das Organizações. Professora do curso de Administração da URI - São Luiz Gonzaga - RS. E-mail: amandagiuliani@yahoo.com.br.

businesses, but it is known that its scope goes beyond this approach and proposes behavioral skills and abilities. In this sense, it is assumed that the entrepreneurial individual is able to dare, to plan, to work with creativity, to have initiative and leadership. In this way, these characteristics, called entrepreneurs, are being increasingly demanded by the labor market and result in personal and professional growth, contributing to local and regional development. The present study is linked to the project of scientific initiation of URI – São Luiz Gonzaga from the EDITAL / PROPEPG Nº 03 of February 6, 2017, and aims to verify the entrepreneurial profile of the students of the third year of high school Érico Veríssimo of the municipality of Roque Gonzales, as well as to evaluate the behavior of these students when stimulated to entrepreneurial positions. The research is exploratory and descriptive and uses bibliographical and survey means. Regarding the nature of the data, this study is presented as a quantitative approach, the data analyzed by statistical methods. Finally, it is observed that the teaching of entrepreneurship can be an important ally in the development of the students, as well as the community in which they are inserted.

Keywords: Entrepreneurship. Business profile. Teaching of entrepreneurship.

1. Introdução

Atualmente, o cenário de grandes transformações sociais, econômicas e tecnológicas alterou as relações no mercado de trabalho. O mercado deixou de ser composto somente por grandes organizações, passando a ter uma valiosa contribuição de pequenas e microempresas. Empresas estas conduzidas por empreendedores, ou seja, pessoas audaciosas, criativas, visionárias, que com o seu trabalho impulsionam o desenvolvimento da região através da geração de empregos e riqueza.

Esta conjunção de fatores somados a importância das micro e pequenas empresas na economia do país e, em especial na região das Missões, desperta a discussão para o tema empreendedorismo que vem se firmando como opção para a solução de problemas como o desemprego e para a falta de ocupação economicamente útil das pessoas. Dornelas (2012), descreve que o momento atual pode ser chamado da era do empreendedorismo, pois são os empreendedores que estão eliminando barreiras comerciais e culturais, encurtando distâncias, globalizando e renovando os conceitos econômicos, criando novas relações de

trabalho e novos empregos, quebrando paradigmas e gerando riquezas para a sociedade.

Entende-se que muitos fatores contribuem para o surgimento do empreendedorismo, tais como, família, experiências de trabalho, cultura e personalidade. Porém, as influências de educação e treinamento, podem despertar e desenvolver atitudes e habilidades empreendedoras. Além disso, a educação empreendedora pode conscientizar sobre as possibilidades desta carreira, sendo proprietário de um negócio, como também, para serem empreendedores em qualquer atividade que escolherem, seja empregado do governo, do terceiro setor, de grandes empresas, pesquisadores, etc.

Filion (1999), declara que a educação empreendedora é diferente do processo de ensino tradicional, por se calcar mais na atividade do próprio aluno, de uma forma mais experiencial, mais prática e contextualizada no mundo real.

Sendo assim, ciente que tornar-se um profissional bem-sucedido exige inúmeras qualidades específicas, este estudo procurou verificar o perfil empreendedor dos alunos do terceiro ano do ensino médio da escola Érico Veríssimo do município de Roque Gonzales, bem como avaliar o comportamento destes alunos quando incentivados a posturas empreendedoras. Com base nesta ideia, o trabalho foi estruturado em três encontros onde buscou-se, primeiramente desenvolver o autoconhecimento e a prospecção de futuro, na sequência procurou-se desenvolver as características inerentes ao empreendedor e, por fim promover a criação de um negócio.

Acredita-se que o tema proposto neste estudo é extremamente contributivo, já que a educação empreendedora, propõe fomentar atitudes que estimulam o desenvolvimento pessoal e profissional. Este desenvolvimento ocorre através da construção de novos padrões de comportamento, com a intenção de preparar pessoas para pensar e agir, com criatividade, utilizando a liderança e a visão de futuro para ocuparem o seu espaço em um mercado altamente competitivo.

2. Revisão bibliográfica

2.1. Empreendedorismo

A palavra empreendedor (*entrepreneur*) surgiu na língua francesa, e quer dizer: aquele que assume riscos e começa algo novo. Porém, um dos conceitos mais antigos e que melhor define o termo empreendedorismo foi dado em 1949, por Joseph Schumpeter que o popularizou através de sua teoria da Destruição Criativa, afirmando que “o empreendedor é aquele que destrói a ordem econômica existente pela introdução de novos produtos e serviços, pela criação de novas formas de organização ou pela exploração de novos recursos e materiais” (DORNELAS, 2012, p.28).

Schumpeter descreve que o empreendedor é mais conhecido como aquele que cria novos negócios, mas pode também inovar dentro dos negócios já existentes, ou seja, é possível ser empreendedor dentro de empresas já constituídas (DORNELAS, 2008).

Segundo o IBGE (2011), a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico complementa as definições de empreendedorismo, associando à criação de valor, seja este econômico (aumento da economia e da produtividade), social (redução da pobreza e criação de melhores empregos) ou cultural (criação de capital cultural e criativo).

Dessa forma, pode-se dizer, que os conceitos de empreendedorismo estão atrelados a inúmeras características e habilidades pessoais. De acordo com Chiavenato (2008), necessidade de realização, disposição de assumir riscos e autoconfiança são atributos básicos ao empreendedor. Dornelas (2008), acrescenta que o empreendedor possui iniciativa, sabe tomar decisões e explorar ao máximo as oportunidades; são determinados e dinâmicos; são dedicados, otimistas e apaixonados pelo que fazem; são independentes, líderes e bem relacionados, possuem conhecimento, são organizados, sabem planejar, assumem riscos calculados e criam valor para a sociedade.

Com a expansão do empreendedorismo para outras áreas como: a sociologia, a psicologia e demais ciências do comportamento humano, o termo empreendedorismo ganhou outras abrangências, ultrapassando à empresa. Assim, considera-se empreendedor os empregados de empresas, do governo, do terceiro setor, os que estão em função de ensino e pesquisa.

Diante desta abrangência conceitual, o empreendedorismo coletivo ganhou destaque, pois se caracteriza pela união de indivíduos e/ou organizações. Esta união promove uma sociedade, economicamente, sustentável e auto colaborativa que promove o bem-estar da coletividade e o desenvolvimento mútuo da comunidade, através do trabalho conjunto. Dentro do ambiente interno das organizações, o empreendedorismo ganhou referência com o termo *intraempreendedor*, ou seja, “qualquer pessoa dentro da organização que utiliza seu talento para criar e conduzir projetos de caráter empreendedor na organização” (HASCHIMOTO, 2006).

Assim, considerando a variedade de conceitos, percebe-se que o empreendedorismo ultrapassa os limites da eficácia administrativa nas organizações e torna-se fator decisivo na construção de uma sociedade mais cidadã, já que possibilita ao empreendedor atender suas demandas pessoais e contribui, positivamente, no crescimento econômico.

2.2. O ensino do empreendedorismo

Uma das polêmicas quanto ao ensino do empreendedorismo está na questão, se o mesmo pode ser ensinado ou não. Até alguns anos atrás, acreditava-se que o empreendedor era inato, que nascia com um diferencial e era predestinado ao sucesso nos negócios. Hoje, acredita-se que mesmo considerando que alguns indivíduos podem nascer com características empreendedoras mais desenvolvidas que outros, o processo empreendedor pode ser ensinado e entendido por todos e que o sucesso é decorrente de uma gama de fatores internos e externos ao negócio, do perfil do empreendedor e de como ele administra as adversidades que encontra no dia a dia de seu empreendimento (DORNELAS, 2008, p.23).

Degen (2009), defende que ninguém nasce empreendedor, somos fruto do capital social, que é tudo aquilo que herdamos ao longo da vida (formação familiar, religiosa, escolar, convívio com amigos e sociedade, experiências, conhecimento...), ou seja, essa herança, chamada de capital social, predispõe algumas pessoas a serem empreendedoras. É certo que alguns têm mais facilidade que outros, mas não é algo determinístico, algo inato e sim, algo que pode ser adquirido. Dolabela (2008)

reforça “tudo indica que o empreendedor seja fruto de uma cultura”, porém em circunstâncias favoráveis ao auto aprendizado é possível ensinar o empreendedorismo a qualquer pessoa. Drucker (1985), corrobora que as pessoas não nascem empreendedoras, mas se tornam empreendedoras através do convívio com pessoas empreendedoras, da permanência em locais que possibilitam ser e do exercício cotidiano.

Neste contexto, a escola pode capacitar os alunos, desenvolvendo ou fortalecendo as aptidões básicas para o empreendedor, através de dinâmicas ou projetos específicos, que visem entender o perfil do aluno, sua forma de aprendizado e suas perspectivas futuras.

Lautenschlänger e Haase (2011) apud Rocha e Freitas (2014), sinalizam que existem aspectos do empreendedorismo que podem ser fáceis de ensinar e outros não, habilidades e competências como: criatividade, inovação, proatividade, tomada de decisão e propensão ao risco, são aspectos que não se encontram devidamente respaldados por métodos de ensino tradicionais, enquanto a aula expositiva clássica pode colaborar na transmissão de conceitos teóricos e culturais sobre o tema.

Dessa forma, a educação empreendedora transforma-se em um instrumento fundamental para inserir novas formas de aprendizado no momento que propõem um ensino crítico e contextualizado, não se limitando aos aspectos dissociados do contexto e as demandas concretas dos alunos.

Assim, pode-se dizer que a formação empreendedora é o processo de construção de novos padrões de comportamento, a partir de descobertas sobre as potencialidades pessoais, contexto cultural, motivações e sonhos com a intenção de preparar pessoas para aprenderem a agir e a pensar por conta própria, com criatividade, utilizando a liderança e a visão de futuro para ocuparem o seu espaço em um mercado altamente competitivo.

3. Metodologia

O presente estudo está relacionado ao projeto de iniciação científica da URI – São Luiz Gonzaga proveniente do EDITAL / PROPEPG N° 03 de 06 de fevereiro de 2017, e tem como objetivo verificar o perfil empreendedor dos alunos do terceiro ano

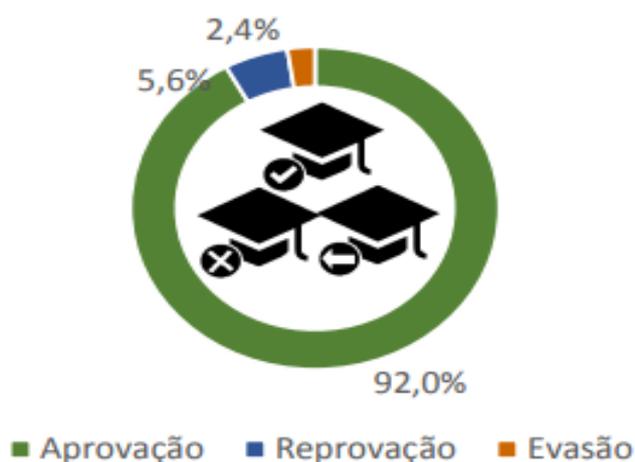
do ensino médio da escola Érico Veríssimo do município de Roque Gonzales, bem como avaliar o comportamento destes alunos quando estimuladas a posturas empreendedoras.

A cidade de Roque Gonzales é um pequeno município, localizado no interior do Rio Grande do Sul. De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) a população da cidade de é de 7.203 pessoas, dados do último censo realizado em 2010. No que se refere a renda da população, em 2015, o salário médio mensal na cidade era de 2,3 salários mínimos.

No que tange a educação, dados do IBGE (2010) apontam que a cidade apresentou taxa de escolarização (para pessoas de 6 a 14 anos) de 97.8%. A cidade possui apenas uma escola que oferece ensino médio, em 2015, a escola pública estadual possuía 215 alunos matriculados entre o primeiro e o terceiro ano do ensino médio.

A figura 1 extraída do Perfil das cidades Gaúchas, revela a taxa de desempenho escolar dos alunos do ensino médio da cidade de Roque Gonzales – RS. (SEBRAE/RS, 2017).

Figura 1 - Taxa de desempenho escolar ensino médio



Fonte: (SEBRAE/RS, 2017, p. 13)

A partir da caracterização da cidade de Roque Gonzales, nota-se a importância da realização deste estudo para o seu desenvolvimento. Para tanto, pretende-se verificar o perfil empreendedor dos alunos do terceiro ano bem como

avaliar o comportamento destes alunos quando estimuladas a posturas empreendedoras.

Desta forma, este estudo caracteriza-se quanto aos seus objetivos como uma pesquisa exploratória e descritiva. Para Gil (2010) a pesquisa exploratória tem como propósito proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torna-lo mais explícito ou a construir hipóteses. Enquanto na pesquisa descritiva, Gil (2010, p.27), destaca que objetiva descrever as características de determinada população. O tipo descritivo tem por objetivo estudar as características de um grupo, levantar as opiniões, atitudes e crenças de uma população.

Quanto ao método empregado, a pesquisa caracteriza-se como uma pesquisa participante, já que houve interação direta entre pesquisador e pesquisado. A pesquisa participante tem o propósito de “auxiliar a população envolvida a identificar por si mesma os seus problemas, a realizar a análise crítica destes e a buscar as soluções adequadas” (GIL, 2010 p. 43).

Em relação à forma de abordagem, essa pesquisa enquadra-se como quantitativa. Trata-se de uma pesquisa quantitativa porque procura verificar a frequência das variáveis de estudo. Segundo Chizzotti (2001), a pesquisa do tipo quantitativa tem intenção de prever a mensuração de variáveis preestabelecidas procurando verificar e explicar sua influência sobre outras variáveis mediante a análise de frequência de incidências e de correlações estatísticas.

Como instrumento de pesquisa neste estudo utilizou-se o questionário com perguntas fechadas, analisadas de acordo com a escala de Likert. Segundo Malhotra (2006, p.266), a escala de Likert “é uma escala de mensuração com cinco categorias de respostas, variando de discordo totalmente a concordo totalmente”.

A coleta de dados ocorreu pelos professores responsáveis pelo projeto com os alunos do terceiro ano do ensino médio da escola participante durante o último encontro de maneira *online*, com um questionário inserido em um formulário gerado através do *Google Drive*. A amostra foi representada pelos alunos que estavam presentes na atividade no último dia do projeto. Além do questionário sobre perfil empreendedor foi agrupado, questões de ordem sociais demográficas gênero e idade.

Sendo assim, após a coleta de dados, os resultados foram tabulados e analisados a partir de tabelas do *Microsoft Excel 2013* onde foram analisadas as médias e o desvio padrão das variáveis do questionário. A pesquisa identificou o perfil do aluno quanto suas características empreendedoras, bem como avaliou a execução do projeto “Aprendendo a Empreender”.

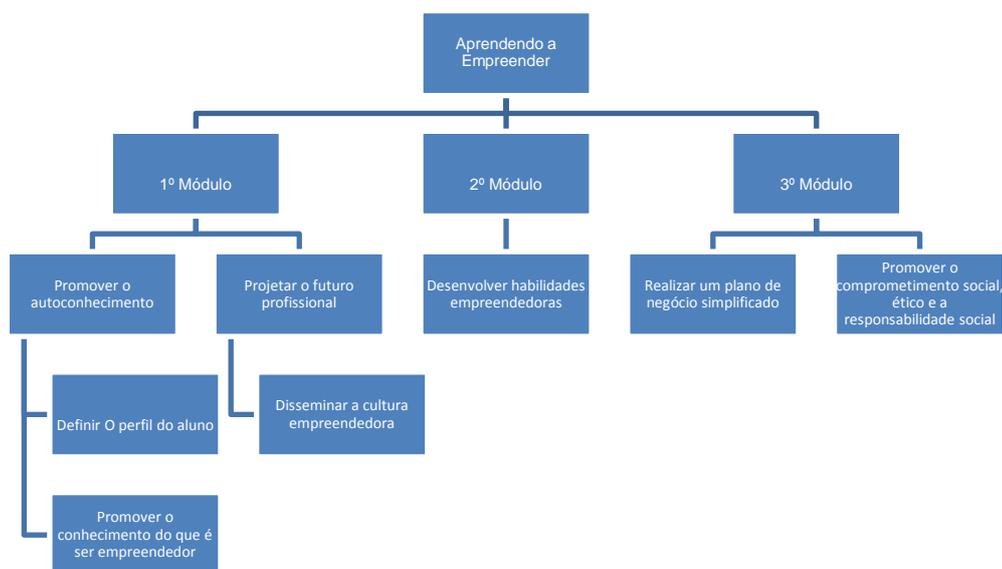
4. Análise dos resultados

Este capítulo apresenta a caracterização do projeto “Aprendendo a Empreender” bem como a discussão dos resultados referente a pesquisa feita junto aos 19 alunos do ensino médio da escola pública estadual de Roque Gonzales, sendo 18 alunos do gênero feminino e 1 masculino. Quanto a faixa etária, 14 dos respondentes possuem entre 17 e 20 anos e 5 de 15 a 17 anos. Quando questionados sobre se já possuíam conhecimentos do que é empreender (ações, características e habilidades) antes do projeto “Aprendendo a Empreender”, 11 alunos responderam que não possuíam conhecimento e 8 possuíam conhecimento sobre o tema.

O projeto Apreendendo a Empreender serve como o passo inicial para que escolas possam proporcionar aos seus alunos uma educação empreendedora. Com base nesta ideia, o estudo foi estruturado visando três encontros disponibilizados em módulos que foram executados nos turnos e horários de aula dos alunos do terceiro ano. No primeiro módulo buscou-se desenvolver o autoconhecimento e a prospecção de futuro, na segunda etapa procurou-se desenvolver as características inerentes ao empreendedor e, por fim promover a criação de um negócio.

Os módulos foram divididos em subitens conforme a figura 2:

Figura 2: Módulos de trabalho



Fonte: Elaborado pelos autores.

A partir dos questionários aplicados com os alunos do terceiro ano do ensino médio, infere-se que 10 dos respondentes possuem o desejo de abrir seu próprio negócio e 6 alunos são indiferentes a essa questão, reforçando a importância do ensino do empreendedorismo, visto o pequeno número de pessoas ocupadas (11%) da cidade. Assim, pode-se dizer que o ensino do empreendedorismo no município é relevante, já que possibilita a criação de novos negócios propiciando empregabilidade, desenvolvimento e geração de renda.

A Tabela 1 apresenta a média e o desvio padrão das variáveis do questionário sobre capacidade empreendedora aplicado com os alunos do ensino médio, com escala de concordância sendo de 1, Discordo Totalmente à 5, Concordo Totalmente.

Tabela 1 – Média e desvio padrão Capacidade empreendedora

Variáveis	Média	Desvio Padrão
Tenho vontade de abrir meu próprio negócio	3,84	0,90
Creio que tenho uma boa habilidade em detectar oportunidades de negócios no mercado	3,26	0,93
No ambiente escolar, considero-me uma pessoa muito mais persistente que as demais	3,53	0,96
Entendo que só conseguirei me aprimorar pessoal e profissionalmente se me	3,79	0,79

propuser metas cada vez mais ousadas		
Frequentemente sou escolhido como líder em atividades escolares	2,58	1,02
As pessoas pedem minha opinião sobre assunto de trabalho ou escola	4,21	0,71
Nas atividades que executo, normalmente influencio a opinião de outras pessoas a respeito de um assunto	3,63	0,68
No meu trabalho e /ou escola sempre planejo muito bem tudo o que faço	3,79	0,79
Sempre procuro estudar muito a respeito de cada situação que envolva qualquer tipo de risco	3,74	0,81
Incomoda-me muito ser pego de surpresa por fatos que eu poderia ter previsto	3,84	0,76
Prefiro um trabalho repleto de novidades a uma atividade rotineira	4,05	0,85
Gosto de mudar minha forma de trabalho sempre que possível	3,68	0,89
Eu assumiria uma dívida de longo prazo, acreditando nas vantagens que uma oportunidade de negócio me traria	3,05	1,22
Admito correr riscos em troca de possíveis benefícios	3,47	0,96
Relaciono-me muito facilmente com outras pessoas	3,53	0,90

Fonte: Dados da pesquisa.

Percebe-se que, a respeito dos fatores que compõem o questionário, as médias variam entre 2,58 e 4,21. Esses dados indicam que os respondentes da pesquisa são indiferentes em relação a algumas questões e concordam com outras. Verifica-se também que nenhuma variável obteve média geral equivalente a 5, ou seja, os futuros profissionais da cidade de Roque Gonzales, em análise conjunta dos dados, não concordam totalmente com os questionamentos. Nota-se que as variáveis apresentam, no geral, desvio padrão alto indicando que houve divergências de opiniões em relação às respostas sobre capacidade empreendedora dos estudantes.

A variável que, no geral, apresentou maior média foi “As pessoas pedem minha opinião sobre assunto de trabalho ou escola”, enquanto a menor média foi vista na variável “Frequentemente sou escolhido como líder em atividades escolares” com média 2,58, e um desvio padrão alto de 1,02.

Além disso, ressalta-se a média de outras questões. “Prefiro um trabalho repleto de novidades a uma atividade rotineira” apresentou média geral que tende ao concordo de 4,05. Por outro lado, a variável “Eu assumiria uma dívida de longo prazo, acreditando nas vantagens que uma oportunidade de negócio me traria” obteve 3,05 de média geral, indicando que os respondentes agem de maneira indiferente de acordo com essa variável.

Esses resultados apontam que, no geral, os alunos do terceiro ano do ensino médio, participantes da pesquisa, concordam com variáveis que dizem respeito à reconhecimento e novidades no ambiente laboral, enquanto em relação à liderança e a assumir riscos na opinião dos estudantes apresentaram-se indiferentes, ou seja, nem concordaram, nem discordaram.

Considerações finais

O presente estudo se propôs verificar o perfil empreendedor dos alunos do terceiro ano do ensino médio da escola Érico Veríssimo do município de Roque Gonzales, bem como avaliar o comportamento destes alunos quando estimuladas a posturas empreendedoras. O trabalho foi realizado por meio de um Projeto de extensão da URI – São Luiz Gonzaga, onde buscou-se colaborar para o desenvolvimento pessoal e profissional destes alunos e, em consequência, da comunidade.

Para atingir o objetivo do estudo, realizou-se uma pesquisa exploratória e descritiva de cunho quantitativo com os futuros profissionais. O questionário foi o instrumento utilizado para a coleta de dados, sendo de abordagem quantitativa em escala *Likert* de concordância.

É importante destacar que 10 dos respondentes (52,63%) possuem o desejo de empreender em seu próprio negócio, avalizando, desta forma a importância do projeto.

Os resultados observados apontam que os participantes do estudo, de modo geral, são indiferentes a algumas variáveis ou concordam com outras. As maiores médias gerais situaram-se nas questões que abordaram assuntos como fornecer opinião em atividades e novidades no ambiente escolar. Desse modo, eles concordam que apresentam essas características, as quais são importantes para o empreendedor. Por outro lado, verificou-se que aspectos quanto a liderança e a assumir riscos na opinião dos estudantes, apresentaram as menores médias gerais.

Conforme Dornelas (2008), o empreendedor possui iniciativa, sabe tomar decisões, explora ao máximo às oportunidades e é líder. Nesse sentido, percebeu-

se a importância de estimular os estudantes a desenvolverem essas características, visto que foram atribuídas, de modo geral, médias menores a esses fatores.

Desta forma, as informações obtidas por esta pesquisa são de relevância tanto para a instituição educacional, como para o aperfeiçoamento do projeto de extensão. Os resultados podem contribuir para que os professores da escola, busquem atividades que fomentem características da educação empreendedora, aprimorando-as e desenvolvendo o futuro empreendedor.

Além disso, tratar do tema empreendedorismo em um contexto que se encontra em constante atualização e desenvolvimento de novas maneiras de atuação é de grande relevância.

Por fim, este estudo é limitado ao local pesquisado, o que impossibilita a generalização dos resultados a outros campos. Como sugestão para trabalhos futuros, orienta-se a aplicação desta metodologia de estímulo ao empreendedorismo em outras turmas de terceiro ano de escolas públicas e particulares a fim de traçar comparativos e obter um panorama geral da capacidade empreendedora dos estudantes.

Referências

CHIAVENATO, Idalberto. **Empreendedorismo**: dando asas ao espírito empreendedor. São Paulo: Saraiva, 2008.

CHIZZOTTI, A. **A pesquisa em ciências humanas e sociais**. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2001.

DEGEN, Ronald Jean. **Empreendedor**: empreender como opção de carreira. São Paulo. Pearson Prentice Hall, 2009.

DOLABELA, Fernando. **Oficina do Empreendedor**: a metodologia de ensino que ajuda a transformar conhecimento em riqueza. Rio de Janeiro: Sextante, 2008.

DRUCKER. P. F. **Innovations and Entrepreneurship**. London: Heinemann, 1985.

DORNELAS, José Carlos Assis. **Empreendedorismo**: transformando ideias em negócios. 4 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. 2^o reimpressão.

DORNELAS, José Carlos Assis. **Empreendedorismo**: transformando ideias em negócios. 3.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

FILION, L. J. **Empreendedorismo como tema de estudos superiores**. Conferência feita no evento a Universidade Formando Empreendedores, CNI-IEL Nacional, Brasília, 1999. Disponível em:

<<http://www.iel.org.br/programa/empreend/discurs4.html>>. Acesso 12 junho 2016.

HASHIMOTO, M. **Espírito empreendedor nas organizações**: Aumentando a competitividade através do intraempreendedorismo. São Paulo: Saraiva, 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **IBGE Estatística de Empreendedorismo**, 2011. Disponível em:

<ftp://ftp.ibge.gov.br/Estatisticas_de_Empreendedorismo/2011/empreendedorismo2011.pdf>. Acesso 22 junho 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ESTATÍSTICA E GEOGRAFIA. **Panorama cidades**.

Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/roque-gonzales/panorama>>. Acesso em: 22 novembro 2017.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5.ed. São Paulo, Atlas, 2010.

LAUTENSCHÄGER, A., & Hasse, H (2011). The myth of entrepreneurship education: development, trends, and challenges. **Entrepreneurship Theory and Practice**, 29(5),577-598. Dóí:10.1111/j.1540-147-161.

MALHOTRA, Naresh K. **Pesquisa de marketing**: uma orientação aplicada. 4 ed. Porto Alegre, Bookman, 2006.

ROCHA, Estevão Lima de Carvalho; FREITAS Ana Augusta Ferreira. **Avaliação do Ensino de Empreendedorismo entre Estudantes Universitários por meio do Perfil Empreendedor**. RAC, Rio de Janeiro, v.18, n. 4, art. 5, p.465-486, Jul./Ago,2014.

SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DO RIO GRANDE DO SUL (SEBRAE/RS). **Perfil das cidades Gaúchas**: Roque Gonzales. Porto Alegre, 2017. Disponível em: <http://ambientedigital.sebrae-rs.com.br/Download/PerfilCidades/Perfil_Cidades_Gauchas-roque_gonzales.pdf>. Acesso em: 22 nov 2017.

PRINCÍPIOS DA ÉTICA NA GESTÃO PÚBLICA: TEMA PARA A REFLEXÃO

José Konzen¹⁵
Luciane de Oliveira¹⁶

RESUMO

Em uma crescente evolução, o assunto ética vem ganhando espaço em todas as rodas de conversa, gerando debates, angariando territórios cada vez maiores, envolvendo todas as classes, culturas e credos em uma mesma e incessante busca, de garantir a convivência em uma sociedade mais responsável eticamente. Neste sentido, é importante ressaltar a ética pública, embora o Brasil esteja passando por uma série de intempéries, a ética no serviço público deve ser vista como condutora e disseminadora de uma postura a ser seguida. Neste sentido este trabalho tem por objetivo analisar a importância da ética na gestão pública, e para tanto, pretende-se conceituar o termo ética, em especial na área pública e analisar os princípios constitucionais da Administração pública como elemento que perpassa a totalidade desses princípios. Esta pesquisa é caracterizada como descritiva de análise qualitativa sendo utilizado material bibliográfico para a sua execução. Por fim, observa-se a importância de se desenvolver uma consciência ética coletiva, com a intenção de questionar a cultura comportamental que compactua com atos ilícitos e práticas indevidas, bem como despertar princípios democráticos e de cidadania. O presente trabalho não pretende esgotar o assunto, mas sim propor reflexões sobre o tema.

Palavras-chave: Ética. Gestão Pública. Transparência.

ABSTRACT

In a growing evolution, the ethical subject has been gaining space in all the wheels of conversation, generating debates, raising ever greater territories, involving all classes, cultures and creeds in the same and incessant search, to guarantee the coexistence in a society more ethically responsible. In this sense, it is important to emphasize public ethics, although Brazil is experiencing a series of inclemencies, ethics in the public service must be seen as a conduit and disseminator of a posture to be followed. In this sense, this paper aims to analyze the importance of ethics in public management, and for that, we intend to conceptualize the term ethics, especially in the public area and analyze the constitutional principles of public administration as an element that permeates all of these principles. This research is characterized as descriptive of qualitative analysis being used bibliographic material for its execution. Finally, we note the importance of developing a collective ethical conscience, with the intention of questioning the behavioral culture that compares with illicit acts and improper practices, as well as awakening democratic principles

¹⁵ Acadêmico do Curso de Administração. URI - São Luiz Gonzaga. Jkonzen41@gmail.com

¹⁶ Docente do Curso de Administração. URI- São Luiz Gonzaga. lucoliveira06@gmail.com

and citizenship. The present work does not intend to exhaust the subject, but to propose reflections on the subject.

Keywords: Ethic. Public administration. Transparency

1. Introdução

Atualmente a ética vem ganhando espaço e gerando debates envolvendo a sociedade e a gestão pública, deixando de ser vista apenas como um problema moral, mas também como uma ameaça à ordem econômica.

Embora tenha ocorrido inúmeros avanços nos últimos anos em relação a transparência na ética da gestão pública, ainda existe um hiato entre as normas referidas e as ações praticadas. Este cenário provoca incertezas diante de tais atitudes que desconfiguram a razão de ser da gestão pública, que tem por preceito ocupar-se da defesa, conservação e aprimoramento dos bens, serviços e interesses da coletividade.

Compreende-se que a ação ética deve nortear a conduta dos indivíduos, porém, percebe-se que muitas ações políticas e administrativas não correspondem aos anseios éticos e transparentes demandados pela sociedade.

Neste contexto, este estudo tem por objetivo analisar a importância da ética na gestão pública por meio de uma perspectiva teórica. Para tal, serão realizadas pesquisas bibliográficas, por meio de livros e artigos científicos.

Por fim, o presente trabalho não pretende esgotar o assunto, mas sim propor reflexões sobre o tema.

2. Etimologia e histórico de ética

Etimologicamente a palavra ética (ethos) é uma transliteração de dois vocábulos gregos: hqoz (ethos) que significa morada do homem, e eqoz (ethos) que significa comportamento que resulta de um repetir os mesmos atos (CARVALHO, 2003).

Ao longo da história humana, o seu significado fora transformado em vários aspectos pela relação do homem com a sociedade, sendo conceituada conforme a

predominância de determinados pensamentos ou correntes de pensamentos que se apresentavam no momento, desde os pré-socráticos até os dias atuais, percorrendo mais de vinte séculos.

Muitas vezes o termo ética é confundido com moral. Porém, no século XX o filósofo espanhol Adolfo Sánchez Vásquez cria uma famosa diferenciação entre os dois conceitos. Para ele o termo moral se refere a uma reflexão que a pessoa faz de sua própria ação. Já o termo ética abrange o estudo dos discursos morais, bem como os critérios de escolha para valorar e padronizar as condutas numa família, empresa ou sociedade. (MEUCCI, 2013).

Assim, a ética é a teoria ou ciência do comportamento moral dos homens em sociedade, ou seja, é a ciência de uma forma específica de comportamento humano (LIMA FILHO, 2015). Neste contexto, a principal questão da moral e da ética diz respeito à vida em sociedade, que permite que o ser humano conviva com os demais, tendo como referência um conjunto de normas e valores que regem a sua conduta.

3. Ética na gestão pública

A gestão pública é responsável pela execução das atividades e decisões estipuladas pelas decisões governamentais. Para tanto se sujeita às normas constitucionais e às leis especiais. Todo esse aparato de regras tem por objetivo definir um comportamento ético por parte dos agentes públicos, mesmo assim vê-se uma gestão extremamente corrompida, onde muitos agentes usam os seus respectivos cargos e poderes para o benefício próprio ou de cúmplices.

Sabe-se que a eficiência e eficácia da Gestão Pública se estabiliza em políticas públicas comprometidas com os anseios da comunidade, e para que se tornem conquistas reais da coletividade, a ética deve estar acima das moralidades individuais, tanto dos funcionários públicos quanto dos políticos eleitos, agentes responsáveis peça solidificação da Gestão Pública.

Diante disso, Marinho (2012) ressalta que a ausência de ética se deve à falta de preparo dos servidores, por uma cultura um tanto equivocada e também, por falta

de mecanismos de controle e responsabilização adequada dos atos antiéticos, ou seja, o sentimento de impunidade.

Neste contexto, a sociedade tem o dever de contribuir, exercendo os seus direitos enquanto cidadãos, atuando de forma consciente, fiscalizando e cobrando uma governabilidade eficaz, que trabalhe com lisura e rentidão. Para tanto, faz-se necessário estimular uma cultura de exercício da cidadania. Para Milton Santos (2007), a cidadania "é como uma lei", isto é, ela existe mas precisa ser descoberta, aprendida, utilizada e reclamada e só evolui através de processos de luta.

Segundo Whitaker (2006), o Estado deveria ser o primeiro a ser o exemplo e evidenciar atos ilícitos e punir os culpados. A mudança que deveria ocorrer na Gestão Pública implica em uma mudança gradativa, mas que se faz muito necessária, não somente no Estado, mas também dos servidores dentro da estrutura dos Órgãos Públicos, isto é, uma mudança de hábitos, valores que se formam ao longo do tempo e criam estilos de atuação nas organizações.

Assim, pode-se dizer que a Gestão Pública, oriunda dos maiores poderes que regem a sociedade, deveria ter princípios éticos intrínsecos na sua forma de agir, repassados e exigidos dos agentes públicos, mantendo a reputação de honestidade, integridade e lealdade em todas as suas atividades desenvolvidas, seja com os cidadãos, com os colegas servidores, bem como com os fornecedores, proporcionando qualidade nos serviços prestados de forma organizada, sistemática e eficiente visando o bem social da população.

4. Princípios Constitucionais da Administração Pública

Diferentemente do gestor privado, que pode fazer tudo o que a lei não proíbe, a Administração Pública, só pode fazer o que a lei permite. Segundo Alexandrino e Paulo (2008) a administração pública não pode atuar contra a lei ou além da lei, somente pode agir segundo a lei (a atividade administrativa não pode ser *contra legem* nem *praeter legem*, mas apenas *secundum legem*). Diante disto, alguns princípios precisam ser observados na condução das atividades.

Segundo Cretella Júnior (1995, p.6) princípio é "toda a proposição, pressuposto de um sistema, que lhe garante a validade, legitimando-o".

Reale (1986, p.60) corrobora:

Princípios são, pois verdades ou juízos fundamentais, que servem de alicerce ou de garantia de certeza a um conjunto de juízos, ordenados em um sistema de conceitos relativos à dada porção da realidade. Às vezes também se denominam princípios certas proposições, que apesar de não serem evidentes ou resultantes de evidências, são assumidas como fundantes da validade de um sistema particular de conhecimentos, como seus pressupostos necessários.

Na gestão pública os princípios constituem os fundamentos de validade da ação administrativa e visam garantir uma administração correta na gestão dos negócios públicos, propondo o atendimento de bens e de serviços do interesse da coletividade.

Conforme disposto na Constituição Federativa do Brasil de 1988, no artigo 37 "a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (...)".

Ressalta-se que além dos princípios explicitados no art. 37, há outros princípios que estão expostos no mesmo artigo de forma implícita, como é o caso do princípio da supremacia do interesse público sobre o privado, o da finalidade, o da razoabilidade e proporcionalidade (SERESUELA, 2002). Para fins deste trabalho, nos deteremos nos princípios constitucionais explícitos, ou seja legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

4.1 Princípio da Legalidade

A essência deste princípio fundamenta-se na submissão do Estado à lei, ou seja, não há liberdade nem vontade pessoal, sendo a lei seu único e definitivo parâmetro. No cerne do princípio da legalidade está a ideia de que "na relação administrativa, a vontade é a que decorre da lei" (Di Pietro, 2002 p. 61).

Desta forma, as ações praticadas em desobediência a tais parâmetros são atos inválidos e podem ter sua invalidade decretada pela própria Administração que os haja editado (autotutela administrativa) ou pelo Poder Judiciário (ALEXANDRINO; PAULO, 2008).

Neste Contexto, percebe-se que só é legítima a atividade do administrador público que estiver de acordo com o disposto em lei, em oposição ao que ocorre com o particular, que pode fazer tudo aquilo que a lei não proíbe. Lenza destaca que “confinar a atuação governamental aos parâmetros da lei, editada pelos representantes do povo, é trazer segurança e estabilidade, evitando-se, ainda, qualquer tipo de favoritismo por parte do legislador.” (2011, p.1160).

4.2 Princípio da Impessoalidade

Segundo Seresuela (2002),

O princípio da impessoalidade pode ser definido como aquele que determina que os atos realizados pela Administração Pública, ou por ela delegados, devam ser sempre imputados ao ente ou órgão em nome do qual se realiza, e ainda destinados genericamente à coletividade, sem consideração, para fins de privilegiamento ou da imposição de situações restritivas, das características pessoais daqueles a quem porventura se dirija.

Assim, o administrador público tem que ter uma atuação que vise apenas os interesses públicos, não sendo permitido no exercício de suas funções, buscar ou deixar prevalecer interesse privado ou de terceiros.

Para Menezes (2008), neste princípio cabe o entendimento de que os funcionários não devem ser individualizados, a não ser para imputar ao mesmo falta ou responsabilizá-lo perante a Administração Pública. Portanto pode-se dizer, que os administrados devem ser tratados sem discriminações, benéficas ou detrimientos as sem favoritismo nem perseguição e que interesses particulares não podem interferir na atuação administrativa.

4.3 Princípio da Moralidade

Para Cardozo apud Moraes (1999, p. 158):

Entende-se por princípio da moralidade, a nosso ver, aquele que determina que os atos da Administração Pública devam estar inteiramente conformados aos padrões éticos dominantes na sociedade para a gestão dos bens e interesses públicos, sob pena de invalidade jurídica.

Pode-se dizer portanto, que o objetivo deste princípio é o dever de honestidade por parte do agente público, ligando-se aos conceitos de probidade, honestidade, lealdade, decoro e boa-fé, não apenas respeitando os preceitos legais, mas também, zelando pelos interesses da coletividade.

Na mesma linha Di Pietro (2002, p. 71) conclui,

Sempre que em matéria administrativa se verificar que o comportamento da administração ou do administrador que com ela se relaciona juridicamente, embora em consonância com a lei, ofende a moral, os bons costumes, as regras de boa administração, os princípios de justiça e equidade, a ideia comum de honestidade, estará havendo ofensa ao princípio da moralidade.

4.4 Princípio da Publicidade

O princípio da publicidade visa a manter a transparência dos gastos públicos, ou seja, deixar claro para a sociedade ou para qualquer outro interessado sobre assuntos públicos, comportamentos e decisões tomadas pelos agentes da Administração Pública (COSTA, 2015).

Assim, pode-se dizer que é dever da administração pública, dar publicidade aos atos publicados além do fornecimento de informações solicitadas, salvo as hipóteses de sigilo resguardadas pela lei.

Segundo Meirelles (2000, p. 89),

[...] a publicidade, como princípio da Administração Pública (CF, art. 37, caput), abrange toda atuação estatal, não só sob o aspecto de divulgação oficial de seus atos como, também, de propiciação de conhecimento da conduta interna de seus agentes. Essa publicidade atinge, assim, os atos concluídos e em formação, os processos em andamento, os pareceres dos órgãos técnicos e jurídicos, os despachos intermediários e finais, as atas de julgamentos das licitações e os contratos com quaisquer interessados, bem como os comprovantes de despesas e as prestações de contas submetidas aos órgãos competentes. Tudo isto é papel ou documento público que pode ser examinado na repartição por qualquer interessado, e dele pode obter certidão ou fotocópia autenticada para fins constitucionais.

4.5 Princípio da Eficiência

O princípio da eficiência foi acrescentado pela Emenda Constitucional nº 19/1998, como objetivo de buscar maior qualidade e produtividade dos serviços públicos prestados à sociedade.

Porém eficiência não é um conceito jurídico, mas econômico e administrativo. Não qualifica normas, qualifica atividades. Numa ideia muito geral, eficiência significa fazer acontecer com racionalidade, o que implica medir os custos que a satisfação das necessidades públicas importam em relação ao grau de utilidade alcançado (SERESUELA, 2002).

Discorrendo sobre o tema, Meirelles (2000, p. 90) afirma que:

O Princípio da eficiência exige que a atividade administrativa seja exercida com presteza, perfeição e rendimento funcional. É o mais moderno princípio da função administrativa, que já não se contenta em se desempenhar apenas com uma legalidade, exigindo resultados positivos para o serviço público e satisfatório atendimento as necessidades da comunidade e de seus membros.

Embora a Administração Pública não conviva com o ambiente de competitividade comum à iniciativa privada, é seu dever prestar serviços de qualidade, já que cuida de setores fundamentais para a coletividade. De acordo com Di Pietro (2002, p. 83) uma administração eficiente pressupõe qualidade, presteza e resultados positivos, constituindo, em termos de administração pública, um dever de mostrar rendimento funcional, perfeição e rapidez dos interesses coletivos.

5. A importância ética enquanto elemento que perpassa os Princípios Administrativos da Gestão Pública

A Carta Constitucional de 1988, propôs à Administração Pública um modelo de gestão mais eficaz e moralmente comprometida com o bem comum, ou seja, de acordo com os princípios constitucionais elencados no artigo 37.

Porém, compreende-se que a ética deve perpassar todos os princípios estabelecidos para que a função pública tenha êxito na sua finalidade última, de propor serviços eficazes que atendam os anseios públicos.

Neste sentido é importante desenvolver uma consciência ética na gestão pública e na da sociedade em geral, com o objetivo de mudar a cultura

comportamental hoje arraigada na sociedade, que aceita de forma costumeira e satisfatória atos ilícitos e práticas indevidas.

Pode-se afirmar que:

Para a retomada de uma postura ética e de administradores realmente comprometidos com o bem estar da sociedade e progresso do País, é necessário conjugar-se as forças do setor privado, do próprio Estado (Administração) e da sociedade civil, afim de que cada um possa expressar seu pensamento sobre o tema, mostrem suas estratégias para o efetivo controle da ética pública e divulguem as informações a todos os cidadãos sobre as ações concretas desenvolvidas neste sentido. Inegável a importância do atual momento da vida nacional e, assim sendo, o estudo da ética no serviço público e ainda mais, o controle jurídico sobre esse comportamento, deve ser incrementado, objetivando alcançar significativas melhorias no serviço público brasileiro, baseado este nos agentes públicos, servidores públicos e nos agentes políticos. (CARVALHO, 2005).

Dessa forma, é importante despertar princípios democráticos e de cidadania, para que o cidadão esteja apto a assumir qualquer função pública e exercer de forma consciente e plena os seus direitos políticos, a fim de quebrar paradigmas estabelecidos em um sistema burocrático, que por vezes, desvia de sua finalidade.

6. Metodologia

A presente pesquisa se propõe, quanto aos fins, seguir os parâmetros de uma pesquisa descritiva. De acordo com Yin (2005), trata-se de uma forma de se fazer pesquisa investigativa de fenômenos atuais dentro de seu contexto real, em situações em que as fronteiras entre o fenômeno e o contexto não estão claramente estabelecidos. Corroborando com Yin, Vergara (2003), afirma que, a pesquisa descritiva, pretende apenas descrever o fenômeno estudado e não explicar o fenômeno, embora possa servir como base para tal explicação.

Quanto aos meios, este estudo enquadra-se como uma pesquisa bibliográfica. Segundo Fonseca (2002), a pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como: livros, artigos científicos, páginas de *web sites*.

Pode-se dizer que este estudo se apresenta como abordagem qualitativa, que é evidenciada de acordo com Marconi e Lakatos (2010) como aquela que pode ser caracterizada como uma tentativa de fazer a compreensão detalhada de

significados. Sendo assim, na pesquisa qualitativa, não houve a necessidade das opiniões serem mensuradas em variáveis estatísticas.

7. Considerações Finais

Compreende-se que a ética deve perpassar todos os princípios estabelecidos para que a função pública tenha êxito. Neste sentido, é inegável a importância do controle jurídico, administrativo e social sobre as práticas realizadas, como fiscalizador e norteador das normas e ações, objetivando alcançar a sua finalidade última, de propor serviços eficazes que atendam os anseios da população.

Neste sentido é importante despertar questionamentos em relação a postura ética da sociedade e de seus administradores, pois este debate é profícuo para que se tenha uma construção coletiva mais cidadã, que saiba estabelecer juízos diante do que é certo ou errado, o que é bem ou mal, justo ou injusto, exercendo princípios éticos.

Sabe-se que a mudança ética que se almeja na Administração pública é gradativa, porém necessária, e implica em uma transformação cultural dentro da estrutura organizacional da Administração Pública, e da sociedade como um todo, através da reavaliação dos valores morais e educacionais.

É importante destacar que em meio a tantos episódios de corrupção, existem pessoas muito éticas, conscientes, qualificadas e preocupadas com o serviço público e com o bem comum, como em qualquer outro ambiente profissional, não cabendo generalizações. No entanto, para que este comportamento se propague é necessário que se invista em preparação e atualização dos agentes públicos proporcionando-lhes condições de conhecer as melhores técnicas e os melhores meios afim de que possam atingir a excelência no serviço prestado.

Por fim, através destas análises espera-se replicar debates e ações coerentes com o que se almeja da sociedade dos administradores, cientes de que a mudança de postura é uma construção coletiva, alicerçada primeiramente em ações individuais.

Referências

ALEXANDRINO, Marcelo; PAULO, Vicente. **Direito administrativo descomplicado**. 16. ed. São Paulo: Método, 2008.

BRASIL. República Federativa do. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, Senado, 1998. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 29 jun. 2017.

CARDOZO, José Eduardo Martins. **Princípios Constitucionais da Administração Pública (de acordo com a Emenda Constitucional n.º 19/98)**. IN MORAES, Alexandre. **Os 10 anos da Constituição Federal**. São Paulo: Atlas, 1999.

CARVALHO, L. C. L. M. de. **Ética e Cidadania**. Disponível em: <www.grupos.com.br/.../Messages.html?...ÉTICA%20E%20CIDADANIA%20>. Acesso: 15 mai. 2017.

CARVALHO, Marco Antonio de. **O Controle da Ética no Serviço Público Brasileiro**. XII SIMPEP – Bauru, SP, Brasil. Novembro de 2005. Disponível em: <file:///C:/Users/Usuario/Downloads/Carvalho_MAC_O%20controle%20da%20etica%20no.pdf.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2017.

COSTA, Almeida Rennan. **Os princípios constitucionais que regem a Administração Pública**. Disponível em: <<https://rennanalmeida.jusbrasil.com.br/artigos/257478662/os-principios-constitucionais-que-regem-a-administracao-publica0>>. Acesso em: 30 jun. 2017.

CRETELLA Jr., J. **Curso de Direito Administrativo**. Rio de Janeiro: Forense, 1995.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo**. São Paulo: Atlas, 2002.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

LENZA, Pedro. **Direito Constitucional Esquematizado**. 15 ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

LIMA FILHO, Ernandes Dantas. **Ética e mudança na gestão pública**. 2015. Disponível em: <https://www.jurisway.org.br/V2/dhall.asp?id_dh=15253>. Acesso em: 01 de jul. 2017.

MARCONI, M.A.; LAKATOS, E.M. **Metodologia Científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARINHO, Glauber. **Ética na administração pública**. Disponível em: <<https://glaubermarinho.files.wordpress.com/2012/02/senado-fgv-gabarito-doc.docx>>. Acesso em: 13 mai. 2017.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Administrativo Brasileiro**. 25. ed. São Paulo: Malheiros, 2000.

MENEZES, Samira Birck. Os Princípios da Administração Pública Aplicados ao Direito Registral e Notarial. **Revista Eletrônica do Curso de Direito da UFSM**. Vol. 3, n. 3, p. 01-13, set. 2008.

MEUCCI, Arthur. **Filosofia, psicanálise e educação**. Disponível em: <<http://meucci.com.br/o-conceito-de-etica/2013>>. Acesso em: 30 jun. 2017.

REALE, Miguel. **Filosofia do Direito**. 11. ed. São Paulo: Saraiva, 1986.

SANTOS, Milton. **O Espaço do Cidadão**. São Paulo, Edusp: 2007.

SERESUELA, Nívea C. de Holanda. **Princípios constitucionais da Administração Pública**, 2002. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/3489/principios-constitucionais-da-administracao-publica>> Acesso em: 30 jun. 2017.

VERGARA, S. C.; **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. Rio de Janeiro: Atlas, 2003.

YIN, R.K. **Estudo de caso: Planejamento e métodos**. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

WHITAKER, Maria do Carmo. **Por que as empresas estão implantando códigos de ética?** 2006. Disponível em: <<http://www.idis.org.br>>. Acesso em: 25 Jun. 2017.

WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. **ETHOS**. 2016. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Ethos>>. Acesso em: 15 Jun. 2017.

LEI 12.965/14 (MARCO CIVIL DA INTERNET) E A GARANTIA DO DIREITO À PRIVACIDADE NAS REDES SOCIAIS NA INTERNET

Luciano de Almeida Lima¹⁷

RESUMO

A pesquisa trata sobre o direito fundamental à privacidade nas Redes Sociais na Internet e seu diálogo com o Marco Civil da Internet no Brasil. Considerando o grau de importância da privacidade e as tutelas jurídicas que dialogam com a proteção de tal direito na contemporaneidade, a pesquisa tem como objetivo verificar se a Lei 12.965/14, Marco Civil da Internet, pode ou não ser aplicado às Redes Sociais na Internet. Se pode, se essa aplicabilidade representa a garantia do direito à privacidade nesse contexto. Para a resposta da problemática no decorrer da pesquisa são evidenciados pontos que tratam do avanço e o caminho percorrido pelas tecnologias até se chegar às Redes Sociais na Internet, bem como sua relação com risco da violação da privacidade nesse universo.

Palavras-chave: Direitos Humanos. Marco Civil da Internet. Privacidade. Redes Sociais na Internet.

ABSTRACT

The research deals with the fundamental right to privacy in Internet Social Networks and its dialogue with the Civil Internet Framework in Brazil. Considering the degree of importance of privacy and the legal guardians that dialogue with the protection of such right in the contemporaneity, the research aims to verify if Law 12.965 / 14, Civil Landmark of the Internet, may or may not be applied to Internet Social Networks. One can, if this applicability represents the guarantee of the right to privacy in that context. For the answer of the problematic in the course of the research are evidenced points that deal with the progress and the path traveled by the technologies until reaching the Social Networks in the Internet, as well as their relation with risk of the violation of the privacy in this universe.

Keywords: Human Rights. Civil Landmark of the Internet. Privacy. Social Networking on the Internet.

Introdução

¹⁷ Doutorando em Diversidade Cultural e Inclusão Social pela Universidade FEEVALE. Mestre em Direito pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. Advogado. E-mail: luciano_limaa@hotmail.com.

O estudo apresenta o caminho percorrido pelas tecnologias até se chegar à materialização das Redes Sociais na Internet, que são consideradas um forte mecanismo de comunicação e interação na atualidade, cenário em que se perpetua também a violação de direitos. A facilidade de comunicação e interação por meio das redes sociais revela um aspecto preocupante: a violação da privacidade, direito fundamental que merece essencial proteção. Nesse contexto virtual tem-se apontado algumas tutelas, tanto jurídicas como teóricas que dialogam com a proteção de tal direito na rede, dentre elas o Marco Civil da Internet. A pesquisa assim, tem como objetivo verificar se o Marco Civil da Internet, pode ou não ser aplicado às Redes Sociais na Internet. Se pode, se essa aplicabilidade representa a garantia do direito à privacidade nesse contexto.

Como hipótese da problemática apresentada, tem-se que o Marco Civil da Internet pode ser aplicado no contexto das Redes Sociais na Internet, não representando, no entanto por si só, a garantia de tal direito. A pesquisa encontra-se ligada as áreas dos Direitos Humanos, novas tecnologias e novos direitos. Apresenta-se tais premissas na investigação através do contexto das Redes Sociais na Internet resultado da convergência de novas tecnologias da sociedade contemporânea. Já, a respeito dos Direitos Humanos o debate se realiza através do direito fundamental à privacidade e sua garantia através do Marco Civil nas Redes Sociais, que representa por sua vez a perspectiva de novos direitos que surgem como resposta a esse cenário. Utiliza-se a metodologia hipotético-dedutiva, objetivando-se uma conclusão. A técnica de pesquisa utilizada foi bibliográfica com subsídios legais e doutrinários.

A pesquisa ao pautar-se na reflexão do direito fundamental à privacidade, sob a perspectiva das Redes Sociais na Internet, apresenta o desenvolvimento tecnológico e os efeitos que o mesmo representa no que se considera na atualidade uma sociedade digital, chegando-se às Redes Sociais na Internet e sua relação com risco da violação da privacidade nesse contexto, utiliza-se nessa primeira abordagem autores como Lévy (1999), Castells (1999), Recuero (2009), Santaella e Lemos (2010). Na sequência, baseado na constatação do risco à privacidade nas Redes Sociais na Internet, se discute a privacidade e necessidade de um conceito plural, voltado à ideia da privacidade como um direito fundamental e de

personalidade, a partir de autores como Leonardi (2012), Doneda (2006) e Lenza (2005).

Por fim se analisa o Marco Civil da Internet, Lei nº 12.965/14 e sua (in)aplicabilidade às redes sociais e se a mesma representa a garantia do direito à privacidade nesse contexto. Utiliza-se como algumas das fontes para essa perspectiva, a Pesquisa Brasileira de Mídia 2015 (BRASIL, 2014), os sites das redes sociais Facebook (2016) e Whatsapp (2016), e autores como Iriburi (2014), (CEROY, 2016) e Copetti e Fischer (2014). Esta pesquisa visa contribuir para a reflexão sobre o direito à privacidade, buscando traçar uma perspectiva de proteção do mesmo através da aplicabilidade da Lei 12.965/14, sendo que a trajetória não está finalizada. As possibilidades de aprofundamento da temática não se esgotam nessa pesquisa. A própria dinâmica dos assuntos estudados, e sua constante mutação prenuncia tais observações.

1. A sociedade digital e as redes sociais na internet

Diz-se Sociedade Digital, termo utilizado por Pinheiro (2010), o cenário social em que a convergência de tecnologias digitais (computador, celular, internet, etc.) possibilita o acesso à informação e uma nova possibilidade de comunicação entre as pessoas. Conforme Pinheiro (2010 p.63) “o avanço tecnológico na comunicação sempre perseguiu o objetivo de criar uma Aldeia Global, permitindo que todas as pessoas do mundo pudessem ter acesso a um fato de modo simultâneo”. Essa característica de interação permite que os indivíduos desfrutem de uma informação comum, praticamente em tempo real, o que contribui para uma virtualização da sociedade de modo geral. Observa-se uma ubiquidade informacional. Interconexão, interação recíproca sem limites geográficos (LÉVY, 1999, p. 51-52).

Mesmo que inicialmente possa parecer leviano afirmar que a tecnologia determina a sociedade e vice-versa, o fato é que pensar sobre a estrutura social que se vivencia hoje, requer entender a sociedade a partir de seus avanços tecnológicos e liames históricos (CASTELLS, 1999, p. 44-45). No final dos anos 90 o avanço tecnológico nas telecomunicações e na computação representou uma “computação universal por meio da interconexão de dispositivos de processamento de dados,

existentes em diversos formatos” (CASTELLS, 1999, p. 89). Sinergicamente uma tecnologia foi influenciando o desenvolvimento da outra. Novas formas de comunicação através do desenvolvimento das tecnologias passam a ter efeito nas ações humanas e nos indivíduos que almejam pela hiperinformação e sua integração nesse novo espaço digital. Almejam estarem integrados no mundo virtual, nem que para isso de forma consciente ou não, sigam o caminho da autoexposição e da renúncia à privacidade. A busca pela informação, a convergência, a virtualização do mundo e o indivíduo conectado ditam o ritmo da sociedade digital e nesse contexto surgem as Redes Sociais na Internet.

Autores como Primo (2000), Santaella e Lemos (2010), observam que a evolução das Redes Sociais na Internet pode ser percebida por vários ângulos, mas que os mais significativos, pautam-se pela característica da mobilidade e da interação. A interação nas RSIs nos anos 90 se dava através de uma interface simples, de forma monomodal e unidirecional. Partia-se de um ponto buscando alcançar outro. (SANTAELLA e LEMOS, 2010, p. 56). Para Hornik (2005), a evolução das RSIs, perpassa três fases, ou modelos de interatividade: as redes sociais 1.0, nas quais havia a interação em tempo real entre os usuários (e.g. ICQ, MSN). As redes sociais 2.0, nas quais foram incluídas o entretenimento, os contatos profissionais e o *marketing* social (e.g. Orkut, *MySpace*). E as redes sociais 3.0 que além da interação em tempo real, entretenimento, contatos profissionais e *marketing* social apresentam o caráter de mobilidade através dos aplicativos (e.g. Facebook, Twitter).

É esse então o cenário atual das redes sociais utilizadas, as RSIs 3.0, que contemplam todas essas modalidades interativas. “O diferencial principal da modalidade de interação das RSIs 3.0 encontra-se na sua integração com múltiplas redes, plataformas e funcionalidades através do uso de aplicativos e de mídias móveis” (SANTAELLA e LEMOS, 2010, p. 59). Nas RSIs 3.0 o acesso é ubíquo. A internet através da tecnologia *wireless* e os aplicativos para dispositivos móveis permitem o acesso às redes sociais, de forma multimodal.

Toda essa possibilidade de interação, no entanto, não apresenta somente pontos positivos como também serve de palco para insegurança e cometimento de uma grande quantidade de violações de direitos e liberdades. Frequentemente tem-

se notícia de vazamentos de informações ou de imagens que causam impactos destruidores e provocam danos irreversíveis à reputação e à vida das pessoas através das redes sociais (CARVALHO, 2011). Conforme estudo sobre segurança na internet, realizado pelo Centro de Estudos, Resposta e Tratamento de Incidentes de Segurança no Brasil, um dos principais riscos relacionados ao uso de redes sociais é a invasão de privacidade (CERT.br, 2012).

Mark Zuckerberg, fundador e diretor do Facebook, já afirmou em 2010 que a era da privacidade havia chegado ao fim e que esperava que no próximo ano as pessoas compartilhassem o dobro de informações que compartilharam no anterior e assim sucessivamente, sendo que cada vez mais as pessoas estarão compartilhando informações pessoais através da rede, o que ele denomina de lei Zuckerberg, onde a privacidade estaria superada (KEEN, 2012). Acaba se estabelecendo como prática comum a exposição da privacidade em rede. Os usuários diariamente publicam informações expondo suas experiências mais íntimas na rede social, fazendo da mesma um diário *online* (PEREIRA, 2004). Costa (2007, pp. 19-20) observa que “a tecnologia acoberta, estimula e facilita o devassamento da vida privada; (...) as pessoas condicionadas pelos meios de divulgação da era tecnológica (...) sentem-se compelidas a renunciar à própria intimidade”.

Os estudos teóricos se dividem quando se trata dos avanços tecnológicos da informática, o advento da internet e o surgimento das redes sociais. Para parte da doutrina tais avanços representam uma contribuição para segurança e para a preservação das garantias individuais, não representando uma significativa ameaça à privacidade. Outros vão além, afirmando que o preço a se pagar por todos os benefícios que se recebe com tais avanços é justamente a perda da privacidade. (MARQUES; MARTINS, 2000, p 82.). A necessidade do indivíduo de ser e se manter informado sobre tudo, se incluindo nesse contexto os fatos da vida alheia, materializa a visão de sociedade do espetáculo pensada por Guy Debord. Nessa nova sistemática, é preciso ser visto para existir. É preciso estar no universo digital, é preciso estar na rede (DEBORD, 1997). É preciso, no entanto, ter a consciência que por maior que sejam os benefícios presenciados pelos avanços tecnológicos, não pode ser essa a justificativa para violação desse valor essencial ao ser humano que é o direito de preservar a sua privacidade. Percebe-se que se por um lado as

Redes Sociais na Internet são uma realidade, o receio da violação da privacidade também o é, se fazendo fundamental a abordagem da privacidade, seus múltiplos conceitos, grau de importância temas a serem dispostos na sequência.

2. A privacidade como um conceito plural e um direito fundamental e de personalidade

Pensar em privacidade é pensar em um conceito amplo que acaba servindo por definir uma gama de interesses distintos, tais como vida privada, intimidade, segredo, sigilo, recato, privatividade ou privacidade (DONEDA, 2006). A doutrina brasileira, ao se referir à privacidade, emprega uma gama de termos distintos, como intimidade, por exemplo, utilizado por Limberger (2007) e Pereira (2001), vida privada, utilizado por Fernandes (1984), e propriamente privacidade, utilizado por Leonardi (2012), Doneda (2006) e Silva (1998). No decorrer da pesquisa irá se utilizar o termo privacidade, que no entendimento de Silva (1998) representa um sentido genérico e amplo contemplando questões da intimidade, da vida privada, da honra e da imagem das pessoas.

A privacidade justamente por seu caráter amplo e genérico é de difícil conceituação. Leonardi (2012) ressalta que por vezes os doutrinadores dão um sentido muito restritivo à palavra, por vezes muito amplo, sendo que tentativas de um conceito unitário de privacidade tendem a fracassar. Segundo autores como Leonardi (2012) e Doneda (2006) a percepção da necessidade de um conceito plural de privacidade, que vá além de uma só teoria ou conceituação, tem ganhado força na doutrina e na jurisprudência, ao relacionarem a privacidade a uma gama de outros interesses.

Internacionalmente essa perspectiva relacional da privacidade com outros interesses, pode ser percebida na Carta de Direitos Fundamentais da União Europeia (UNIÃO EUROPEIA, 2007), que dispõe em seus artigos 7º e 8º, separadamente sobre a proteção da vida privada e familiar, e sobre os dados pessoais. Leonardi (2012) observa que também no âmbito brasileiro tanto na Constituição Federal como na legislação infraconstitucional, o conceito de privacidade tem se demonstrado, um conceito plural e abrangente. Essa realidade

coaduna com a opção de tratar na pesquisa a privacidade como termo amplo e genérico (SILVA, 1998), capaz de englobar tanto a intimidade como a vida privada. Para Leonardi (2012, p. 80) a discussão ainda existente na doutrina entre a diferença de intimidade e vida privada, é uma “discussão preponderantemente acadêmica, sem repercussão prática”, já que a Constituição (BRASIL, 1988) em seu art. 5º, X, abrange ambos os conceitos.

Para Pères-Luño (2012) atualmente se deve superar a controvérsia doutrinária que tenta distinguir a intimidade e a vida privada, sendo importante sim admitir a existência de uma categoria geral e de uma forma única de garantia jurídica. O fato é que apesar de parte da doutrina ainda tentar uma diferenciação e separação no que se refere aos conceitos de intimidade e vida privada, ou se utilizar de conceitos unitários para definir o que é privacidade, um consenso doutrinário e jurisprudencial tem refletido a percepção da necessidade de não haver limitações (LEONARDI, 2012). Deve se considerar sim a privacidade como um direito de personalidade e um direito fundamental, pautado nos princípios da dignidade da pessoa humana.

Para compreensão da privacidade como um direito humano fundamental e de personalidade, e conseqüentemente a percepção de seu grau de importância, é preciso a compreensão também do que são considerados direitos fundamentais. Comumente os termos direitos humanos e direitos fundamentais são utilizados como sinônimos, e de fato se formos pensar em sua essência assim o são. Visam a proteção de direitos considerados como indispensáveis a todo ser humano. O que distingue um do outro, no entanto, é o seu campo de reconhecimento e cenário de aplicabilidade. Enquanto os direitos humanos se originam de documentos de aplicação internacional, não estando vinculados a nenhuma ordem constitucional, os direitos fundamentais são percebidos como aqueles direitos positivados na Constituição de cada Estado (SARLET, 2011).

Na mesma perspectiva conceitual, Pérez-Luño (2010), compreende os direitos humanos como aqueles essenciais ao ser humano e merecem por isso especial proteção, devendo os mesmos para serem considerados fundamentais, estarem presentes nos ordenamentos jurídicos internos de cada país, disciplinados nessa seara como fundamentais na Constituição do Estado. Assim, os direitos

fundamentais são os direitos humanos reconhecidos como tais pelas autoridades às quais se atribui o poder político de editar normas; são os direitos humanos positivados nas Constituições (COMPARATO, 2005).

No Brasil a Constituição de 1988 contempla um amplo rol de direitos fundamentais. Do artigo 5º ao 17º a Constituição apresenta os direitos inerentes ao ser humano que merecem a máxima proteção. O respeito à privacidade por sua vez encontra-se nesse rol no art. 5º, inciso X que dispõe que: “são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação” (BRASIL, 1988). Desse modo podemos considerar que a materialização da privacidade como direito fundamental no ordenamento jurídico brasileiro, se dá com a Constituição de 1988.

A positivação do direito à privacidade na Constituição que lhe atribui o *status* de direito fundamental, ou como Lenza (2005) entende: um direito fundamental do catálogo, referindo-se àqueles direitos expressamente descritos no art. 5º da Carta Magna, inegavelmente representa o reconhecimento de tal direito como essencial para o ser humano. Porém é preciso também compreender que esse não é o único acontecimento que concede à privacidade um elevado grau de importância, outras normativas e princípios, desde que de acordo com os preceitos da Constituição também devem ser considerados (DALLARI, 2004, p. 55).

Em se tratando do contexto internacional a privacidade encontra guarida também nos tratados internacionais de que o Brasil é parte. A exemplo, a Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem preceitua em seu art. 5º que “toda pessoa tem direito à proteção da lei contra os ataques abusivos a sua honra, a sua reputação e a sua vida particular e familiar” (BOGOTÁ, 1948). A Declaração Universal dos Direitos Humanos assim como a Convenção Americana de Direitos Humanos também dialogam nesse sentido, ressaltando o direito de proteção das pessoas contra os ataques abusivos a sua honra, a sua reputação e a sua vida particular e familiar, ficando clara a necessidade de proteção da privacidade também nos tratados e convenções internacionais (LEONARDI, 2012). Percebe-se que a privacidade além de integrar o rol de direitos fundamentais do país, é considerada um direito de personalidade e parte integrante dos tratados

internacionais ratificados pelo Brasil. Assim chega-se a constatação do elevado grau de importância de tal direito. Nesse passo é que se passa a estudar a seguir o direito à privacidade no contexto do Marco Civil da Internet, o qual, dialoga com questões da privacidade no cenário virtual do qual fazem parte as Redes Sociais na Internet.

3. O marco civil da internet e sua (in)aplicabilidade no âmbito das redes sociais na internet como forma de garantia do direito à privacidade

Tendo a pesquisa o objetivo de verificar se o Marco Civil da Internet, pode ou não ser aplicado às Redes Sociais na Internet. Se pode, se essa aplicabilidade por si só representa a garantia do direito à privacidade nesse contexto, é necessário selecionar qual(is) redes sociais serão investigadas. A última Pesquisa Brasileira de Mídias (2015), com foco no uso das redes sociais, realizada pela Secretaria de Comunicação Social da Presidência do Brasil – Secom¹⁸ detectou uma diversidade de Redes Sociais na Internet que são utilizadas pelos brasileiros, sendo o Facebook a rede social mais acessada e utilizada no país, seguida do Whatsapp, Youtube, Instagram, Google+ e Twitter. Perspectiva que se mantém atualmente, de acordo com a empresa GlobalWebIndex, 47% dos brasileiros tem contas em redes sociais. Segundo a empresa as mais acessadas são, em primeiro lugar o Facebook, com 25% das visitas. Em segundo lugar está o WhatsApp, com 24% (E-DIALOG, 2017).

Com base em tais resultados, optou-se nesse estudo pela análise das redes sociais: Facebook e Whatsapp. Primeiramente pela sua popularidade no país, conforme as pesquisas, elas são consideradas as duas redes sociais mais acessadas. Segundo, por ambas terem as características de RSIs 3.0, de interatividade e mobilidade, e por fim por representarem no seu contexto de funcionalidade diferenças. Sendo assim, quando e se necessário se fará a análise sob o aspecto de uma e outra rede social e sua relação com o Marco Civil da Internet.

¹⁸ Pesquisa realizada pela Secretaria de Comunicação Social - Pesquisa brasileira de mídia 2015 : hábitos de consumo de mídia pela população brasileira. (BRASIL, 2014).

Em 2013 Edward Snowden¹⁹ revelou a existência de espionagem por parte do governo norte-americano nos Estados Unidos, Europa e alguns países da América Latina, que incluíram o Brasil. A privacidade foi totalmente desrespeitada não apenas de organizações como foi o caso da Petrobrás, mas de forma pessoal a presidente Dilma Rousseff, que teve suas comunicações indevidamente vasculhadas (G1, 2013).

Segundo Lemos (2014, p.04) “naquele momento, a proposta mais séria e completa de reação do Estado brasileiro consistia no Marco Civil da Internet, projeto de lei que se encontrava então pendente de análise”, que mesmo não tendo sido uma proposta de governo, e sim uma proposta da sociedade que através de uma plataforma colaborativa (www.culturadigital.org/marcocivil), veio a incluir princípios (e.g. a liberdade de expressão, a privacidade, a neutralidade da rede, entre outros) e dispositivos legais, baseado em tais princípios (LEMOS, 2014).

A revelação sobre a espionagem tocou particularmente o país já que o mesmo foi explicitamente apontado como um dos alvos do monitoramento. Com esses acontecimentos a privacidade passa a ser tratada com outro olhar, um olhar de amadurecimento e uma série de direitos e garantias básicas aos usuários da internet são dispostos no Marco Civil da Internet (DONEDA, 2014). O Marco Civil representou “uma resposta politicamente sólida para uma democracia constitucional, como é o caso do Brasil, às práticas de espionagem reveladas nos Estados Unidos” (LEMOS, 2014, p.05).

O Marco Civil trata assim dos princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da internet no Brasil e veio reforçar as garantias individuais previstas na Constituição Federal, no que se refere à privacidade dos usuários da rede, colocando a inviolabilidade da privacidade como um princípio do uso da internet (art. 3º, inciso II e III da lei), bem como o art. 7º da lei, prevê a responsabilização através da reparação de danos materiais e morais em caso de violação da privacidade (inciso I), entre outros princípios presentes no artigo e seus incisos. Na mesma

¹⁹ O ex-técnico da CIA Edward Snowden, de 29 anos, é acusado de espionagem por vazar informações sigilosas de segurança dos Estados Unidos e revelar em detalhes alguns dos programas de vigilância que o país usa para espionar a população americana – utilizando servidores de empresas como Google, Apple e Facebook – e vários países da Europa e da América Latina, entre eles o Brasil, inclusive fazendo o monitoramento de conversas da presidente Dilma Rousseff com seus principais assessores (G1, 2013).

perspectiva em seu art. 8º a garantia ao direito à privacidade se apresenta como condição ao acesso à internet.

Já os artigos 10º e 11º apresentam a responsabilidade dos provedores com a privacidade vetando os mesmos de violar o direito à intimidade e vida privada dos seus usuários, através do monitoramento e armazenamento de dados dos mesmos. O art. 15 da lei por sua vez preceitua que o provedor de aplicação de internet deve manter os registros de acesso do usuário sob sigilo e segurança pelo período de 6(seis) meses, mas que tal conteúdo só pode ser disponibilizado através de ordem judicial. Já o art. 16, deixa clara a proibição por parte de aplicações de internet de armazenar qualquer dado não autorizado pelo usuário, ou que ultrapasse a finalidade para qual a mesma foi concedida (BRASIL, 2014). Das disposições legais do Marco Civil, e rapidamente mencionadas até aqui, que se referem à privacidade dos usuários, urge apontarmos se as mesmas podem ser aplicadas no contexto das Redes Sociais. O primeiro ponto que precisa ser tratado para tal reflexão é a diferença que a lei apresenta entre os provedores de conexão e de aplicação.

Ceroy (2016) utilizando-se dos conceitos de autores como Leonardi (2012) e Pinheiro (2010), pondera que Provedor de Conexão é a pessoa jurídica fornecedora de serviços que consiste em possibilitar o acesso de seus consumidores à internet. Para sua caracterização, basta que ele possibilite a conexão dos terminais²⁰, já Provedor de Aplicação de Internet é um termo que descreve qualquer empresa, organização ou pessoa natural que, de forma profissional ou amadora, forneça um conjunto de funcionalidades que podem ser acessadas por meio de um terminal conectado à internet, não importando se os objetivos são econômicos²¹.

Feitas tais observações conceituais, contata-se que as Redes Sociais se incluem no conceito de Provedor de Aplicação, pois fornecem um conjunto de

²⁰ Terminal é o computador ou qualquer dispositivo que se conecte à internet, como *tablets* e celulares (Artigo 5º, inciso II do Marco Civil).

²¹ Uma análise apressada da disposição poderia nos levar à conclusão de que somente as pessoas jurídicas, organizadas, profissionais e com fins econômicos estariam abarcadas nesse conceito. No entanto o parágrafo primeiro do próprio artigo 15 desfaz afirmar que: Ordem judicial poderá obrigar, por tempo certo, os provedores de aplicações de internet que não estão sujeitos ao disposto no caput a guardarem registro de acesso a aplicações de internet, desde que se trate de registros relativos a fatos específicos em período determinado. Nesse aspecto se retira a condição de fins econômicos do conceito. (CEROY, 2016).

ações que podem ser realizadas por meio de um terminal conectado à internet como é o caso do Facebook e do Whatsapp que oferecem uma série de funcionalidades a seus usuários, ou como na concepção consumerista, uma série de serviços à disposição do usuário, já que considera-se que o lucro das redes sociais existe, mesmo que de forma indireta nesse contexto.

Sendo as redes sociais consideradas Provedores de Aplicação, os preceitos do Marco Civil se aplicam integralmente às mesmas, perspectiva corroborada também pelo fundamento dos Direitos Fundamentais presentes na lei. O art. 2º, II do Marco Civil, apresenta como um de seus fundamentos os direitos humanos, o desenvolvimento da personalidade e o exercício da cidadania em meios digitais. Segundo, Iriburi (2014) significa dizer que a lei pondera o ser humano como ponto principal, maior que o Estado e os negócios jurídicos, os quais devem atender sempre as limitações do princípio da dignidade da pessoa humana, núcleo dos demais direitos fundamentais e de respeito obrigatório de todo o ordenamento jurídico.

Seguindo essa concepção, Copetti e Fischer (2014) observam que os direitos e garantias do usuário, previstos nos artigos 7º e 8º da lei, que visam primordialmente à privacidade dos usuários e a liberdade de expressão, vão ao encontro do previsto na Constituição Federal. Para Guerra (2014, p. 393), a partir do artigo 7º, III, da lei, o direito fundamental à privacidade nesse contexto virtual é objeto de “salvaguarda direta dos direitos de personalidade e, sobremaneira da tutela constitucional da vida privada”.

Partindo dessa premissa, tanto por fazerem parte as redes sociais do conceito da lei como pela sua perspectiva de proteção dos direitos fundamentais, sempre que um usuário das Redes Sociais (e.g. Facebook e/ou Whatsapp), sentir sua privacidade violada, seja de forma aberta como, por exemplo, a disponibilização por parte da rede social dos dados pessoais do usuário a terceiros sem autorização deste ou ordem judicial, ou até mesmo de forma indireta/velada quando as informações constantes dos contratos de prestação de serviços não são claras e completas sobre a coleta, uso, armazenamento, tratamento e proteção dos dados do usuário, o levando a autorizar erroneamente tal uso, enfim nas hipótese de desrespeito por parte do Provedor de Aplicação (rede social), dos direitos à

privacidade, este poderá sofrer as responsabilizações materiais e morais conforme previsto no art. 7º, I da lei.

Essa responsabilização, no entanto, não será em todos os casos. A responsabilidade por conteúdo de terceiros, é um dos exemplos. A lei preceitua que o provedor (aplicação ou conexão) não será responsabilizado civilmente por danos decorrentes de conteúdo gerado por terceiros (Art.18). Segundo Carboni (2016), isso decorre do fato do provedor não ter controle sobre o conteúdo que veicula, uma vez que é criado pelos próprios usuários. A responsabilização assim, por conteúdo gerado por terceiros só se dará se não retirada após determinação judicial, o que demonstra nesse caso a preocupação com a liberdade de expressão e necessidade de impedir a censura.

Podemos perceber que o Marco Civil representa uma conquista da sociedade, na medida em que seu texto coaduna com os direitos fundamentais previstos na Constituição e serve de norte tanto no campo privado como público, no que se refere ao tratamento de temas tão complexos como a violação da privacidade no contexto virtual, o qual inclui as Redes Sociais na Internet.

Sendo assim, observa-se possível como tutela à privacidade nas redes sociais, a aplicação do Marco Civil da Internet, a problemática, no entanto, de considerar somente essa abordagem legal como forma de garantia do direito à privacidade nas redes sociais é que dependendo do caso concreto a norma pode se mostrar inócua. Lemos (2005), observa que em se tratando da evolução tecnológica que nos cerca, insistir no modelo jurídico tradicional, procurando normas jurídicas aplicáveis, sem considerar todos os aspectos que integram o contexto digital, tem como resultado o comprometimento no grau de eficácia da norma. Dito de outra forma, aplicar as normas jurídicas existentes ao contexto digital e das novas tecnologias pode funcionar ocasionalmente, mas não sistematicamente (LEONARDI, 2012).

Com essa percepção constata-se que a aplicabilidade do Marco Civil da Internet por si só, não representa de forma eficaz a garantia do direito à privacidade nas redes sociais. Quando se trata do contexto virtual a complexidade é uma tônica. As relações e acontecimentos que se desenvolvem no universo da internet “não exigem apenas novas soluções jurídicas para os novos problemas, como também

afetam a maneira como os problemas e as soluções jurídicas devem ser analisadas” (LEONARDI, 2012, p. 39).

Nessa perspectiva seria uma falácia atribuir ao direito toda a responsabilidade pela garantia da privacidade nas redes sociais, sem considerar toda uma infinidade de outros elementos que terão influência nesse contexto. Godinho e Roberto (2014) observam que de fato a preocupação legislativa com a privacidade representa um elemento necessário das pessoas e da sociedade, sendo um pressuposto de uma sociedade livre e fator preponderante para concretização da própria liberdade de expressão. Por outro lado, a eficácia do disposto nas leis, esbarra na dificuldade de se acompanhar a vasta e veloz mudança do cenário digital e das novas tecnologias, e sob essa perspectiva tem se estabelecido uma crescente percepção de que para preservação da privacidade, é necessário também que os próprios usuários da rede adotem uma postura de cuidado e respeito, tanto com os seus dados compartilhados como também em relação a sua postura frente aos outros usuários. A necessidade de pensar e refletir de outro modo, olhar para o novo como algo vinculado a si, é que pode resultar na construção de espaços de encontro em que “todas e todos os que participem possam fazer valer suas propostas e suas diferenças” (FLORES, 2009, p. 25), no espaço das redes sociais, sem que isso signifique a violação de direitos.

Considerações finais

A virtualização propagada a partir do processo de desenvolvimento tecnológico do computador e da internet que em sua evolução se popularizaram e tomaram o mundo, em que atividades, da mais simples a mais complexa, são remodeladas e influenciadas pelas novas tecnologias e pela internet surgindo novas possibilidades de comunicação e interação, como as Redes Sociais na Internet. Toda essa possibilidade de interação, no entanto, não apresenta somente pontos positivos como também serve de palco para insegurança e cometimento de uma grande quantidade de violações de liberdades e direitos, dentre os quais se destaca a violação da privacidade. Privacidade por sua vez que possui alto grau de importância por ser considerado um direito fundamental e de personalidade e

merece por isso essencial proteção. Proteção percebida em tutelas legais que dialogam com a privacidade no contexto virtual como é o caso do Marco Civil da Internet, que se percebeu aplicável às redes sociais. Porém por si só tal aplicabilidade não irá representar a garantia do direito à privacidade nas Redes Sociais na Internet. Considerar somente o Marco Civil como garantia do direito à privacidade nas redes sociais, é ignorar toda a complexidade que o contexto virtual e as redes sociais apresentam. Por outro lado, não o considerar como uma tutela de proteção é ignorar todos os pressupostos analisados na pesquisa e que legitimam a aplicação do mesmo nas redes sociais. Assim, o presente trabalho confirmou a hipótese levantada de que a Marco Civil da Internet, é aplicável no contexto das Redes Sociais na Internet, não representando, no entanto por si só, tal aplicabilidade, a garantia de tal direito.

Conclui-se que a aplicabilidade do Marco Civil da Internet representa um início, uma possibilidade, uma perspectiva de garantia do direito à privacidade nas redes sociais, mas que para se pensar em um alcance efetivo de tal direito nesse contexto, devem ser consideradas as complexidades do universo virtual, das redes sociais, da era digital e todas as transformações e efeitos que as novas tecnologias têm representado no contexto social e na vida das pessoas. Se assim forem considerados esses aspectos, pode-se dizer, metaforicamente, que a garantia do direito à privacidade nas Redes Sociais na Internet é um caminho possível, e que a análise de aplicabilidade de tutelas, como a apresentada no estudo, representa a abertura do mesmo. Uma possibilidade de construção, que de fato precisa ser desenvolvida, mas não pode ser desconsiderada.

Referências

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Comunicação Social. **Pesquisa brasileira de mídia 2015**: hábitos de consumo de mídia pela população brasileira. – Brasília: Secom, 2014.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em 18 nov. 2014.

_____. **Lei 12.965/2014**. Disponível em: <

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l12965.htm> **Acesso em: 08.ago.2017.**

CARVALHO, Julio. **Privacidade nas Redes Sociais**. Disponível em: <<http://www.tiespecialistas.com.br/2011/09/privacidade-nas-redes-sociais/>>. Acesso em: 28 jan. 2017.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em Rede: A era da informação: economia, sociedade e cultura**, Vol. 1. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CARBONI, Guilherme. **Provedor não deve ser responsável por conteúdo de terceiros**. Disponível em: <<http://www.migalhas.com.br/dePeso/16,MI201808,91041-Provedor+nao+deve+ser+responsavel+por+conteudo+de+terceiros>>. Acesso em: 06 de fev. de 2016.

CEROY, Frederico Meinberg. **Os conceitos de provedores no Marco Civil da Internet**. Disponível em:< <http://www.migalhas.com.br/dePeso/16,MI211753,51045-Os+conceitos+de+provedores+no+Marco+Civil+da+Internet>>. Acesso em: 06 fev. 2016.

CERT.br, Centro de Estudos, Resposta e Tratamento de Incidentes de Segurança no Brasil. **Cartilha de Segurança para Internet**. 2ª ed. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2012.

COMPARATO, Fábio Konder. **A afirmação histórica dos direitos humanos**. 4. Ed. Rev. E atual. São Paulo: Saraiva, 2005.

COSTA, Paulo José da. **O direito de estar só: tutela penal da intimidade**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **Direitos humanos e cidadania**. 2. ed. São Paulo: Moderna, 2004.

DEBORD, Guy. **A Sociedade do Espetáculo**. São Paulo: Contra Ponto, 1997

DONEDA, Danilo, **Da privacidade à proteção dos dados pessoais**. Rio de Janeiro: Renovar, 2006.

E-DIALOG. **Comunicação digital**. Disponível em: <https://www.edialog.com.br/listas/quais-sao-redes-sociais-mais-acessadas-brasil/>. Acesso em 15 ago.2017.

FACEBOOK. **Site da Rede Social Facebook**. Disponível em: < <https://pt-br.facebook.com/>>. Acesso em 15 de dez. de 2016.

FERNANDES, Milton. Os direitos da personalidade. *In: Estudos jurídicos em homenagem ao Professor Caio Mário*. Rio de Janeiro: Forense, 1984.

FLORES, Joaquín Herrera. **Teoria crítica dos direitos humanos**: os direitos humanos como produtos culturais. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009.

GODINHO, Adriano Marteleto. ROBERTO, Wilson Furtado. A guarda de registros de conexão: o Marco Civil da internet entre a segurança na rede e os riscos à privacidade. *In*:

LEITE, George Salomão. LEMOS, Ronaldo. (coordenadores). **Marco Civil da Internet**. São Paulo: Atlas, 2014.

GUERRA, Gustavo Rabay. Direito a Inviolabilidade e sigilo de comunicações privadas armazenadas: um grande salto rumo a proteção da privacidade na rede.

LEITE, George Salomão. LEMOS, Ronaldo. (coordenadores). **Marco Civil da Internet**. São Paulo: Atlas, 2014.

HORNIK, David. **Social Networks 3.0**. Ventureblog, 2005. Disponível em: <www.ventureblog.com/articles/2005/12/social_networks.php>. Acesso em: 12 nov. 2016.

IRIBURI, Hamilton da Cunha Junior. A liberdade na contratação dos negócios promovidos na internet. *In*: LEITE, George Salomão. LEMOS, Ronaldo. (coordenadores). **Marco Civil da Internet**. São Paulo: Atlas, 2014.

KEEN, Andrew. **Vertigem Digital - Por Que As Redes Sociais Estão Nos Dividindo, Diminuindo e Desorientando**. Zahar, 2012.

LENZA, Pedro. **Direito Constitucional Esquemático**. São Paulo: Método, 2005.

LEMOS, Ronaldo. **Direito, tecnologia e cultura**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

LEONARDI, Marcel. **A Tutela e privacidade na Internet**. São Paulo. Saraiva, 2012.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Ed 34, 1999.

LIMBERGER, Têmis. **O direito à intimidade na era da informática**: a necessidade de proteção dos dados pessoais. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2007.

MARQUES, Garcia. MARTINS, Lourenço. **Direito da informática**. Coimbra: Almedina, 2000.

PEREIRA, Leonardo. **WhatsApp desiste de cobrar taxa anual e passa a ser totalmente gratuito**. Disponível em: <<http://olhardigital.uol.com.br/noticia/whatsapp-desiste-de-cobrar-taxa-anual-e-passa-a-ser-totalmente-gratuito/54442>>. Acesso em: 11 fev. 2016.

PEREIRA, Caio Mario da Silva. **Direito Civil**: alguns aspectos da sua evolução. Rio de Janeiro: Forense, 2001.

PEREIRA, Joel Timóteo Ramos. **Compêndio jurídico da sociedade da informação**: notas práticas, legislação e jurisprudência. Lisboa: Quid Juris, 2004.

PÉREZ-LUÑO, Antônio Enrique. **Derechos humanos, Estado de Derecho y Constitución**. Madrid: Tecnos, 2010.

_____. **Los derechos humanos em la sociedade tecnológica**. Madrid: Universitas, 2012.

PINHEIRO, Patrícia Peck. **Direito Digital**. São Paulo: Saraiva, 2010.

PRIMO, Alex. **Interação mútua e reativa**: uma proposta de estudo. Revista da Famecos, n. 12, p. 81-92, jun. 2000.

RECUERO, Raquel. **Redes sociais na internet**. Porto Alegre: Sulina, 2009. (Coleção Cibercultura).

SANTAELLA, Lucia, LEMOS, Renata. **Redes Sociais Digitais**: a cognição cognitiva do Twitter. São Paulo: Paulus, 2010.

SARLET, Ingo Wolfgang. **A Eficácia dos Direitos Fundamentais. Uma Teoria Geral dos Direitos Fundamentais na Perspectiva Constitucional**. 10^o ed. Porto Alegre. Livraria do Advogado. 2011.

SILVA, Edson Ferreira da. **Direito à intimidade**. São Paulo: Oliveira Mendes, 1998.

WHATSAPP. **Site da Rede Social Whatapp**. Disponível em: <
<https://www.whatsapp.com/>>. Acesso em: 20 dez. 2016.

DIREITO E LITERATURA: ANÁLISE DE “OS OMBROS SUPORTAM O MUNDO”, DE CARLOS DRUMMOND DE ANDRADE, E A PROMOÇÃO DA JUSTIÇA SOCIAL E DOS DIREITOS HUMANOS

TOMASI, Daniela Bortoli²²

RESUMO

Carlos Drummond de Andrade é considerado por muitos críticos literários como o maior poeta da literatura brasileira. Sua obra tem como característica o constante questionamento sobre o “ser-estar” no mundo. Isto, então, foi amplamente intensificado aos períodos entre a Primeira Guerra Mundial e a Segunda Guerra; período em que lança o livro “Sentimento do Mundo”, em 1940, o qual se inseria o poema “Os ombros suportam o mundo”. Para tanto, este artigo tem como objetivo analisar o referido poema e como a angústia da devastação humana esteve presente nos indivíduos do século XX. No tocante ao estudo do Direito, analisa-se como esse “sentimento do mundo” transformou-se em um pensamento mais humanitário, evidenciando a criação da ONU e da Declaração Universal dos Direitos Humanos; ampliando a importância de salvaguardar a justiça social e os direitos humanos.

Palavras-chave: Direito; Literatura; Direitos Humanos; Justiça Social; Carlos Drummond de Andrade.

ABSTRACT

Carlos Drummond de Andrade is considered the greatest poet of Brazilian literature by many literary critics. His work features the constant questioning about “being” in this world. Then, his writing was intensified during the World War I and World War II; when he published the book “Sentimento do Mundo”, in 1940, which the poem “Os ombros suportam o mundo” makes part of it. In this sense, this article aims to analyze that poem, and how the anguish of the human devastation was present in the people’s feelings during the 20th century. In relation to the study of law, it is analyzed how this feeling of the world has turned into a humanitarian thought, highlighting the creation of the United Nations, and the Universal Declaration of Human Rights; giving importance to social justice, and human rights.

Keywords: Law; Literature; Human Rights; Social Justice; Carlos Drummond de Andrade.

Introdução

²² Mestra em Direito e Justiça Social pela Universidade Federal do Rio Grande – FURG. Advogada. Graduada em Letras Português/Inglês pela FURG.

Carlos Drummond de Andrade (1902-1987), em seu livro “Sentimento do Mundo”, publicado em 1940, poetizou a dor da guerra. Em outras palavras, nesta obra, o poeta demarcou – como ninguém – o sofrimento e a angústia dos indivíduos do século XX, que vivenciaram as incertezas políticas e econômicas nos planos nacional e internacional advindas da Guerra Fria, da Primeira Guerra Mundial, bem como da Segunda Guerra.

Nesse sentido, este artigo, utilizando-se de metodologia bibliográfica-documental, tem como objetivo analisar o poema “Os ombros suportam o mundo” (contido no livro “Sentimento do mundo”) de autoria do autor brasileiro Carlos Drummond de Andrade. Ainda, objetiva-se relacionar de que maneira esse sentimento de dor e não perspectiva da humanidade, abordada no poema, causou a necessidade da Comunidade Internacional em unir-se e discutir meios para efetivação da justiça social e dos direitos humanos.

1. Carlos Drummond de Andrade e a segunda fase modernista brasileira

Para fins didáticos, o estudo do Modernismo, na Literatura Brasileira, se divide em três gerações. A Primeira Geração Modernista (1922-1930), por exemplo, é composta por nomes como Mário de Andrade, Oswald de Andrade e Manuel Bandeira; e tem como objetivo, em linhas gerais, a livre associação de ideias, a pesquisa e valorização de raízes nacionais. Tal fase é muito lembrada por suas inovações e quebras de paradigmas ao contexto literário realizado até então. Sendo, pois, uma de suas grandes marcas a Semana de Arte Moderna (ocorrida em 1922).

Passada essa Primeira fase de experimentação e desconstrução dos ritos formais da Língua Portuguesa e da Literatura Brasileira, a Segunda Geração Modernista (1930-1945) é reconhecida pela sua maturidade artística e engajamento às ideias críticas em um projeto mais ideológico do que puramente estético, como era realizado até então. Carlos Drummond de Andrade, Cecília Meireles, Vinicius de Moraes e Murilo Mendes, por exemplo, fazem parte da poesia da Segunda Geração – que será, ao longo deste artigo, mais evidenciada e analisada.

Na sequência, com o intuito de demonstração do último plano modernista, há a Terceira Geração, em que João Cabral de Melo Neto e Clarice Lispector são nomes participantes da fase que evidenciou o regionalismo, na prosa, e seguindo as tendências já contemporâneas, na poesia, houve disseminação de várias tendências e temáticas de diferentes cunhos.

Como o foco temático aqui apresentado é a análise do poema “Os ombros suportam o mundo”, de Carlos Drummond de Andrade, e a sua conexão à efetivação da justiça social e dos direitos humanos, a Segunda fase do Modernismo nacional será mais amplamente abordada. Para tanto, faz-se necessário localizar o contexto histórico no qual o poema fora produzido para, assim, compreender a visão do Direito contemporâneo.

Nesse sentido, refere-se que o poema “Os ombros suportam o mundo” foi publicado, em 1940, no livro “Sentimento do Mundo”. Nota-se que os poemas contidos na referida obra são essencialmente escritos com o pesar do poeta ao se questionar o “ser e o estar” (bem como os motivos pelos quais) do ser humano no mundo estar no mundo e estar vivendo um dos períodos mais conturbados em relação a direitos e em relação à própria existência e sobrevivência das sociedades.

Isto, pois, em 1940, o cenário político econômico e social se localizava como sendo pós quebra da Bolsa de Valores de Nova Iorque (1929), pós Primeira Guerra Mundial (1914-1918). Ainda, estava ocorrendo, no mundo, a Segunda Guerra (1939-1945), bem como o crescimento do nazifascismo. No Brasil, em específico, pode-se citar a ocorrência da Revolução de 30 (1930), o fim da República Velha e, como consequência, a Era Vargas (1930-1945), e a participação do Brasil na Segunda Guerra.

Nesse contexto, ocorria, ainda, no Brasil, como explanado, a Segunda Geração Modernista. Detalhadamente, sobre tal fase da literatura propriamente dita, pode-se afirmar que há, segundo Faraco e Moura (1997, p. 170):

(...) uma retomada de consciência da realidade brasileira, dando prosseguimento aos objetivos dos artistas da primeira fase, mas

aprofundando, ampliando, solidificando esses objetivos. Nesse sentido, as artes, a sociologia, os estudos históricos convergiam para o mesmo ponto, o que denota não só uma consciência política mais rigorosa, mas também uma necessidade imposta pelos acontecimentos da época.

Com isso, nota-se a necessidade da representação artística – e, neste caso, cita-se a literatura, em particular – a fim de expressar a consciência dos fatos ocasionados pelos movimentos políticos e de violência ao redor do mundo. Eis que, ao vislumbrar o cenário do período em que o livro e o poema foram lançados, pode-se perceber que o próprio nome do livro “Sentimento do Mundo”, por exemplo, retrata a sensibilidade do eu-lírico quanto aos sentimentos de destruição e a própria “estagnação” não apenas do indivíduo, mas também pela calamidade social causadas pelas Guerras, sobretudo, pela Segunda Guerra Mundial, como explana Tomasi (2017, p.42):

A Primeira Guerra Mundial (...) bem como a Segunda Guerra (...) representaram, para o Ocidente, dado o desenvolvimento científico e tecnológico, episódios marcantes e com uma inigualável capacidade de exclusão e de destruição do outro e do meio ambiente.

Assim, o genocídio promovido pelo desrespeito às diferenças ocorrido pelas duas guerras mundiais acarretou a exclusão do outro, fazendo com que os próprios indivíduos se questionassem os seus papéis na sociedade, bem como qual seria, pois, a essência de suas parcelas individuais e coletivas para com toda a destruição humana e ambiental naquele momento histórico.

Logo, a Comunidade Internacional se deteve, detalhadamente, através do objetivo de criar formas – como serão analisadas ao longo deste artigo – em que os Direitos Humanos surgissem como uma ferramenta de respeito às diferenças nos mais diversos âmbos sociais, sejam eles étnicos, de gênero, de classes sociais, entre outros.

2 Análise de “Os ombros suportam o mundo” de Drummond: do sentimento de dor do mundo à efetivação da justiça social e dos direitos humanos

Analisa-se, então, o poema “Os ombros suportam o mundo”, de Carlos Drummond de Andrade (1999, p.159):

Os ombros suportam o mundo

Chega um tempo em que não se diz mais: meu Deus.
Tempo de absoluta depuração.
Tempo em que não se diz mais: meu amor.
Porque o amor resultou inútil.
E os olhos não choram.
E as mãos tecem apenas o rude trabalho.
E o coração está seco.

Em vão mulheres batem à porta, não abrirás.
Ficaste sozinho, a luz apagou-se,
mas na sombra teus olhos resplandecem enormes.
És todo certeza, já não sabes sofrer.
E nada esperas de teus amigos.

Pouco importa venha a velhice, que é a velhice?
Teus ombros suportam o mundo
e ele não pesa mais que a mão de uma criança.
As guerras, as fomes, as discussões dentro dos edifícios
provam apenas que a vida prossegue
e nem todos se libertaram ainda.
Alguns, achando bárbaro o espetáculo,
prefeririam (os delicados) morrer.
Chegou um tempo em que não adianta morrer.
Chegou um tempo em que a vida é uma ordem.
A vida apenas, sem mistificação.

No referido poema, pode-se perceber a estruturação de vinte e três versos divididos em três estrofes. Ao primeiro momento, nota-se a segmentação não mais rígida e formal como ocorria nas poesias sobremodo anteriores ao Modernismo. Já é possível observar, então, a quebra de estruturação estética do texto. Ademais, há, de forma geral, o sentimento com foco negativo para com a existência do ser em relação ao mundo.

Isto, pois, tal poema fora escrito por Drummond durante a sua denominada “segunda fase”, ou seja, fase em que o escritor, através do eu-lírico, se demonstrava “menor do que o mundo”. Em outras palavras, o sentimento de inferioridade do eu-lírico pode ser inferido a partir da percepção das consequências em que, sobretudo, a Segunda Guerra Mundial (Ihe) causava: comoção social, desesperança para com a o outro e para com o seu futuro e futuro do globo.

Comprova-se isto, inclusive, pelos primeiros quatro versos: “Chega um tempo em que não se diz mais: meu Deus./ Tempo de absoluta depuração./ Tempo em que não se diz mais: meu amor. /Porque o amor resultou inútil.” (DE ANDRADE, 1999, p.159). Assim, ao afirmar que a um determinado tempo não há mais como dizer palavras de amor e nem clamar (pedir auxílio) a Deus, por exemplo, infere-se a descrença e a desesperança do eu-lírico em relação ao seu próprio futuro – como indivíduo – e ao futuro da coletividade.

Com isso, atitudes de compaixão e de amor com o próximo se tornam inúteis, já que o amor, e nem Deus puderam salvar o mundo das guerras. Tal descrença e bloqueio emocional do eu-lírico se perfectibiliza ao “relatar” ao leitor que “os olhos não choram”. Entende-se pelos “olhos” e pelos respectivos sentimentos não apenas os do eu-lírico, mas também os olhos e sentimentos da comunidade internacional (sociedade em geral) que vive o desalento da miserabilidade, perda de familiares e desastres naturais e artificiais causados pelos agentes dos extermínios da guerra. Dessa forma, onde não há amor, não há Deus, não há esperança e o “coração está seco”; ou seja, sem esperanças de um futuro e mundo com perspectivas melhores.

Prosseguindo a análise do poema “Os ombros suportam o mundo”, de autoria de Drummond, o eu-lírico revela, na segunda estrofe, como um todo, a ideia da comunicação com o outro que, assim como ele, sofre as intermitências de conturbações psicológicas dado o estado de instabilidade política e social, por exemplo, do século XX. Assim, o outro se revela mais claramente através dos versos “Ficaste sozinho, a luz apagou-se, / mas na sombra teus olhos resplandecem enormes. / (...) já não sabes sofrer. / E nada esperas de teus amigos”.

Por conseguinte, a utilização de “ficaste”, “já não sabes sofrer” e “teus amigos” demonstra o eu-lírico realizando sinais verbais para o outro, o indivíduo que, até mesmo de forma explícita, ficou sozinho, ou seja, não possui mais a companhia de suas amizades ou familiares, pois estes ou lhe foram “retirados” por meio da guerra, ou se encontram em situação semelhante de desencanto e tristeza com a humanidade. Em contraposição, “já não sabes sofrer” demarca a banalização da

violência e abatimento com o sofrimento contínuo, já que as guerras, por exemplo, não possuem perspectiva para findarem.

Se, até então, o eu-poético demarcara a tristeza e a não consolação com o que o contexto histórico de guerras, em que o “eu” se mistura e vincula com a ideia do “outro” – afinal, todos estão passando pelo mesmo momento histórico, então, na última estrofe, o eu-lírico realiza o questionamento sobre o porquê viver/morrer. Dada a circunstância de imenso abatimento devido à destruição dos povos, dos indivíduos e as invasões territoriais, o eu-lírico questiona-se sobre o valor e a importância da velhice. Isto, pois, em momentos ordinários, em que a guerra não se faz presente, o desejo da grande maioria das pessoas é, por exemplo, envelhecer de forma digna e tranquila, de modo que possa aproveitar o tempo para fazer os afazeres que desejar, gozando de tempo junto aos entes queridos.

Todavia, uma vez inserido no contexto da guerra fria e das Guerras Mundiais (Primeira e Segunda), quais seriam, pois, as expectativas daquela geração em envelhecer? Já que não haveria mais situação confortável de estabilidade econômica e nem familiar, por exemplo, para tal. Em “Teus ombros suportam o mundo / e ele não pesa mais do que a mão de uma criança”, nota-se que, o que resta ao ser humano que vivencia o período entre guerras é a resistência a tais atos, uma vez que são os indivíduos (unidos e representados por suas nações) que sustentam a discriminação, a xenofobia, os maus tratos e a perseguição de diferentes etnias, na guerra.

Nesta passagem, então, pode-se relacionar a percepção temporal do eu-lírico (período da guerra, no século XX) e a percepção atemporal, ou seja, o sentimento universal de sofrimento dos indivíduos pela exclusão do outro; o que não possui “data” específica para acontecer – tanto em registros sociais ou literários. Isto se dá através do mero fato deste outro ser diferente – não seguir determinados padrões estipulados de crenças, gênero ou aparência física do “eu”, ora “eu dominador”. Quanto ao respeito ao outro, complementa Piovesan (2016, p. 349):

Ao longo da história, as mais graves violações aos direitos humanos tiveram como fundamento a dicotomia ‘eu versus o outro’, em que a diversidade era

captada como elemento para aniquilar direitos. A diferença era visibilizada para conceber o 'outro' como um ser menor em dignidade e direitos, ou, em situações-limite, um ser escravizado mesmo de qualquer dignidade, um ser descartável, um ser supérfluo, objeto de compra e venda (como na escravidão) ou de campos de extermínio (como no nazismo).

Essa dicotomia definida pelo autor como “eu versus o outro” é a que se encontra descrito no poema “Os ombros suportam o mundo”, de Carlos Drummond de Andrade, e a que se refere a presente análise em relação aos direitos humanos. Isto dado de maneira em que, pelas guerras mundiais ocorridas ao longo de curtos períodos de tempo, no século XX, o mundo se encontrou em choque com a rapidez da aniquilação do outro, naquele momento, visto como “inimigo” por causa das lutas armadas e, também, por causa da dizimação de pessoas nos campos de concentração.

Foi, então, com o final da Segunda Guerra Mundial, em 1945, que líderes políticos de todo o mundo se reuniram e decidiram agir contra toda a extensão de violência, repreensão e descarte do outro. O objetivo era, pois, traçar ideias e planos para que todo o cenário de pobreza e morte – física e psicológica – no mundo não se repetisse, como fora com a Primeira e Segunda Guerras Mundiais, bem como com a Guerra Fria, inclusive.

Não se falava em uma interrupção temporária dos ataques, até mesmo porque as guerras já haviam findado. Falava-se, portanto, em realização e devida efetivação de justiça social e paz no mundo. Como forma prática de realização dessas ideias, fora criada a ONU (Organização das Nações Unidas), em 1945, de acordo com ONU (s/d, p.s/n):

The United Nations came into being in 1945, following the devastation of the Second World War, with one central mission: the maintenance of international peace and security. The UN does this by working to prevent conflict; helping parties in conflict make peace; peacekeeping; and creating the conditions to allow peace to hold and flourish. These activities often overlap and should reinforce one another, to be effective. The UN Security Council has the primary responsibility for international peace and security. The General Assembly and the Secretary-General play major, important, and complementary roles, along with other UN offices and bodies.

Assim sendo, com o os objetivos de manter a paz e a segurança na Comunidade Internacional, bem como prevenir possíveis conflitos futuros entre as nações, é que a ONU foi criada. Não obstante, de forma a consolidar seus princípios, as Nações Unidas publicaram, em 1948, a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH). A DUDH é considerada como um grande marco para a promoção dos direitos humanos. Nesse sentido, conforme ONU/BRASIL (2017, p.s/n):

Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) é um documento marco na história dos direitos humanos. Elaborada por representantes de diferentes origens jurídicas e culturais de todas as regiões do mundo, a Declaração foi proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em Paris, em 10 de dezembro de 1948, por meio da Resolução 217 A (III) da Assembleia Geral como uma norma comum a ser alcançada por todos os povos e nações. Ela estabelece, pela primeira vez, a proteção universal dos direitos humanos.

Pode-se perceber o viés universalista da referida Declaração, uma vez que afirma assegurar a proteção dos direitos humanos de forma universal. Essa intenção da DUDH assim fora posta, a fim de tentar integralizar as diferenças multiculturais, étnicas, de condições sociais e econômicas, por exemplo, dos indivíduos – assim como outras diferenças percebidas socioculturalmente entre integrantes dos mais diversos Estados participantes da criação e ratificação do Documento.

Nessa esteira, objetiva-se analisar alguns artigos da DUDH, a fim de melhor visualizar a pertinência de tal documento internacional, bem como de perceber a abrangência universal ao assegurar os direitos humanos:

Artigo I

Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade.

Artigo II

1 - Todo ser humano tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidos nesta Declaração, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, idioma, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição.
(...)

Artigo III

Todo ser humano tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal. (DUDH, 1948, p.2, grifos do documento).

A partir da leitura destes três artigos (artigos I, II e III) da DUDH, pode-se observar que o grande marco do Documento para a efetivação dos direitos humanos no globo se estrutura, pois, ao definir explicitamente a liberdade e a igualdade dos indivíduos dos mais diversos povos e culturas. Há, portanto, um respeito às diferenças através, sobretudo, da implementação e da observância da dignidade da pessoa humana. A partir desse momento, então, a dignidade ganha amplitude no campo das Ciências Sociais Aplicadas, como o Direito, pois tem-se a noção da dignidade como o suprasumo da integralização à prática dos direitos humanos.

Por fim, interessante perceber que o Artigo III define os preceitos de que todo indivíduo possui o seu direito à vida, à liberdade e à segurança resguardados. Assim, infere-se, de forma aglutinada, a noção dos artigos anteriores, sobretudo o artigo I, que garante a dignidade da pessoa humana – e tem, como consequência, a implementação da justiça social e dos direitos humanos.

Conclusão

Após a Segunda Guerra Mundial, a Comunidade Internacional como um todo compreendeu necessário que, atitudes em comum entre as nações, como a pacificação e a promoção à justiça social – inclusive englobando Ocidente e Oriente – fossem realizadas. Isto, pois, com o intuito de assegurar a *lato sensu*, direitos universais para a Comunidade em geral. Tais direitos e obrigações foram salvaguardados a partir da criação da ONU, em 1945, e do advento da DUDH – tida como um importante processo de reconhecimento de direitos universais e de direitos humanos não apenas aos indivíduos, mas também aos Estados integrantes que ratificaram o Documento.

Logo, nota-se que a DUDH como um todo, mas mais especificamente os artigos I, II e III definem a dignidade da pessoa humana como um preceito para a efetivação da justiça social e para a aplicação dos direitos humanos nas mais

diversas comunidades e regiões, não apenas do Brasil – país de Drummond – mas para as demais ao redor do globo. Eis, então, mais uma comprovação da DUDH que demonstra a dignidade como firmamento para a qualidade de uma vida digna às presentes e futuras gerações – para que essas não experimentem a dor dos “ombros que sustentam o mundo”, dolorosamente poetizada por Drummond.

Referências

DE ANDRADE, Carlos Drummond. **Sentimento do Mundo**. Rio de Janeiro: Editora Record, 1999.

FARACO, Carlos Emílio e MOURA, Francisco Marto. **Língua e Literatura**. 18 ed. Vol 3. São Paulo: Ática, 1997.

NICOLA, José de. **Literatura brasileira: das origens aos nossos dias**. 4 ed. São Paulo: Scipione, 1993.

ONU/BRASIL. **A Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Brasília: ONU/BRASIL, 2017. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/direitoshumanos/declaracao/#>>. Acesso em: 21 out. 2017.

_____. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. 1948. Brasília: ONU/BRASIL, 2014. Disponível em: <<http://www.onu.org.br/img/2014/09/DUDH.pdf>>. Acesso em: 1 nov. 2016.

ONU/UNITED NATIONS. **What we do**. Nova Iorque, Estados Unidos: United Nations, s/d. Disponível em: <<http://www.un.org/en/index.html>>. Acesso em: 22 out. 2017.

PIOVESAN, Flávia. **Temas de Direitos Humanos**. 9 ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

TOMASI, Daniela Bortoli. **A dignidade humana e o direito ao meio ambiente do trabalho digno e equilibrado: das origens filosóficas à perspectiva jurídica contemporânea**. 2017. 118fls. Dissertação. Mestrado em Direito e Justiça Social. Universidade Federal do Rio Grande – FURG.

O CRIME DE TRÁFICO EXTERNO E INTERNO DE PESSOAS E AS RECENTES ALTERAÇÕES DO CÓDIGO PENAL: REFLEXÕES CRÍTICAS

Almir Vitório Signor Junior²³
Diana Casarin Zanatta²⁴

RESUMO

A pesquisa tem como objetivo estabelecer reflexões críticas à Lei nº 13.344/16, que entrou em vigor no ordenamento jurídico penal brasileiro em 07 de outubro de 2016. A Lei em questão altera de forma substancial o Código Penal no que diz respeito aos crimes contra a dignidade sexual, transformando os crimes de tráfico externo e interno de pessoas, para fins de exploração sexual, até então crimes contra a dignidade sexual, em crimes contra a liberdade individual. O estudo baseia-se em avaliações produzidas por instituições internacionais, aplicáveis ao Brasil, e procura demonstrar a ineficiência prática da inovação legislativa brasileira em relação aos países desenvolvidos e com menor índice de incidência do tráfico de pessoas. Tal constatação parte da observação das práticas preventivas e repressivas adotadas em tais países em contrapartida ao protecionismo exagerado do direito penal brasileiro, que leva ao desrespeito de preceitos fundamentais do Protocolo de Palermo, como, por exemplo, o da repressão adequada aos crimes relacionados ao tráfico humano. Para tanto, a pesquisa estabelece uma análise comparativa entre a legislação revogada e a revogadora, valendo-se do método indutivo e da técnica de pesquisa bibliográfica e documental.

Palavras-chave: tráfico de pessoas; dignidade sexual; liberdade pessoal.

ABSTRACT

This research aims to promote a critical thinking about the Law 13.344/16, which came into force in the Brazilian legal system on October 7th, 2016. This Law modified the Penal Law Code considerably, in regard to the crimes against the sexual autonomy, turning the crimes of national and international Human Trafficking, for sexual exploitation, into crimes against the personal freedom. The study is based on evaluations produced by international institutions and are able to be applied in Brazil. It tries to show the inefficiency of this change in the Brazilian legal system, comparing

²³ Acadêmico da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões - URI – Erechim. junior_signor@hotmail.com

²⁴ Professora da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI - Erechim.

Brazil to developed countries with a low Human Trafficking rates, due to their preventing and repressive procedures. Considering the consequences of the over-protectiveness of Brazilian Penal Law, there is a disrespect of fundamental principles of Palermo protocol, such as the proper repression of crimes related to Human Trafficking. This paper sets up a comparative analysis between the legislation that repeals and the one which is repealed, using the inductive approach and bibliographical and documentary technique.

Keywords: Human Trafficking; Sexual Autonomy; Personal Freedom.

Introdução

A pesquisa tem por objetivo estabelecer uma reflexão crítica à Lei nº 13.344/16, que entrou em vigor no ordenamento jurídico penal brasileiro em 07 de outubro de 2016 e que altera o Código Penal, revogando os artigos 231 e 231-A, que previam os crimes de tráfico externo e interno de pessoas para fins de exploração sexual. Tais dispositivos penais passam, de acordo com a nova lei, a estarem descritos no artigo 149-A do Código Penal. O bem jurídico protegido, antes a dignidade sexual das pessoas, como corolário do princípio da dignidade da pessoa humana, passa a ser a liberdade pessoal do indivíduo.

Busca-se delinear os acertos e desacertos do sistema jurídico penal, que tem sido questionado no que diz respeito à eficiência obtida na repressão e até mesmo na prevenção de crimes considerados graves socialmente. Tais questionamentos ponderam o fato das mudanças legislativas serem produzidas de forma pontual, pouco ou nada sendo modificado no cenário do combate às práticas criminosas, ainda mais quando analisadas comparativamente com as ações produzidas por outros países.

O tráfico de pessoas é um problema social de abrangência mundial possuindo como público alvo uma parcela da sociedade que também é vítima da negligência do Estado, posto que se encontra em situação de absoluta vulnerabilidade social. A alteração produzida pela Lei nº Lei 13.344/16 tinha como objetivo aprimorar a legislação com o intuito de tipificar práticas até então não vistas de forma satisfatória pelo direito penal brasileiro, adequando-se às normas estabelecidas em tratado internacional.

O que a legislação alteradora suscitou, no entanto, foram mais dúvidas, estando, portanto, sujeita às críticas que passam a ser construídas, com base na legislação internacional e na Constituição Federal brasileira, além do que já fora apresentado pela doutrina pátria.

1. A tipificação penal do tráfico de pessoas no Brasil

A tipificação do assim denominado tráfico interno e internacional de pessoas no ordenamento jurídico penal brasileiro surgiu a partir da assinatura pelo Brasil de um tratado internacional, conhecido como Protocolo de Palermo, que foi ratificado com mais de cem assinaturas de autoridades mundiais, entrando em vigor no território nacional, em 28 de fevereiro de 2004. O referido tratado definia o tráfico de pessoas, em seu artigo 3º, alínea “a”, com a seguinte redação:

A expressão "tráfico de pessoas" significa o recrutamento, o transporte, a transferência, o alojamento ou o acolhimento de pessoas, recorrendo à ameaça ou uso da força ou a outras formas de coação, ao rapto, à fraude, ao engano, ao abuso de autoridade ou à situação de vulnerabilidade ou à entrega ou aceitação de pagamentos ou benefícios para obter o consentimento de uma pessoa que tenha autoridade sobre outra para fins de exploração. A exploração incluirá, no mínimo, a exploração da prostituição de outrem ou outras formas de exploração sexual, o trabalho ou serviços forçados, escravatura ou práticas similares à escravatura, a servidão ou a remoção de órgãos (BRASIL, 2004).

Como se depreende do texto contido no Protocolo de Palermo, a ideia das nações que o elaboraram e posteriormente o ratificaram, era coibir toda e qualquer forma de tráfico de pessoas, independentemente do objeto da traficância. A exploração sexual seria apenas uma das formas de tráfico de pessoas a ser coibida com atenção pelos países signatários, afinal, os tratados internacionais representam a principal forma de obrigação internacional. Aliás, “[...]os tratados internacionais enquanto acordos internacionais juridicamente obrigatórios e vinculantes (*pacta sunt servanda*) constituem hoje a principal fonte do Direito Internacional”. (PIOVESAN, 2015, p. 105).

No Código Penal brasileiro, a recepção ao Protocolo de Palermo ocorreu em 28 de fevereiro de 2004, através da formatação dos artigos 231 e 231-A que,

respectivamente, tipificaram as condutas de tráfico internacional e nacional de pessoas, para fins de exploração sexual. De acordo com o texto legal, atualmente revogado:

Art. 231. Promover ou facilitar a entrada, no território nacional, de alguém que nele venha a exercer a prostituição ou outra forma de exploração sexual, ou a saída de alguém que vá exercê-la no estrangeiro. Pena - reclusão, de 3 (três) a 8 (oito) anos.

§ 1º Incorre na mesma pena aquele que agenciar, aliciar ou comprar a pessoa traficada, assim como, tendo conhecimento dessa condição, transportá-la, transferi-la ou alojá-la.

§ 2º A pena é aumentada da metade se:

I- a vítima é menor de 18 (dezoito) anos

II- a vítima, por enfermidade ou deficiência mental, não tem o necessário discernimento para a prática do ato;

III- se o agente é ascendente, padrasto, madrasta, irmão, enteado, cônjuge, companheiro, tutor ou curador, preceptor ou empregador da vítima, ou se assumiu, por lei ou outra forma, obrigação de cuidado, proteção ou vigilância; ou

IV- há emprego de violência, grave ameaça ou fraude.

§ 3º Se o crime é cometido com o fim de obter vantagem econômica, aplica-se também multa (BRASIL, 2004).

Nota-se com a leitura do antigo texto legal, que mesmo com redação posterior ao tratado (redação do ano de 2009 e tratado do ano de 2005) os artigos criados pelo legislador brasileiro não se adequaram às condições trazidas pelo Tratado, limitando a tipicidade do fato ao tráfico com finalidade única e exclusiva de exploração sexual. O mesmo aconteceu na tipificação do tráfico interno de pessoas, com a seguinte redação:

Art. 231-A. Promover ou facilitar o deslocamento de alguém dentro do território nacional para o exercício da prostituição ou outra forma de exploração sexual:

Pena - reclusão, de 2 (dois) a 6 (seis) anos.

§ 1º Incorre na mesma pena aquele que agenciar, aliciar, vender ou comprar a pessoa traficada, assim como, tendo conhecimento dessa condição, transportá-la, transferi-la ou alojá-la

§ 2º A pena é aumentada da metade se:

I- a vítima é menor de 18 (dezoito) anos;

II- a vítima, por enfermidade ou deficiência mental, não tem o necessário discernimento para a prática do ato;

III- se o agente é ascendente, padrasto, madrasta, irmão, enteado, cônjuge, companheiro, tutor ou curador, preceptor ou empregador da vítima, ou se assumiu, por lei ou outra forma, obrigação de cuidado, proteção ou vigilância; ou

IV- há emprego de violência, grave ameaça ou fraude.

§ 3º Se o crime é cometido com o fim de obter vantagem econômica, aplica-se também multa (BRASIL, 2004).

A redação do artigo 231-A do Código Penal, assim como visto no artigo 231, deixa claro que o objetivo do legislador foi punir exclusivamente a conduta de quem, de alguma forma, participa da exploração sexual de outrem, no âmbito do território nacional. Não há qualquer previsão de incriminação para condutas que visem outras formas de exploração, tal como a exploração para trabalho ou serviços forçados, escravatura ou práticas com similitude à escravatura, a servidão ou mesmo a remoção de órgãos, tal qual previa o Protocolo de Palermo.

Estudos realizados pela *United Nations Office on Drugs and Crime* – UNODC - mostram que no continente americano, onde o Brasil está inserido, mais da metade dos casos de tráfico de pessoas são com finalidade diversa à de exploração sexual (51%), tendo como maior incidência o objetivo de recrutamento de pessoas para trabalhos forçados (47%) (UNODC, 2014, p. 13). Diante de tal realidade, observa-se que o sistema de incriminação criado pelo legislador brasileiro, através dos artigos supra identificados, não contemplava as práticas exploratórias de maior incidência.

Além disso, aponta-se o tráfico de pessoas como sendo a terceira atividade criminosa mais lucrativa no mundo, perdendo somente para o tráfico de drogas e contrabando de armas, segundo dados da OIT - Organização Internacional do Trabalho (2012), que aponta o lucro anual produzido com o tráfico de pessoas como algo em torno dos 31,6 bilhões de dólares.

O tráfico de pessoas é, sem dúvida, uma das maiores violações aos direitos humanos e a sua finalidade, como visto, ao contrário do que expunha os artigos 231 e 231 A do Código Penal, extrapola a exploração sexual ou mesmo a exploração de mão de obra escrava (CUNHA; PINTO, 2017). Conforme informações do Ministério da Justiça (BRASIL, 2017), o tráfico de pessoas é fenômeno multidimensional e complexo, por abarcar três elementos constitutivos, quais sejam: um ato, os meios e a finalidade de exploração, cada qual com suas respectivas espécies.

Como uma espécie de correção da lacuna legislativa, foi produzida e incorporada ao Código Penal a Lei nº 13.344/16, trazendo uma reformulação ao

ordenamento jurídico-penal, revogando os artigos 231 e 231-A do CP e substituindo-os pelo artigo 149-A, CP, com a seguinte redação:

Art. 149-A. Agenciar, aliciar, recrutar, transportar, transferir, comprar, alojar ou acolher pessoa, mediante grave ameaça, violência, coação, fraude ou abuso, com a finalidade de

- I - remover-lhe órgãos, tecidos ou partes do corpo
- II - submetê-la a trabalho em condições análogas à de escravo;
- III - submetê-la a qualquer tipo de servidão
- IV - adoção ilegal;
- V - exploração sexual

Pena - reclusão, de 4 (quatro) a 8 (oito) anos, e multa.

§ 1º A pena é aumentada de um terço até a metade se:

- I - o crime for cometido por funcionário público no exercício de suas funções ou a pretexto de exercê-las;
- II - o crime for cometido contra criança, adolescente ou pessoa idosa ou com deficiência;
- III - o agente se prevalecer de relações de parentesco, domésticas, de coabitação, de hospitalidade, de dependência econômica, de autoridade ou de superioridade hierárquica inerente ao exercício de emprego, cargo ou função; ou
- IV - a vítima do tráfico de pessoas for retirada do território nacional.

§ 2º A pena é reduzida de um a dois terços se o agente for primário e não integrar organização criminosa. (BRASIL, 2016).

Diferentemente da fotografia antiga, o dispositivo trouxe diferentes meios executórios e finalidades, tipificando, em seus incisos, atos de tráfico de pessoas com finalidade de remoção de órgãos, submissão ao trabalho em condições análogas à de escravo, exploração sexual, adoção ilegal ou qualquer outro tipo de servidão. Nota-se que ao mencionar qualquer outro tipo de servidão, o legislador abre um imenso catálogo de opções, ampliando sobremaneira a possibilidade de incriminação.

Não bastando as mais variadas finalidades, observou-se o cuidado do legislador ao tipificar os meios executórios, sendo consideradas típicas as condutas de agenciar, aliciar, recrutar, transportar, transferir, comprar, alojar ou acolher pessoa, mediante grave ameaça, violência, coação, fraude ou abuso. Foi imposta às condutas apresentadas, na forma simples do tipo penal, uma pena de reclusão de 4 a 8 anos, sanção esta, que não restou imune à críticas, apresentadas na sequência.

Além do *caput*, o artigo 149-A apresentou causas de aumento e diminuição de pena. Em seu parágrafo primeiro, aumenta-se a pena de um terço à metade se o crime for cometido por funcionário público no exercício das funções ou como

pretexto para exercê-las, se o crime for cometido contra criança, adolescente, pessoa idosa ou com deficiência, se o agente se prevalecer de relações de parentesco, domésticas, de coabitação, de hospitalidade, de dependência econômica, de autoridade ou de superioridade hierárquica inerente ao exercício de emprego, cargo ou função ou a vítima for retirada do território nacional.

Diante da redação da causa majorante contida no parágrafo primeiro, vislumbra-se que aquilo que até então era tratado como figura do crime, passou a atuar como causa de aumento de pena, numa tentativa de aumentar a penalidade ao autor do fato. Entretanto, fugiu ao legislador uma questão crucial desta prática, qual seja, a causa de aumento é unicamente cabível para a retirada da vítima do território nacional, não compreendendo casos de ingresso da vítima no território nacional, para os fins tipificados neste artigo.

De acordo com a doutrina (CUNHA; PINTO, 2017), no tráfico de caráter transnacional, o legislador teria incorrido num erro grosseiro, já que anteriormente à Lei nº13.340/2016, punia-se a conduta que promovesse ou facilitasse a entrada ou a saída da vítima traficada, porém, atualmente, pune-se apenas como tráfico a conduta correspondente à exportação da vítima e não mais a importação dela.

2. A aplicabilidade da norma penal no tráfico de pessoas no Brasil e os bens jurídicos afetados

Há que se ponderar que talvez a principal questão a ser debatida sobre o tráfico de pessoas no Brasil e a tentativa de repressão de tal conduta seja justamente a aplicabilidade da norma penal repressora. O artigo 2º do Protocolo de Palermo é bem claro, ao citar como principais objetivos a prevenção e a proteção do ser humano e seus direitos:

Artigo 2

Objetivo

Os objetivos do presente Protocolo são os seguintes:

- a) Prevenir e combater o tráfico de pessoas, prestando uma atenção especial às mulheres e às crianças;
- b) Proteger e ajudar as vítimas desse tráfico, respeitando plenamente os seus direitos humanos; e

c) Promover a cooperação entre os Estados Partes de forma a atingir esses objetivos (BRASIL, 2004).

Tais objetivos de prevenção e combate ao tráfico de pessoas, em especial mulheres e crianças, proteção e ajuda às vítimas, além de promoção e cooperação entre os Estados, foram amplamente atendidos pela Lei nº 13.344/16, que em seu artigo 5º trouxe o seguinte texto:

Art. 5º A repressão ao tráfico de pessoas dar-se-á por meio:
I - da cooperação entre órgãos do sistema de justiça e segurança, nacionais e estrangeiros;
II - da integração de políticas e ações de repressão aos crimes correlatos e da responsabilização dos seus autores;
III - da formação de equipes conjuntas de investigação (BRASIL, 2016).

O dispositivo transcrito estabelece os meios de repressão ao tráfico de pessoas, entendendo como necessária a cooperação entre os órgãos do sistema de justiça e segurança, no âmbito interno e internacional, assim como a integração de políticas e ações de repressão, além da formação de equipes conjuntas de investigação, o que passa a ser visto com extrema dificuldade de implementação. Conforme identifica a doutrina (CUNHA; PINTO, 2017), uma das maiores responsáveis pela falência do combate à criminalidade no Brasil seria justamente a ausência de integração entre os diversos órgãos componentes do aparelho estatal. Em outras palavras:

A divisão das polícias em federal e estadual e, pior, destas últimas em civil e militar, com os corporativismos e desconfianças mútuas que daí resultam, impede que se estabeleça uma eficaz comunicação entre elas. O isolamento do Poder Judiciário e do Ministério Público, impostos, não raras vezes, pelos próprios membros dessas instituições, é outro fator a conspirar contra a eficiência do serviço público prestado. É necessário instigar uma maior integração entre os operadores do sistema de Justiça. (CUNHA; PINTO, 2017, p. 16/17).

Além da necessidade de integração entre os integrantes do sistema de justiça, na sequência, o artigo 6º estabelece a amplitude da proteção e atendimento à vítima direta ou indireta do tráfico de pessoas, nos seguintes termos:

Art. 6º A proteção e o atendimento à vítima direta ou indireta do tráfico de pessoas compreendem:

I - assistência jurídica, social, de trabalho e emprego e de saúde;

II - acolhimento e abrigo provisório;

III - atenção às suas necessidades específicas, especialmente em relação a questões de gênero, orientação sexual, origem étnica ou social, procedência, nacionalidade, raça, religião, faixa etária, situação migratória, atuação profissional, diversidade cultural, linguagem, laços sociais e familiares ou outro status;

IV - preservação da intimidade e da identidade;

V - prevenção à revitimização no atendimento e nos procedimentos investigatórios e judiciais;

VI - atendimento humanizado;

VII - informação sobre procedimentos administrativos e judiciais.

§ 1º A atenção às vítimas dar-se-á com a interrupção da situação de exploração ou violência, a sua reinserção social, a garantia de facilitação do acesso à educação, à cultura, à formação profissional e ao trabalho e, no caso de crianças e adolescentes, a busca de sua reinserção familiar e comunitária.

§ 2º No exterior, a assistência imediata a vítimas brasileiras estará a cargo da rede consular brasileira e será prestada independentemente de sua situação migratória, ocupação ou outro status.

§ 3º A assistência à saúde prevista no inciso I deste artigo deve compreender os aspectos de recuperação física e psicológica da vítima (BRASIL, 2016).

A principal forma de prevenção e proteção do ser humano é a existência de normas e dispositivos de amparo sérios e aplicáveis, em conjunto com medidas político-sociais responsáveis. A prática do tráfico internacional de pessoas tem como principais vítimas pessoas que não possuem instrução, condições ou perspectivas de melhora, utilizando-se da vulnerabilidade do indivíduo como meio para obtenção de vantagem particular.

Dados do ano de 2002, fornecidos pelo Instituto Europeu para o Controle e Prevenção do Crime, estimam que cerca de 500 mil pessoas são traficadas de países mais pobres para a Europa todo ano, sendo que o Brasil é o país com maior número de mulheres traficadas da América do Sul, possuindo mais de cem rotas de tráfico nacionais e mais de cento e trinta rotas internacionais (PESTRAF, 2002). Utilizando-se da fragilidade social dos países menos desenvolvidos para seu fortalecimento e expansão, favorecida por um sistema de globalização cada vez mais amplo, o tráfico internacional de pessoas encontra rotas que, até então, eram inacessíveis.

A necessidade humana de comunicação e expansão é a mesma que fomenta esse mercado, dando-lhe mais meios e oportunidades de associação para fins

ilícitos. É o exemplo da *deep web*, instrumento altamente tecnológico e de difícil detecção utilizado - também - para comércio de seres humanos e práticas afins, sendo este somente um dos meios estimulados pela sensação de impunidade trazida por um ordenamento excessivamente protetivo ao delincente e sem credibilidade para reprimir e tão pouco prevenir práticas delitivas.

Um detalhe que chama a atenção na Lei sob comento é o crime de tráfico de pessoas não ter sido alçado à condição de crime hediondo, embora as condutas incriminadas atentem à dignidade da pessoa humana. Aliás, a ausência da inclusão de tais condutas na Lei dos Crimes Hediondos fere, de acordo com a doutrina, o princípio da proporcionalidade, pois o tráfico de drogas – crime de gravidade assemelhada, foi equiparado a hediondo (CABETTE, 2017).

Mesmo não sendo considerado um crime hediondo, o artigo 12 da Lei 13.340/2016 incluiu o tráfico de pessoas no rol de infrações penais que recaem no regime extraordinário do livramento condicional, conforme o inciso V do artigo 83 do Código Penal, gerando a seguinte hipótese: em casos de prisão e condenação de um traficante de pessoas no Brasil, tendo ele recebido pena máxima correspondente ao crime na forma simples (8 anos de reclusão, conforme prevê o caput do artigo 149 – A do Código Penal), ficará o agente preso por um período aproximado de 3 anos e 2 meses (2/5 da pena), levando em consideração o fato que, mesmo não considerado crime hediondo, o delito sofre uma restrição relativa àquela categoria de crimes, tendo, após esse período, o direito à progressão de regime.

Em casos de pena inferior à máxima do tipo, tem o agente, se constatada a possibilidade, o direito ao cumprimento de pena em regime inicial semiaberto. Ou seja, um crime de natureza gravíssima que fere um dos fundamentos da República Federativa do Brasil (a dignidade da pessoa humana) e parte dos direitos e garantias fundamentais asseguradas no artigo 5º da Constituição Federal, tem como sanção máxima a reclusão por um período não superior a 8 anos, admitindo um cumprimento de não mais de 2/5 da pena recluso da sociedade. Veja-se:

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

- I - a soberania;
- II - a cidadania
- III - a dignidade da pessoa humana;
- IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;
- V - o pluralismo político.

Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição (BRASIL, 1988)

A referência trazida pelo artigo 1º da Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988, explicita de maneira clássica a idealização do estado democrático de direito que, por sua vez, acaba não sendo respeitado, em sua totalidade. Nesse sentido, o Diretor executivo da UNODC observa que mesmo que a maioria dos países criminalize o tráfico de pessoas, muitas dessas nações não estão em conformidade com as normas internacionais, que proporcionariam proteção integral à população. Em complemento, salientou-se que relatórios destacam o fato de que a impunidade continua sendo um sério problema, tendo em vista que 40% dos países apontaram apenas algumas, ou nenhuma condenação, ao longo dos últimos 10 anos. (UNODC,2014).

Constata-se, então, que a proposta presente nos artigos 6º e 7º da Lei nº 13.344/16 espelha o estabelecido pelo Protocolo de Palermo de forma extremamente acertada no que tange a sua literalidade. Contudo, sem investimentos ou ações concretas para a externalização de seus efeitos, estes tornam-se vagos, comprometendo o acompanhamento necessário que as vítimas e suas famílias carecem por terem sido afetadas por um problema social. Esse problema acaba sendo potencializado pela incompetência do Estado, tanto na sua função básica de oportunizar uma vida digna a todo e qualquer cidadão - como garante a Constituição Federal ao afirmar a igualdade de todos - quanto na sua função de controle social, ao punir de forma ineficiente um grupo de infratores que contribuem para o caos social.

Considerações finais

A observação do sistema de criminalização do tráfico de pessoas no Brasil permite que se observe que o esforço do legislador brasileiro é visível ao apresentar

normas de tamanha relevância, estabelecendo as mais diversas tentativas de combate a essa prática delituosa. O Brasil é considerado pela comunidade internacional um dos países que mais têm se dedicado à implementação de medidas de combate ao tráfico internacional de pessoas. O ponto predominante, e que vem sendo repetido, é a falta de praticidade e eficiência que se dá em decorrência da enorme flexibilidade da norma penal brasileira, que dificulta a punição que cumpriria seu dever social e até mesmo a intimidação do agente que não se sente nem mesmo amedrontado ao praticar uma infração em decorrência da possível pena que possa vir a sofrer.

Uma das premissas do direito penal é a aplicação de uma norma coerente à conduta apresentada, sendo esta capaz de penalizar e ao mesmo tempo reeducar o agente transgressor. Nessa perspectiva, tramita no Congresso Nacional o projeto de Lei nº 3174/2015, que visa abolir o sistema semiaberto do ordenamento jurídico brasileiro, buscando atingir uma menor sensação de impunidade da população para com os condenados no país. Caso esse projeto de lei venha a ser sancionado, impactará de forma direta no tema abordado, tratando de maneira mais adequada a sanção penal aplicada não somente ao tráfico humano, mas em quaisquer outras infrações consideradas graves.

Por ora, vive-se em um país negligente no que concerne à prevenção, obrigando a utilização da repressão como forma de controle social. Conduta essa que é esperada pela comunidade internacional, no que tange a contenção do tráfico de pessoas, após o Brasil se comprometer aos termos estabelecidos no Protocolo de Palermo.

Depreende-se do estudo que, mesmo após as inovações legislativas realizadas, a omissão do Estado Brasileiro permanece, mesmo que de forma tácita. Existem os meios, porém a aplicação deles não permite o resultado esperado, visto que mesmo com incansáveis tentativas de normatização do problema, a ineficiência permanece no método empregado para o cumprimento da pena a ser imposta, em especial, a pena privativa de liberdade.

A confrontação entre a antiga redação do Código Penal Brasileiro com sua lei revogadora, a Lei nº 13.344/16, em complemento com elementos da Constituição Federal e preceitos internacionais firmados por meio de tratados, permite concluir

que há uma enorme discrepância entre norma e realidade no meio que se vive. O Estado Brasileiro, por sua incompetência, apresenta um desequilíbrio, prejudicando o princípio da harmonia entre os poderes, tendo em vista que a busca pela solução do problema seria bem mais simples (ou menos difícil) com uma atuação eficiente e coordenada entre cada um dos Poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário). Faz-se necessária a implementação de políticas sociais realmente voltadas ao cidadão, reduzindo a desigualdade, disponibilizando cultura e instrução para que, aí sim, em casos excepcionais de delitos de natureza grave seja aplicada uma punição severa, em sua correta medida, ao infrator.

Por fim, cumpre observar que as críticas que aqui se apresentam, validadas pela doutrina, por certo acabarão por influenciar a jurisprudência dos tribunais brasileiros que ainda não tiveram tempo hábil para se manifestar sobre a matéria. Por isso mesmo é que o estudo da questão merece um aprofundamento ainda maior, a fim de que se possa pensar na melhor técnica e na melhor aplicação da lei penal em crimes de tamanha gravidade e que impactam de forma tão dolorosa nas sociedades de um modo geral e, em especial, na sociedade brasileira.

Referências

BRASIL, **Código Penal**. Decreto Lei nº2848, de 07 de dezembro de 1940. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm>. Acesso em: 10 abr. 2017.

BRASIL, **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 10 abr. de 2017.

BRASIL, **Pesquisa sobre tráfico de mulheres, crianças e adolescentes para fins de exploração sexual comercial no Brasil**, 2002. Disponível em: <http://www.childhood.org.br/wp-content/uploads/2014/03/Pestraf_2002.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2017.

BRASIL, **Protocolo de Palermo. Decreto nº 5.017, de 12 de março de 2004**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5017.htm>. Acesso em: 10 abr. 2017.

BRASIL, [LEI Nº 13.344, DE 6 DE OUTUBRO DE 2016.](#)

Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/L13344.htm>. Acesso em: 10 abr. 2017.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Governo Federal.

Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas. 2017. Disponível em:

<<http://www.justica.gov.br/sua-protecao/trafico-de-pessoas/leia-mais/leia-mais>>
Acesso em: 10 abr.2017.

CABETTE, Eduardo Luiz Santos. Tráfico de Pessoas. Migalhas. Informativo nº Publicado em 11 jan. 2017. Disponível em:

<<http://www.migalhas.com.br/dePeso/16,MI251624,91041->

[Trafico+de+pessoas+Artigo+149+A+CP](#)>. Acesso em: 26 jun. 2017.

CUNHA, Rogério Sanches. PINTO, Ronaldo Batista. Tráfico de Pessoas. Lei nº 13.344/2016 comentada por artigos. Salvador: Juspodivm. 2017.

OIT – Organização Internacional do Trabalho. **Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas no Brasil (2004-2011): Avaliações e Sugestões de Aprimoramento de Legislação e Políticas Públicas.** Projeto de Combate ao Tráfico de Pessoas (GTIP) - Brasília: OIT, 2012.

PIOVESAN, F. Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional. 15.ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

UNODC, **Global Report on Trafficking in Persons**, 2014. Disponível em:

<https://www.unodc.org/documents/data-and-analysis/glotip/GLOTIP_2014_full_report.pdf>. Acesso em: 10

GÊNERO E VIOLÊNCIA EM SÃO LUIZ GONZAGA

Daniela da Silva Colbeck²⁵
Sonia Bressan Vieira²⁶

RESUMO

O artigo apresenta resultados das atividades realizadas no primeiro ano de trabalho do projeto - Gênero e Violência: direitos humanos também para as Mulheres. O projeto se propôs a dar visibilidade à problemática de violência de gênero em São Luiz Gonzaga, tendo como objetivo pensar e debater sobre a questão de gênero e violência contra a mulher, seu papel na sociedade contemporânea e os direitos a ela assegurados, mas não efetivados na totalidade. A questão/problema que moveu esta pesquisa foi identificar o perfil da mulher em situação de violência, as formas de ocorrência, abrangência e como podem juntos, gestores públicos, instituições, cidadãos e cidadãs buscar alternativas de combate e prevenção a esse tipo de violência. O estudo esteve alicerçado nos conceitos gênero, mulher e violência numa concepção teórica formulada na visão de Joan Scott, Georges Duby, Michelle Perrot e Michel Foucault, entre outros. A metodologia de trabalho envolveu pesquisa de natureza quali/quantitativa, com pesquisa bibliográfica exploratória quanto aos objetivos, e de campo quanto aos procedimentos. A pesquisa permitiu atingir o objetivo traçado tendo mobilizado não apenas a comunidade acadêmica, mas, sobretudo, a comunidade como um todo, na busca de alternativas contra a violência de gênero.

Palavras-chave: Gênero. Mulher. Violência.

ABSTRACT

The article presents results of the activities carried out in the first year of the project - Gender and Violence: human rights also for Women. The project aimed to give visibility to the problem of gender violence in São Luiz Gonzaga, aiming to think and debate on the issue of gender and violence against women, their role in contemporary society and the rights they have secured, but not implemented in all. The issue / problem that moved this research was to identify the profile of women in situations of violence, the forms of occurrence, scope and how together, public managers, institutions, citizens and citizens seek alternatives to combat and prevent this type of violence. The study was based on the concepts gender, woman and violence in a theoretical conception formulated in the vision of Joan Scott, Georges Duby, Michelle Perrot and Michel Foucault, among others. The work methodology involved a qualitative / quantitative research, with an exploratory bibliographic

²⁵ Acadêmica do 2º semestre do curso de Direito da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI – São Luiz Gonzaga). Grupo de Pesquisa: Política, educação e cidadania. PIIC/URI. E-mail: danielacolbeck@hotmail.com

²⁶ Doutora em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS) e professora do curso de Direito da URI - São Luiz Gonzaga. E-mail: soniabressanvieira@gmail.com

research regarding the objectives, and the field of procedures. The research made it possible to reach the goal set by mobilizing not only the academic community, but above all the community as a whole, in the search for alternatives against gender violence.

Keywords: Gender. Women. Violence.

1 Introdução

O artigo versa sobre os resultados da primeira fase da pesquisa Gênero e Violência contra a Mulher em São Luiz Gonzaga, a qual teve como foco a questão problema: como ocorre esse tipo de violência no município, com que abrangência, causas e como podem juntos gestores públicos, instituições, munícipes-cidadãos e cidadãs buscar alternativas ao combate e diminuição da violência contra as mulheres. Esta investigação teve como objetivo geral, pensar e debater sobre a questão de gênero e violência contra a mulher, seu papel na sociedade contemporânea e os direitos a ela assegurados, mas não efetivados na totalidade.

Para alcançar os objetivos traçados, realizaram-se ações distintas, à luz de orientações e do referencial teórico que embasou o projeto, com renovação já aprovada, e envolveram uma metodologia de pesquisa bibliográfica exploratória quanto aos objetivos, e de campo quanto aos procedimentos, compreendendo fases e subfases. Ocorreu ainda, a efetiva pesquisa dos dados, análise e interpretação; constituição da comissão interdisciplinar – Rede de Proteção à Mulher – formada por instituições da comunidade/universidade, que vieram dar maior visibilidade à questão de gênero, na universidade e nos diversos meios sociais, contribuindo para a solução do problema proposto.

2 A questão mulher, gênero e violência

No universo acadêmico não são poucos os estudos e pesquisas que demonstram que o tema “mulher” foi utilizado como investigação acadêmica nas últimas décadas do século XX, tendo a década de 70 sido marcante nesse sentido. Porém, observa-se que esta categoria de estudo foi, a partir dos anos 80, cedendo lugar a um novo olhar nas pesquisas, intensificando-se nos anos 90 uma nova

categoria de análise denominada “gênero”. Nesse sentido, abriram caminho as feministas americanas que, de forma contundente, começaram a resistir o enfoque biológico, com fundamento nas diferenças de sexo, efusivamente utilizado até então, nos estudos sobre mulher. O novo enfoque -gênero- dado aos estudos e buscas levam ao entendimento das relações de gênero na sociedade numa perspectiva espaço-temporal trazendo também, subentendidas em seu âmago, questões de poder (BRESSAN VIEIRA, 2001, p.54).

Nesse contexto, observa-se que, através dos tempos, a questão da violência contra as mulheres, denominada “violência de gênero” a partir dos anos 90, tem sido frequente como tema de estudos acadêmicos nos seus mais variados ângulos e faces: doméstica, psicológica, física, conjugal, através do assédio sexual, entre outras. No entanto, é notório que, apesar das investidas, os índices de violência permanecem assustadores em nosso país sendo reconhecido nas últimas décadas como uma questão de saúde pública pela Organização Mundial da Saúde.

O movimento feminista, em especial a partir das décadas de 60 e 70, tem promovido uma série de ações contra esse tipo de violência no Brasil. Entre elas, GROSSI comenta que

a campanha “Quem ama não mata” foi um dos primeiros slogans do movimento feminista no final dos anos 70 (slogan que até virou título de minissérie da TV Globo), quando feministas foram às ruas para protestar contra alguns assassinatos de mulheres cometidos por seus maridos, companheiros, namorados ou amantes. Foi em outubro de 1979, no julgamento do playboy Doca Street pelo assassinato de sua companheira milionária Ângela Diniz, que ocorreram pela primeira vez manifestações contra a impunidade em casos de assassinatos de mulheres por seus maridos. Na época, os argumentos utilizados pela defesa permitiram ao assassino merecer uma pena mínima de dois anos com sursis. De vítima, Ângela Diniz passou a ser acusada de “denegrir os bons costumes”, “ter vida desregrada”, ser “mulher de vida fácil” etc. (1994, p. 374).

A autora ressalta, ainda, a criação da Comissão Violência contra a Mulher, a criação de instituições que atendessem às vítimas de violência e, a criação do SOS Mulher sendo que, na década de 80, é instituído o Dia Nacional de Luta contra a violência a Mulheres, entre outras providências. No entanto, admite Grossi, foram iniciativas de combate à violência que tiveram vida curta (1980-1983). Porém, continua a pesquisadora, em 1985 importante contribuição ocorre nesse sentido,

uma vez que “fruto da pressão do movimento feminista, começam a serem criadas as Delegacias de Mulheres, que hoje existem em todo o país, mudando com isto o quadro de atendimento os quais, de militantes se tornaram profissionais” (1994, p.475). Assim, além de policiais, foram introduzidas, nestes órgãos, assistentes sociais, psicólogas, etc.

Assim, apesar das iniciativas, o constatado foi que as mulheres não denunciavam os agressores fato que até os dias de hoje, acontece. Nos anos 90, prossegue Grossi, ocorre “a introdução de uma nova instituição no quadro da luta contra a violência conjugal: a criação dos albergues, projeto que já existia desde o início dos anos 80 baseado em modelos similares dos Estados Unidos, França e Inglaterra” (1994, p.476). Isto ocorre, reforça a pesquisadora, à medida que estereótipos e comportamentos sexuais começam a aparecer, em publicações e estudos como a nova categoria de pesquisa - gênero – a qual surge revisitando os estudos acadêmicos, desde a década de 80 (século XX), revolucionando a pesquisa, a extensão e o ensino sobre o tema das relações de gênero e repercutindo também nas questões de combate à violência por ela sofrida.

Por outro lado para Scott, o núcleo essencial da definição de gênero, está no fato de que o mesmo,

repousa sobre a relação fundamental entre duas proposições: o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos e o gênero é um primeiro modo de dar significado às relações de poder (1990,p.14).

Nesse sentido colocado por Scott, que enfoca a categoria “gênero” como capaz de dar significado às relações de poder cabe lembrar o que pensa Foucault sobre o conceito de “poder”, visto por ele, como onipresente; “não porque tenha o privilégio de agrupar tudo sob sua invencível unidade, mas porque se produz a cada instante, em todos os pontos, ou melhor, em toda relação entre um ponto e outro” (1988, p. 89).

E, é com esse olhar que, neste estudo, trabalha-se a questão da violência de gênero-como “um conceito mais amplo” como ressalta Saffioti (2001, p115). Com a visão de “violência contra a mulher,” para além da patriarcado, “envolvendo

mulheres, crianças e adolescentes de ambos os sexos” e as diferentes formas de violência: doméstica, psicológica, conjugal, entre outras realizadas, e que na percepção da autora, são decorrentes das relações de gênero e atos de violência praticados contra a mulher- a forma de violência de gênero mais comum. De acordo com Saffioti:

Ainda que não haja nenhuma tentativa, por parte das vítimas potenciais, de trilhar caminhos diversos do prescrito pelas normas sociais, a execução do projeto de dominação-exploração da categoria social homens exige que sua capacidade de mando seja auxiliada pela violência (2001, p.115).

Concorda-se com o posicionamento de autora quando argumenta que, tanto violência quanto gênero, “são categorias historicamente construídas, ou seja, assim como ser homem ou mulher varia de cultura para cultura em cada momento histórico determinado, a percepção de violência não é única nem universal” (Saffioti, 2001, p.482). Por outro lado, faz-se mister ressaltar o que a autora afirma quanto ao fato de que “o que hoje se considera ‘violência contra a mulher’ foi uma construção histórica do movimento feminista das últimas décadas do século XX.

Por fim, entende-se que apesar dos avanços advindos da Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha) e da Lei nº 13.104/2015 (Feminicídio), neste século XXI, a violência de gênero continua crescendo, consideravelmente, nos últimos anos.

Assim sendo, é possível perceber que a violência especialmente a praticada contra a mulher vem se mantendo como um grande problema social. Juridicamente, o Estado brasileiro envolve-se com a temática promulgando leis e taxando diretrizes de combate. Institucionalmente existem órgãos envolvidos em auxiliar a mulher vítima dessa violência e desenvolver programas de prevenção. No entanto, embora existam leis e programas que amparam as mulheres, isso não está sendo suficiente para combater a violência contra a mulher que cresce consideravelmente ano após ano.

3 Estudos e ações da pesquisa

Os resultados apresentados na pesquisa realizada estão relacionados aos objetivos traçados no projeto, bem como na realização das atividades e no cumprimento das tarefas. Neste sentido, em relação ao objetivo geral foram realizadas ações para promover o alcance de objetivos específicos do projeto de Extensão envolvendo a temática - Mulher e Relações de Gênero - tais como alguns pontos a seguir:

a) Oportunizar encontros e espaços plurais e democráticos de discussões, de parcerias e de aproximação, reunindo sociedade civil e atores governamentais democratizando a questão de gênero no município. Entre as ações realizadas para a concretização desse objetivo: Realização da Semana da Consciência Negra, que teve como objetivo, refletir sobre a influência da cultura afro na formação do povo brasileiro e a importância de combater atitudes de racismo na sociedade com ênfase à violência contra a Mulher.

b) Definir estratégias e ações municipais de apoio às questões de gênero. Entre as ações realizadas cita-se: Renovação do projeto “Gênero e Violência: Direitos Humanos também para as mulheres”; participação ativa (coordenação) do Plano Estratégico de São Luiz Gonzaga 2016-2030, com inserção de inúmeras ações/projetos de apoio à mulher em situação de violência no município; e formação de uma equipe interdisciplinar – Rede de Proteção a Mulher.

c) Estimular e realizar atividades de Extensão integrando a Pesquisa à Extensão na URI. Para o alcance desse objetivo foi realizado o Fórum Internacional – Mulheres e Violência de Gênero: Um desafio a sociedade contemporânea, realizado no dia 08 de março de 2017, planejado pelas Instituições integrantes da Rede de Proteção à Mulher. A mesma foi instalada através do projeto de pesquisa, de forma integrada, participativa e coletiva com o objetivo de refletir sobre a questão de gênero através de palestras com integrantes de diversas universidades, debates e relatos de experiências vivenciadas na busca de alternativas de combate e diminuição da violência contra a mulher, contribuindo para a proposição de ações de intervenção a realidade constatada.

d) Revisar e atualizar dados municipais sobre violência de gênero. As ações realizadas envolveram: elaboração de instrumentos de coleta de dados utilizando uma abordagem metodológica quanti-qualitativa. Quantitativamente, foi estabelecida uma linha base que possibilitou indicadores satisfatórios do que está posto e qualitativamente a técnica de investigação social será composta por entrevistas individuais semiestruturadas, com perguntas objetivas e dissertativas, já organizadas em instrumentos próprios e prontos para serem aplicadas no segundo ano do projeto.

O primeiro instrumento foi aplicado na instituição/órgão-Posto da Mulher que integra a DPCA – Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente, que contém os dados referentes à violência contra a mulher em São Luiz Gonzaga, envolvendo faixa etária, etnia, estado civil, escolaridade, tipo de violência, entre outros.

Ressalta-se que, na construção dos referidos instrumentos, bem como sua aplicação e posterior análise, interpretação e divulgação de dados coletados levou-se em conta, e se teve como princípio básico a observância da ética na pesquisa realizada e preservação de sigilo, nos casos solicitados, conforme Resolução CUN/466/2012.

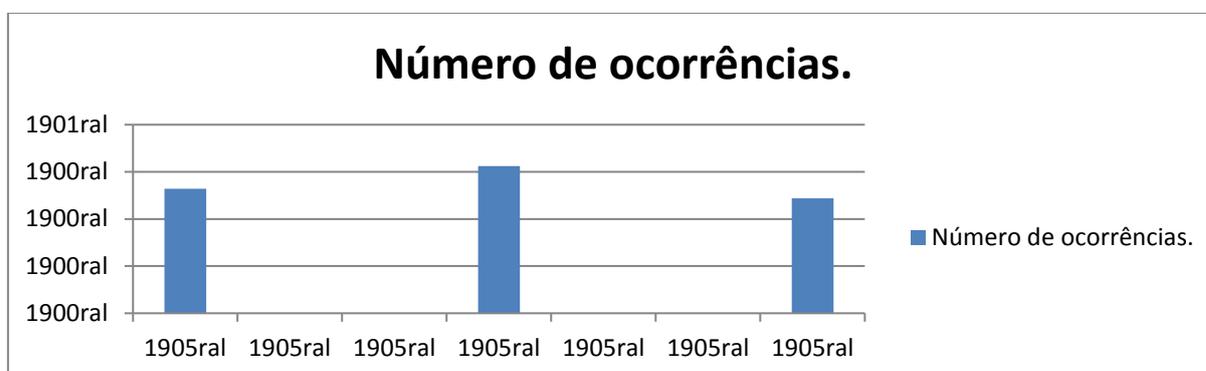
e) Proceder de forma coletiva e participativa, análises dos números relativos à violência de gênero no município. A ação relacionada a este objetivo envolveu um exaustivo trabalho (realizado de fevereiro até julho de 2017) de pesquisa nos registros da DPCA constante de coleta dos dados, após a primeira entrevista realizada com a delegada do órgão. A metodologia utilizada nesta fase envolveu pesquisa de campo com realização de coleta de dados dos registros de violência contra a mulher na DPCA de São Luiz Gonzaga (Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente – Posto da Mulher). A busca constou de uma análise consubstanciada dos mesmos de acordo com os itens, subitens e classificações respectivas os quais, a seguir, estão expostos.

4 Resultados da coleta de dados

Para a coleta de dados foram estabelecidos critérios como a comparação dos dados dos anos de 2010, 2013 e 2016, a fim de se evidenciar a diminuição ou aumento de determinados casos. Ademais, para a organização da coleta foram estabelecidas 11 tabelas com os seguintes itens: número de ocorrências, perfil da mulher agredida (faixa etária, estado civil, etnia declarada, local de residência, escolaridade), ocorrência (responsável pelo registro, tipo de violência registrada) e perfil do agressor/acusado (faixa etária, estado civil, etnia declarada, escolaridade).

No tocante ao número de registros ocorridos nos anos de 2010, 2013 e 2016 observou-se:

Gráfico 1 - Ocorrências: número.

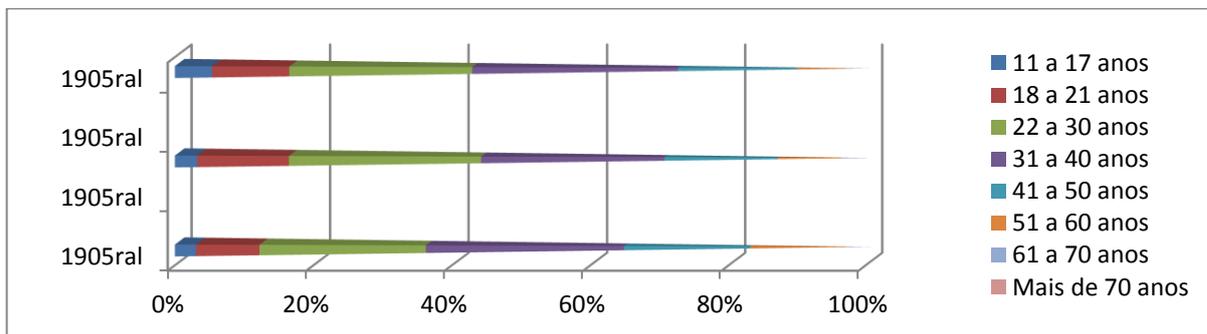


Fonte: DPCA São Luiz Gonzaga.

No ano de 2010, foram registradas 264 ocorrências de violência contra a mulher; em 2013 houve um aumento, atingindo 312 ocorrências; já no ano de 2016 foram registradas 244 – a menor taxa dos três anos.

Em relação ao perfil da mulher agredida, no tocante a faixa etária utilizou-se no instrumento 08 tipos de faixa etárias: 11 a 17anos, 18 a 21 anos, 22 a 30 anos, 31 a 40 anos, 41 a 50 anos, 51 a 60 anos, 61 a 70 anos, mais de 70 anos. E através dessas constatou-se:

Gráfico 2 - Faixa etária.

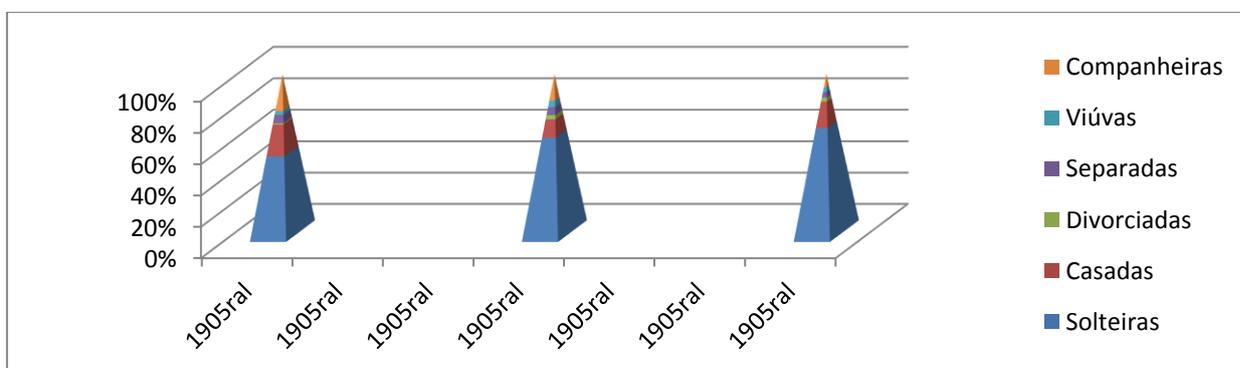


Fonte: DPCA São Luiz Gonzaga.

O gráfico demonstra, que nos anos de 2010 e 2016, a maior parte das mulheres que fizeram denúncia tinha idade entre 31 a 40 anos; já em 2013, a porcentagem maior foi de 22 a 30 anos.

No tocante ao estado civil das vítimas foram feitas 06 categorias: companheiras, viúvas, separadas, divorciadas, casadas e solteiras. Dessa forma, demonstrou-se:

Gráfico 3 - Estado civil.

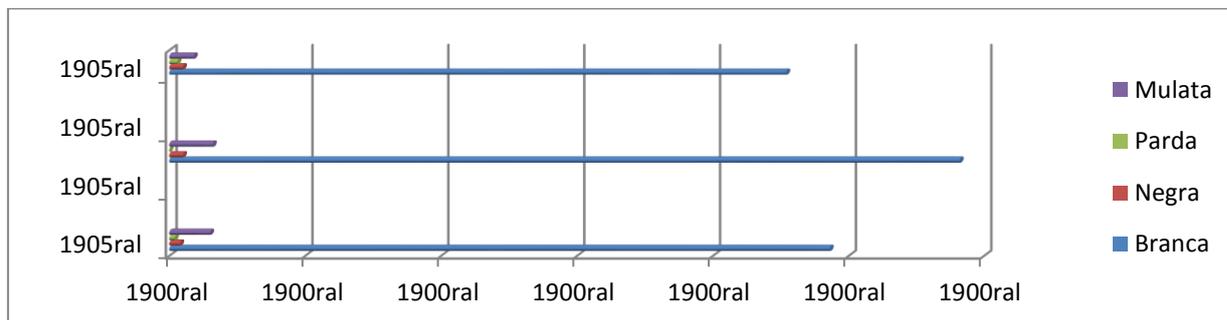


Fonte: DPCA São Luiz Gonzaga.

Nos três anos em que foram coletados os registros, a maior parte das mulheres que sofreram violência eram solteiras.

Em relação à etnia declarada, considerou-se 4 classificações: branca, negra, parda e mulata. Obtiveram-se os seguintes resultados:

Gráfico 4 - Etnia declarada.



Fonte: DPCA São Luiz Gonzaga.

É possível observar que a maior parte dos casos registrados nos anos de 2010, 2013 e 2016 foi de mulheres brancas.

No tocante ao local de residência das vítimas de violência foram utilizados 26 itens, referentes a vilas e bairros de São Luiz Gonzaga tendo se constatado:

Tabela 1 - Local de residência.

LOCAL DE RESIDÊNCIA:	2010	2013	2016
Bairro Agrícola	5	10	7
Bairro Boa Esperança	16	14	10
Bairro Centenário	1	-	2
Bairro da Gruta	26	22	15
Bairro Duque de Caxias	20	36	26
Bairro Frigorífico	3	12	9
Bairro Itapevi	1	5	2
Bairro Monsenhor Wolski	9	2	-
Bairro Presidente Vargas	13	5	9
Bairro Raimundo Gomes Neto	-	-	-

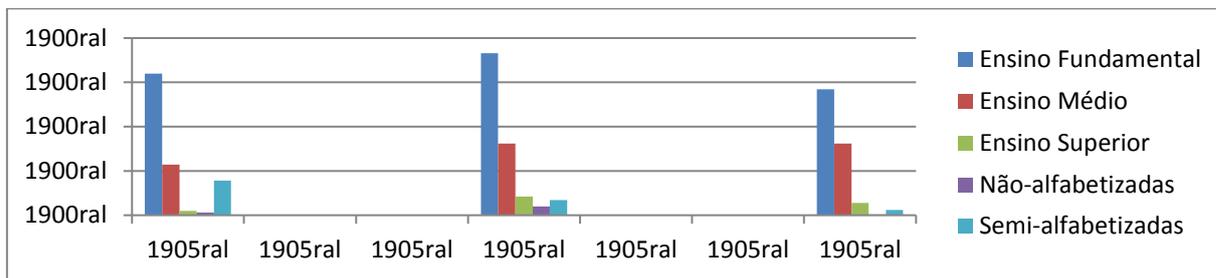
Centro	55	60	46
Cohab	5	2	6
Vila Auxiliadora	6	14	10
Vila Ferrari	-	2	-
Vila Floresta	22	27	11
Vila Harmonia	9	9	9
Vila Jauri	3	6	9
Vila Joaquim Nascimento	10	8	7
Vila Loureiro	8	14	12
Vila Marcos	1	2	4
Vila Mário	19	17	7
Vila Paz	14	16	16
Vila Trevo	3	3	1
Vila Trinta	15	19	17
Vila União	-	7	9
Núcleo Argentino Perim	-	-	-

Fonte: DPCA São Luiz Gonzaga.

Nos dados do ano de 2010, a residência das mulheres vítimas de violência com maior incidência foram, respectivamente, Centro, Bairro da Gruta e a Vila Floresta. Em 2013 foram Centro, Bairro Duque de Caxias e a Vila Floresta. Já no ano de 2016 foram Centro, Duque de Caxias e Vila Trinta. Sendo assim, é evidente que, em todos os anos, predominou o Centro como o bairro em que ocorreram mais casos de violência contra a mulher.

Em relação à escolaridade das mulheres, usou-se 05 classificações: ensino fundamental, ensino médio, ensino superior, não-alfabetizadas e semialfabetizadas. Foi possível observar:

Gráfico 5 - Escolaridade.

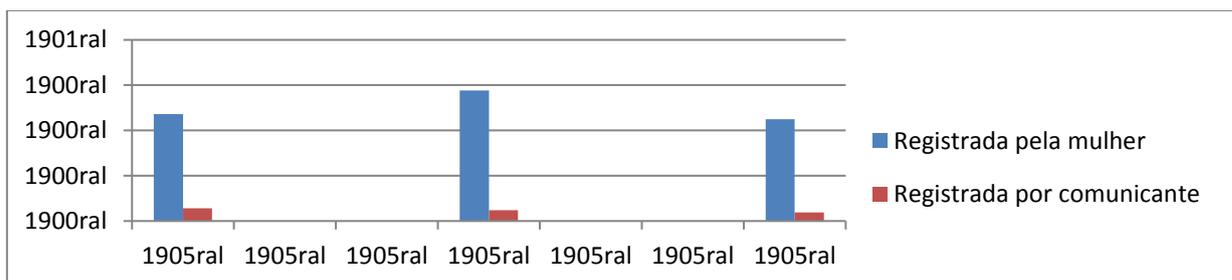


Fonte: DPCA São Luiz Gonzaga.

Nos anos de 2010, 2013 e 2016, a maior parte dos registros eram de mulheres que tinham apenas o ensino fundamental.

No tocante ao responsável pelo registro foram utilizadas duas formas: pela mulher ou por comunicante. Constatou-se:

Gráfico 6 - Autoria do registro.

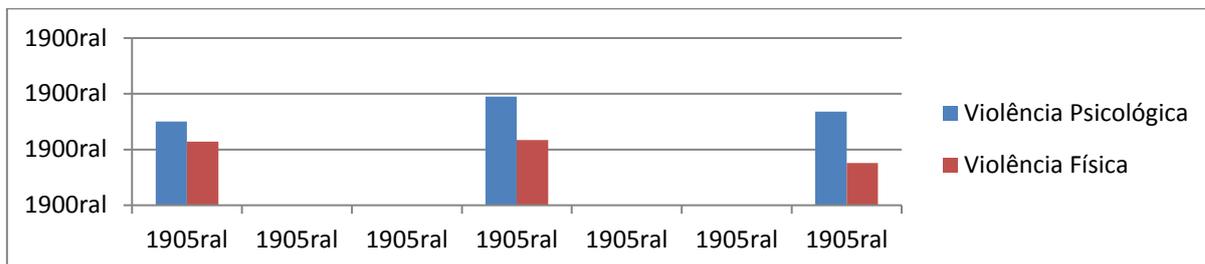


Fonte: DPCA São Luiz Gonzaga.

Como se observa, a maior parte dos registros de ocorrência foi de autoria das próprias vítimas, nos três anos de coleta.

Em relação ao tipo de violência usaram-se duas classificações: física e psicológica. Assim sendo, notou-se:

Gráfico 7 - Tipo de violência.



Fonte: DPCA São Luiz Gonzaga.

Nos anos de 2010, 2013 e 2016, a maior parte das ocorrências registradas foram de mulheres vítimas de violência psicológica (ameaça, intimidação, abuso emocional).

Em relação aos agressores, de acordo com os dados coletados nos três anos, a maioria deles apresenta o mesmo perfil da vítima: solteiros, brancos e com ensino fundamental. Entretanto, no ano de 2010 e 2013, a maioria está na faixa etária entre 31 e 40 anos; já no ano de 2016, a maior parte possui entre 22 a 30 anos.

Durante a leitura e coleta dos dados várias mulheres vítimas relatavam ameaças de morte pelo término de relacionamento e alguns agressores/acusados além das ameaças invadiam a residência das vítimas e causavam danos.

Em certos casos as mulheres não pediam medidas protetivas, apenas *gostariam de registrar a denúncia por receio de uma desestabilização familiar afetar os filhos.*

Muitas mulheres relataram que *o parceiro ficava agressivo após o consumo de bebidas alcoólicas e alguns faziam uso de drogas*, fazendo com que a relação ficasse insuportável a ponto de se fazer o registro.

5 Considerações Finais

Os resultados explícitos neste trabalho atenderam a questão problema da pesquisa realizada que pretendeu elucidar o como ocorre, com que abrangência,

bem como causas da violência contra a mulher em São Luiz Gonzaga – dados coletados e analisados, os quais, serão justapostos aos resultados que serão coletados na segunda etapa do trabalho – entrevistas com mulheres vítimas de violência e com lideranças de Instituições comunitárias/órgãos que compõem a Rede de Proteção à Mulher possibilitando complementar a resposta da questão relacionada ao como podem juntos – gestores públicos, instituições, munícipes cidadãos e cidadãs bem como - buscar alternativas ao combate e diminuição da violência contra as mulheres.

Salienta-se, no entanto que, em relação à última parte da questão problema sem dúvidas pode, desde já, considerar-se atendida uma vez que as ações e projetos, relacionados às discussões do Plano Estratégico Municipal 2016-2030, foram construídas ao longo de dois anos - 2015/2016 (Documento coordenado pela URI - São Luiz Gonzaga).

Porém, no segundo ano do Projeto, aprofundar-se-á a discussão, com as ações previstas, continuidade com aplicação das entrevistas com lideranças bem como com mulheres violentadas buscando alternativas de combate e diminuição da violência contra as mulheres e ações efetivas e práticas inter-relacionadas ao Projeto de Extensão – Núcleo Interdisciplinar de Estudos sobre Gênero.

Além do aspecto, acima focado, salienta-se que o objetivo geral, desta pesquisa foi atingido plenamente, tendo conseguido mobilizar não apenas a comunidade acadêmica, mas, sobretudo, a comunidade como um todo, não apenas com a formação da rede de Proteção à Mulher, mas inserindo em pauta de discussão, a questão de gênero, de forma mais ampla – a nível de planejamento municipal.

Assim, esta pesquisa contribuiu e continuará colaborando com a universidade – em especial a URI São Luiz Gonzaga, com sua função de ser importante colaboradora e responsável por promover debates e colocar em pauta os problemas enfrentados pela sociedade, para que o acadêmico deixe a instituição consciente desta problemática à luz de orientações e de referencial teórico que o embasa.

Referências

a) Obras

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I: A vontade de saber**. Trad. de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro, Graal, 1988.

GROSSI, Miriam Pilar. **Novas/Velhas violências contra a mulher no Brasil**. Revista Estudos Feministas. Ano 2, 2º semestre 1994.

SAFFIOTI, Heleieth de I.B. **Contribuições feministas para o estudo de violência de Gênero**. Cadernos Pagu. (16), p.115-136, 2001

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. Educação e Realidade. Porto Alegre. 1990.

VIEIRA, Sonia Bressan. **As Organizações de Mulheres no Rio Grande do Sul**. Dissertação de Mestrado.UNISINOS. 2001.

b) Legislações

BRASIL.**Lei Maria da Penha. Lei nº 11.340**, de 7 de agosto de 2006. Dispõe sobre a violência doméstica e familiar contra a mulher. Presidência da República. Brasília,DF,2006.

_____. **Lei nº 13.104**, de 9 de março de 2015. Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos. Presidência da República. Casa Civil.9 de mar de 2015.

MILTON HATOUM: LE REGARD DU CHRONIQUEUR²⁷**Brigitte Thiérion²⁸**

[...] le hasard et l'imprévu ne sont-ils pas également importants pour l'écriture et dans le destin de l'écrivain²⁹?

La chronique, si populaire sur la scène littéraire brésilienne et si naturelle sous la plume des écrivains que l'on a pu faussement leur en attribuer la paternité, résiste à la caractérisation en dépit de son apparente simplicité. Davi Arrigucci Jr souligne sa liaison étroite avec le temps et sa profondeur : « *elle tisse, écrit-il, la continuité du geste humain sur la toile du temps*³⁰ ». Les chroniques réunies par Milton Hatoum dans le recueil *Um solitário à espreita* (2013) explorent cette relation au temps et à la mémoire personnelle, culturelle et sociale. Il s'agit d'un thème de prédilection chez l'auteur de *Relato de um certo Oriente* (1990), invité à devenir chroniqueur malgré lui et qui avoue avoir pris goût à l'exercice si particulier de ce type d'écriture placé sous « haute contrainte » du fait de sa périodicité et de la rigidité de son format.

Si, comme l'affirme Jorge Sá (1985), la décontextualisation des chroniques a une incidence sur leur signification, elles s'intègrent néanmoins à une œuvre et participent à sa cohérence. En explorant cette perspective, nous chercherons à faire dialoguer l'écrivain et le chroniqueur.

Les quatre articulations de l'ouvrage, empruntées à des chroniques, peuvent être lues comme des clés de lecture esquissant de vagues unités thématiques. *Dança da espera* est la première. La chronique-titre met en avant l'ambivalence du destin. Une certaine nostalgie émane du récit qui explore une veine mémorialiste. Bien qu'elle résulte d'un travail de fictionnalisation, elle peut être classée dans ce que l'auteur nomme en préambule : des « *recortes de memória* », des récits fragmentaires présentés comme autobiographiques. Avec ses camarades, l'écrivain-enfant y tient le rôle de « *voyeur* ». Repris dans différentes chroniques, ce terme qualifie la posture du chroniqueur : à la fois dans l'action et hors champ. Ses sens,

²⁷ Ce travail a été présenté dans le cadre du Colloque : *Imprensa, história e literatura: o jornalista /escritor - Presse, histoire et littérature : le journaliste/écrivain* organisé à Rio de Janeiro, du 04 au 08 août 2014, par la Fundação Casa de Rui Barbosa et l'Université Rennes 2 / Chaire Sérgio Buarque de Holanda / ERIMIT.

²⁸ Université Sorbonne Nouvelle-Paris 3/ CREPAL.

²⁹ [...] “o acaso e o imprevisível não são igualmente importantes para a escrita e para o destino de um escritor?” (HATOUM, 2013 : 183) Les traductions en français des citations ont été réalisées par mes soins.

³⁰ [...] “Ela tece a continuidade do gesto humano na tela do tempo”. (ARRIGUCCI, 1987 : 51)

en éveil, captent l'insolite dans le quotidien pour en saisir l'essence. La deuxième partie, *Escorpiões, suicidas e políticos*, réunit des chroniques polémiques inspirées pour la plupart par une critique politique et sociale et un retour sur l'histoire récente de la dictature. *Adeus aos corações que aguentaram o tranco* traite avec humour de l'écriture et de ses artifices, et dénote la place de choix concédée à la littérature. Enfin, *Dormindo em pé com meus sonhos* souligne les effets du passage du temps ; l'auteur y exprime la nostalgie de la jeunesse et la part de rêve latente qui, à tout âge, nourrit l'envie de vivre.

Territoires de la mémoire

[...] ma mémoire, ce vaste fleuve sans rives³¹

La régularité imposée par le rythme des publications invite le chroniqueur à une exploration intime où s'exprime sa subjectivité. Ce travail d'archéologie lui fait retrouver des anecdotes et des personnages qui le ramènent à son paradis perdu :

Chaque écrivain choisit son paradis. L'enfance, un paradis perdu à jamais, peut être réinventée par la littérature et l'art. Mais on trouve aussi des vestiges de l'enfer dans le passé et cela aussi intéresse l'écrivain³².

L'ambivalence de la vie constitue un préalable à la construction romanesque. *Dança da espera* (HATOUM, 2013 : 21-23) rapporte le drame qui coupe court à l'idylle clandestine entretenue par une de ses voisines d'enfance que son allure, sa vie de recluse et sa carnation rousse singularisent sous les tropiques au point qu'il la décrit comme « *une dissidence anthropologique*³³ ». La disparition tragique de son amant, victime d'un accident d'avion, brise la magie du rituel qui les réunissait le samedi soir et interrompt la danse qui ponctuait leurs rencontres discrètes et romantiques. La réalité implacable vient ici chasser le rêve, et souligne l'obscénité des regards enfantins qui, tout-à-coup, surprennent la détresse de la jeune femme. Mais l'histoire ne s'arrête pas là, empruntant un ton plus neutre et anecdotique, elle suggère que la vie a plus d'un tour dans son sac ! Ménageant ses effets, l'écrivain livre bien des années plus tard, le dernier chapitre d'une vie romanesque qui

³¹ "Minha memória, esse vasto rio sem margens". (HATOUM, 2013 : 83)

³² "Cada escritor elege seu paraíso. E a infância, um paraíso perdido para sempre, pode ser reinventada pela literatura e a arte. Mas há também vestígios do inferno no passado e isso também interessa o escritor". (HATOUM, 2013 : 180)

³³ [...] "uma dissidência antropológica". (HATOUM, 2013 : 21)

s'achève dans la plénitude d'un amour accompli. L'espoir est donc permis au bout de l'attente même si le bonheur se conjugue avec une certaine banalité.

Comme dans de nombreuses chroniques qui composent ce recueil, deux temporalités se superposent par la voix du chroniqueur et à travers le prisme de ses souvenirs. La mort, l'amour et la solitude, thèmes éternels s'il en est, figurent parmi les thèmes récurrents qui composent l'ouvrage.

La chronique rappelle en particulier le souvenir des êtres chers disparus. Parmi ceux-ci, formant sa lignée matriarcale, sa mère et sa grand-mère. Elles incarnent ses racines orientales et des sentiments exprimés pudiquement de manière biaisée. Ces chroniques donnent une tournure autobiographique à la fiction. Toutefois, le chroniqueur nous recommande la prudence et souligne le caractère fantasque et les contradictions du processus créatif. Ce n'est pas en vain qu'il rappelle dans *Elegia para todas as avós* que la grand-mère de Gabriel Garcia Marques était une adorable vieille dame, très différente de l'horrible grand-mère de la belle Erendira³⁴. Cependant, la fiction se nourrit aussi de la réalité et de ses enseignements : « *Les mots d'une grand-mère finissent dans les pages d'un livre*³⁵ ».

L'enfance appartient au souvenir que le temps transforme. Si la remémoration ré-enchant le passé, elle est aussi l'heure du bilan et de la prise en compte du présent. Serait-ce cela l'enfer dont parle le narrateur ? Sans doute, car le présent est associé à la désillusion, à la révolte et à l'amertume.

Margens secas da cidade (HATOUM, 2013 : 61-64) illustre cette opposition entre le paradis et l'enfer, hier et aujourd'hui. L'idée est contenue dans le titre. L'eau si emblématique des souvenirs d'enfance du narrateur, lorsqu'il évoque la capitale amazonienne, a fait place à l'aridité. Les *igarapés* asséchés décrivent la transformation de la ville, conséquence d'une croissance anarchique et de l'expansion de la misère urbaine vers la périphérie, à la suite du boum démographique provoqué par l'installation de la Zone Franche dans les années 1970.

Le personnage principal est un vendeur ambulancier, un *caboclo* venu de la forêt. Il figure l'altérité et la diversité des cultures amazoniennes. Avec son panier rempli de fruits, sous lequel sa tête disparaît, il incarne l'étrangeté, l'abondance et la générosité. Son lien avec la forêt est si intime et explicite que l'enfant l'associe à un être mythologique, un faune. Plus tard, l'adulte le compare aux compositions d'Arcimboldo. Ces perceptions fantastiques soulignent son apparence hors norme. La mélodie de sa voix, énumérant des fruits aux consonances exotiques, évoque des

³⁴ Garcia Marques G., *L'Incroyable et triste histoire de la Candide Erendira et de sa grand-mère diabolique*, [1972] Paris : Grasset, 2003.

³⁵ "As palavras de uma avó terminam nas páginas de um livro". (HATOUM, 2013 : 59)

scènes d'enchantement mythique. Les mots et leurs sonorités se gravent dans sa mémoire enfantine, comme la marque profonde de l'hybridité de sa culture d'origine, au point qu'« *il n'a jamais cessé de les entendre partout où il est allé et où il a habité*³⁶ ». L'homme lui apparaît en rêve à Lima, transformé en *homme-forêt*, puis à chacun de ses séjours à Manaus où il lui adresse une salutation fraternelle : « Ça va, frère³⁷ ». La chronique se poursuit au présent : le temps de la déchéance. La transformation est introduite par un silence, une phrase tronquée. Le narrateur interrompt son salut à l'adresse de l'homme, car il ne connaît pas son nom. Il prend alors conscience de l'invisibilité sociale de celui qui est pourtant l'âme de la ville, cet être essentiel qui la rendait habitable. Plus tard, sa disparition entérine la fracture entre la ville et la forêt. Il le retrouve enfin par hasard dans un quartier périphérique misérable : « *Homme-tronc*³⁸ », muet, le regard vide ; il figure un monde agonisant. Il est : « *un survivant que la mort guette sur les rives asséchées de la ville*³⁹ ». La déchéance et la relégation évoquées dans cette chronique font écho à des scènes évoquées dans les romans *Cinzas do Norte* (2005), *Relato de um certo Oriente* (1989) ou *Órfãos do Eldorado* (2008). Ce sont les représentations d'un monde imprégné par la culture amérindienne, aujourd'hui en phase de désintégration. Les chroniques plaident pour la préservation d'une mémoire sociale et d'un patrimoine culturel dont la diversité est en péril.

Territoires de l'ironie

Les sarcasmes de l'auteur recèlent une vision pessimiste :

On dit que la nouvelle bibliothèque de Brasília a été inaugurée sans livres. Serait-ce une métaphore de la tête de nombreux politiques ? Ou de l'époque que nous sommes en train de vivre⁴⁰ ?

Dans cette chronique, où l'écrivain se réfère au conte de Marcel Schwob « Paolo Ucello, peintre⁴¹ », le recours à la métaphore exprime de manière subtile une critique devant la faillite d'un projet utopique et généreux. La recherche de la perfection architecturale, qui a animé la conception de Brasília, selon lui, a évincé

³⁶ « [...] que nunca mais deixei de ouvir por onde andei e morei ». (HATOUM, 2013 : 61)

³⁷ « E aí, mano ». (HATOUM, 2013 : 63)

³⁸ « O homem era só tronco ». (HATOUM, 2013 : 63)

³⁹ « [...] sobrevivente que que a morte espreita nas margens secas da cidade » (HATOUM, 2013 : 63).

⁴⁰ « Dizem que a nova biblioteca de Brasília foi inaugurada sem livros. Será uma metáfora da cabeça de muitos políticos ? ou do tempo que vivemos ? » (HATOUM, 2013 : 94).

⁴¹ SCHWOB M., « Paolo Ucello, peintre ». *Vies imaginaires* (1896).

l'essentiel, la dimension humaniste, suggérée par l'image des oiseaux, ces habitants du Brésil, ces bâtisseurs, relégués à la périphérie de la capitale. Cette belle idée généreuse aurait-elle été différente si le Brésil n'avait pas traversé de longues ténèbres ? – s'interroge-t-il.

Affonso de Romano Sant'Anna affirme la liberté du chroniqueur : « *Le chroniqueur est le plus libre des rédacteurs d'un journal. Il peut être subjectif. Il peut (et doit) parler à la première personne sans honte. Son 'je', comme celui du poète, est un je d'utilité publique*⁴² ».

Je sais que 'sous-lieutenant' prend un trait d'union, mais comment nommer la condition dégradante vécue par des millions de Brésiliens : inhumaine ou sous-humaine⁴³?

Le néologisme ne traduit qu'en partie le jeu de mot subtil introduit par Milton Hatoum (« *sub-humana ou subhumana?* »), mais il souligne l'ironie avec laquelle le chroniqueur assume une position critique. Il est ce « *chroniqueur chronique, lié à son époque, [qui] doit être embourbé, malade de son époque, et en même temps planant au-dessus d'elle* » dont parle Affonso de Romano Sant'Anna⁴⁴. Il assume ce « *je* » et délègue aussi cette parole à ses personnages.

Plongé au cœur des événements, le chroniqueur prend de la hauteur pour observer les faits marquants que sa sensibilité d'artiste a le pouvoir de capter. Le rêve et le déplacement temporel assument la fonction de distanciation critique. Le futur, lieu de l'inquiétude, de l'incertitude et des mauvais présages, dénonce le péril encouru par notre monde comme l'exprime ce rêve rapporté sur un ton apparemment anodin :

Une amie m'a racontée l'autre jour qu'elle avait rêvé du futur de nos métropoles et des forêts. 'Ce fut un cauchemar', dit-elle, 'les forêts et les villes n'existaient plus et étaient invisibles. La vision du futur était celle d'un monstre bicéphale : éclipse solaire et déserte'⁴⁵.

⁴² " O cronista é o mais livre dos redatores de um jornal. Ele pode ser subjetivo. Pode (e deve) falar na primeira pessoa sem envergonhar-se. Seu "eu", como o do poeta, é um eu de utilidade pública" (SANT'ANNA, 12/06/88).

⁴³ " Sei que 'segundo-tenente' leva hífen, mas como nomear a condição degradante em que vivem milhões de brasileiros: sub-humana ou subhumana? (HATOUM, 2013 : 191)

⁴⁴ " O cronista é crônico, ligado ao tempo, deve estar encharcado, doente de seu tempo e ao mesmo tempo pairar acima dele ". (SANT'ANNA, 12/06/88)

⁴⁵ " Outro dia uma amiga me contou que havia sonhado com o futuro das nossas metrópoles e florestas.

' Foi um pesadelo', disse ela. 'As cidades e florestas inexistiam e eram invisíveis. A visão do futuro era um monstro bicéfalo : eclipse solar e deserto". (HATOUM, 2013: 135)

Territoires urbains

‘Construire, ce n’est pas isoler ou emprisonner’, dit un vers du poète João Cabral de Melo Neto⁴⁶.

L’image de l’île et de l’encerclement, à travers le mot « *ilhar* » utilisé par le poète, est une allégorie qui renvoie également à l’univers romanesque de Milton Hatoum : *A Cidadeilhada* (2009) et *Órfãos do Eldorado* (*Orphelins de l’Eldorado*). Si historiquement, elle évoque l’utopie liée à la période de la découverte et de l’exploration de l’Amazonie, chez le romancier elle traduit surtout la perte, le désenchantement, l’exil et la mort qui sont les conséquences de son action prédatrice sur l’environnement et de la concentration dans des ensembles urbains inhospitaliers.

Devant le recul des espaces arborisés qui lui ont inspiré des images fortes, telles celles contenues dans le titre de son roman *Cinzas do Norte* (2005) (*Cendres d’Amazonie*), devant l’invasion du béton, l’écrivain, architecte de formation redevient le citoyen et pousse un cri d’alarme. Il condamne sévèrement les politiques d’aménagement de la ville, motivées par le seul profit et critique une société qui dédaigne ses professionnels. La chronique devient alors tribune pour dénoncer la dévastation d’un patrimoine livré à la sauvagerie, à cause de l’ignorance, de la corruption ; et il s’insurge contre l’impunité⁴⁷. La chronique lutte pour former une conscience citoyenne et préserver un patrimoine menacé, mais aussi pour rendre l’espace urbain habitable en luttant contre les inégalités. Trois villes en particulier apparaissent de manière récurrente.

La vision de Manaus surgit de la superposition de deux temporalités. Le mémorialiste esquisse le portrait de la ville lointaine, isolée et cependant cosmopolite où il faisait bon vivre : « *lieu de splendeur et de décadence cycliques*⁴⁸ ». Elle a cédé la place à une mégapole chaotique et sans âme, génératrice de misère qui lui évoque un monstre : « *Une pieuvre dont les tentacules arrachent la forêt et franchissent le Rio Negro*⁴⁹ ». Elle est emblématique de la transformation désastreuse

⁴⁶ “ Construir, não comoilhar e prender” diz um verso do poeta João Cabral do Melo Neto” (HATOUM, 2013 : 178)

⁴⁷ Le problème de l’absence de conscience citoyenne est particulièrement évoqué dans *Carta a uma amiga francesa* : “ Milhões de pobres tornaram-se consumidores, mas não cidadãos. Uma sociedade de consumo, sem cidadania. Será esse o triste destino da maioria dos brasileiros?” (HATOUM, 2013 : 175) « Des millions de pauvres qui sont devenus des consommateurs, mais pas des citoyens. Une société de consommation, sans citoyenneté. Est-ce là le triste destin réservé à la majorité des Brésiliens ? ».

⁴⁸ “[...] lugar de esplendor e decadência cíclicos”. (HATOUM, 2013 : 24)

⁴⁹ “ A cidade não era esse polvo cujos tentáculos rasgam a floresta e atravessam o Rio Negro”. (HATOUM, 2013 : 24)

du paysage urbain en Amérique du Sud, abusivement présentée comme la rançon du progrès et de la modernité. Le chroniqueur dénonce en particulier les actions entreprises pendant la période de la dictature militaire :

Presque toute l'architecture historique de nos villes a été dévastée [...] Le mépris de la nature et de la mémoire de nos villes s'est accru à partir des années 60, quand l'industrialisation et la croissance urbaine ont connu un développement accéléré et chaotique⁵⁰.

Brasilia demeure indissociable de la dictature, de ses premiers engagements et de l'expérience traumatisante d'une détention qui lui fit perdre à jamais son innocence (HATOUM, 2013 : 54). Elle occupe une place à part dans la mémoire affective de l'auteur qui tantôt la rejette, tantôt lui témoigne un attachement profond.

São Paulo, enfin, constitue un nouveau port d'attache. Puis, il évoque les villes de ses voyages : Buenos Aires a su conjuguer modernité et respect du passé à ses yeux : « *C'est une ville splendide, au cœur d'une Amérique si désagrégée, si misérable et décadente*⁵¹ ».

Il est aussi le citoyen du monde qui a vécu dans diverses capitales : Paris et Barcelone, deux des villes européennes qui ont marqué sa vie, sont associées au voyage et à l'exil. Elles engendrent la nostalgie à mesure que le temps en estompe le souvenir et recrée de l'étrangeté. Ce sentiment affleure dans le titre de la chronique, *Tantos anos depois, Paris parece tão distante* (HATOUM, 2013 : 33) (*Après tant d'années, Paris semble si lointain*).

La fatigue des voyages

Voyager fatigue, pensai-je, alors que je rentrais de Bahia, avec le souvenir de mes amis de Salvador, des étudiants de l'université, de la Baixa do Sapateiro et d'Itaparica⁵².

⁵⁰ “ Quase toda a arquitetura histórica das nossas cidades foi devastada [...] O desprezo à natureza e à memória das nossas cidades se acentuou a partir da década de 1960, quando a industrialização e o adensamento urbano adquiriram um ritmo acelerado e caótico”. (HATOUM, 2013 : 155)

⁵¹ “ É uma cidade esplêndida, no coração de uma América tão desagregada, tão miserável e decaída”. (HATOUM, 2013 : 127)

⁵² “ Viajar cansa, pensei, enquanto voltava da Bahia, com a lembrança dos meus amigos de Salvador, dos estudantes universitários, da Baixa dos Sapateiros e de Itaparica”. (HATOUM, 2013 : 28)

Bien que sa vie soit marquée par la mobilité, le chroniqueur exprime une lassitude et privilégie l'imaginaire comme dépaysement :

[...] à la seule idée de faire de longs voyages j'éprouve une flemme de Macunaíma, [...] je préfère voyager à l'intérieur du Brésil, ou à l'intérieur de moi-même, en lisant des livres qui me transportent dans un autre temps et dans un autre paysage⁵³.

Ce paradoxe s'exprime avec humour dans l'évocation de séjours effectués aux États-Unis, au Canada, en Europe ou dans l'intérieur du Brésil comme : *Um brasileiro em Boston*, *A Barata romântica* ou *Perto das palmeiras selvagen*, trois chroniques dont les titres parodiques sont autant d'hommages discrets qui prolongent un dialogue avec la littérature. Avec l'humour caractéristique de la chronique, l'écrivain exprime son attachement à ses origines : « *Dans l'hiver canadien, j'ai eu la certitude que j'étais un homme des tropiques, qui ne sont pas toujours tristes*⁵⁴ ». Avec le froid, l'absence de chaleur humaine est aussi incriminée. L'évocation de ces voyages sert également de prétexte à ressusciter des personnages qui ont partagé des moments de sa vie.

Portraits : camarades insolites et anonymes

Les chroniques dessinent une cartographie affective incluant des compagnons inattendus : un chat, un perroquet qui lui inspirent une tendresse particulière exprimée avec une pointe d'autodérision. Le perroquet Bonpland, savant et francophile – « *un perroquet francisé car il avait appartenu à ma grand-mère qui s'entretenait avec lui en français*⁵⁵ » – rappelle Strabon, le perroquet-amazone d'Émilie dans *Relato de um certo Oriente*⁵⁶. Ce clin d'œil malicieux qui ravive l'histoire des explorations du territoire amazonien tisse le lien affectif qui relie l'adolescent, transplanté à São Paulo, à sa famille demeurée à Manaus. Comme toutes les chroniques abordant des sujets intimes, elle manie l'humour sur divers plans. Le narrateur y construit un réseau d'associations : l'année de la France au Brésil conduit au perroquet francisé qui suscite l'évocation parodique du conte de

⁵³ « [...] só de pensar em fazer viagens longas me dá uma preguiça macunaímica [...] prefiro viajar para o interior do Brasil, ou para dentro de mim mesmo, lendo livros que me levam para outro tempo e outra paisagem ». (HATOUM, 2013 : 85)

⁵⁴ « No inverno canadense tive certeza de que sou um ser dos trópicos, que nem sempre são tristes ». (HATOUM, 2013 : 148)

⁵⁵ « [...] um papagaio afrancesado, porque pertencera à minha avó, que se comunicava com ele em francês ». (HATOUM, 2013 : 30)

⁵⁶ HATOUM, M., *Récit d'un certain Orient*, trad. C. Fages ; G. Iaculli, Paris : Seuil, 1989, p. 32-33.

Flaubert « Un cœur simple », où le perroquet des Amériques meuble la solitude de la servante exilée de sa province natale ; à son tour l'animal évoque le botaniste français qui voyagea en compagnie de Humboldt en Amazonie au XIX^e siècle. Ainsi, cette boucle exprime à mots couverts le sentiment de solitude de l'adolescent, son attachement à sa famille et à une singularité culturelle un peu surannée, mais aussi la conscience d'un héritage qui le lie à la tradition européenne. Cela fournit le prétexte à un dialogue humoristique et savant avec l'animal dont il tire une leçon de style qui l'incline à préférer : « *ses phrases courtes qui rappelaient l'écriture de Camus, et non les phrases prudentes, sinueuses et labyrinthiques, à la Proust*⁵⁷ ». La chronique incorpore donc une dimension métafictionnelle. Devons-nous comprendre qu'elle se voudrait plus engagée que mémorialiste ?

La mort de l'animal de compagnie, étranger dans le froid de São Paulo, matérialise le sentiment d'exil du narrateur. C'est aussi le destin réservé à son chat qui ne résiste pas à la *saudade* de leur séparation. Ces compagnons expriment ainsi, de manière pudique, les sentiments de déracinement et le désarroi lié au déplacement.

La chronique s'attache également à des figures anonymes. En les plaçant sous les feux des projecteurs, elle en révèle la profondeur dans de micro-récits. C'est le cas de la manucure sans visage (HATOUM, 2013 : 224) qui devient la confidente des turpitudes de ses clients. Nous pourrions la croire blasée devant les bassesses humaines. Cependant, un seul regard qui s'attarde sur elle a le pouvoir de briser la carapace d'indifférence forgée par le quotidien, faisant ressurgir un être sensible, touché par la grâce. La chronique, dans son inachèvement, suggère alors une renaissance possible. Nombreuses sont les chroniques semblables, porteuses d'un sentiment paradoxal, où entre l'espérance dans un futur meilleur et la nostalgie de ce qui aurait pu être...

Territoires poétiques

Les chroniques révèlent l'inclination du narrateur pour la poésie et le texte se charge de lyrisme grâce à des références poétiques émergeant de l'oubli, comme cette vieille carte de visite faisant ressurgir le souvenir d'un poème qu'il lisait autrefois toutes les nuits dans *Cartões de Visita* (HATOUM, 2013 : 70). Parfois, le poème irradie la chronique, lui donnant des ailes pour l'élever du « *rés-do-chão* » (« *rez-de-chaussée* ») comme l'a écrit Antonio Candido (CANDIDO, 1992 : 13-22).

⁵⁷ « [...] frases curtas que lembravam a escrita de Camus, e não frases caudalosas, sinuosas e labirínticas, à la Proust ». (HATOUM, 2013 : 30)

C'est le cas du poème tatoué sur le corps d'une baigneuse, entrevu au cours d'une promenade matinale et qui illumine sa journée :

Je rentrai à la maison, la tête brûlante de tout ce soleil, mais ravi par la lecture de quatre vers gravés pour toujours sur la peau d'une femme. Ce fut le plus beau tatouage de ce matin-là. Et quel poème inoubliable⁵⁸.

Territoires littéraires et questions de genre

'Et un jour, j'ai lu un livre', dit Donato ému⁵⁹.

La littérature possède un pouvoir de sidération et la découverte du livre change le rapport de l'Être au monde et à lui-même. De multiples références littéraires émaillent les chroniques, engageant un dialogue admiratif, critique ou parodique avec les œuvres citées. Elles attestent l'importance de la littérature dans la vie du chroniqueur-essayiste qui s'épanche sur sa relation à la lecture (un refuge) et à l'écriture dont il souligne la fonction réparatrice⁶⁰ :

Quelques années plus tard, loin du Brésil et de ses généraux, censeurs et tortionnaires, j'ai commencé à écrire mon premier roman et j'ai découvert un moyen d'être moins malheureux, de diminuer la souffrance et d'éviter l'abîme de la dépression.

Cette relation à l'écriture apparaît également dans le roman *Relato de um certo Oriente* (*Récit d'un certain Orient*).

Nous ne pouvons pas manquer d'évoquer la délicate question du genre soulevée dans l'introduction : « *Parmi les textes sélectionnés et divisés en quatre sections, nombreux sont ceux qui ont une tournure littéraire. Ils peuvent être lus comme des chroniques, des contes ou de brefs récits mémoriels*⁶¹ ». La question des frontières de genre est un sujet délicat entre tous, car si tout texte se prête à une

⁵⁸ " Eu entrei em casa, a cabeça quente de tanto sol, mas deliciado com a leitura de quatro versos gravados para sempre na pele de uma mulher. Foi a mais bela tatuagem daquela manhã. E que poema inesquecível". (HATOUM, 2013 : 124)

⁵⁹ " 'E um dia eu li um livro' disse Donato emocionado". (HATOUM, 2013 : 200)

⁶⁰ " Poucos anos depois, longe do Brasil e de seus generais, censores e torturadores, comecei a escrever meu primeiro romance e descobri um modo de ser menos infeliz, de mitigar o sofrimento e evitar o abismo da depressão". (HATOUM, 2013 : 92)

⁶¹ "Dentre os textos selecionados e divididos em quatro seções, vários têm um viés mais literário. Podem ser lidos como crônicas, contos ou breves recortes de memória". (HATOUM, 2013 : 9)

systematisation, de par ses ressemblances formelles avec d'autres textes, une certaine mobilité est requise car la classification évolue avec la création dont elle procède, créant des zones de contact (CALUWE : 1995, 149-154). Davi Arrigucci Jr. (1987) avance que le conte se distingue de la chronique par la recherche d'une profondeur psychologique et d'une unité thématique ; à ses yeux, la chronique demeure plus ouverte, composite et superficielle. La réunion de ces textes dans un recueil de chroniques contribue à renforcer cette imprécision. Luís Fernando Veríssimo⁶² aborde la question avec humour et renvoie dos à dos les spécialistes. En effet, pour lui, cette discussion n'est ni du ressort du chroniqueur ni même du lecteur :

La discussion à propos de la nature exacte de la chronique est presque aussi ancienne que celle de la généalogie de la poule. Qu'un texte soit une chronique, un conte ou autre chose, est un aspect qui intéresse les chercheurs en littérature, exactement comme le fait de savoir qui est né le premier, l'œuf ou la poule, cela intéresse les géologues, les généticiens, les historiens et le coq (je suppose), mais cela ne doit préoccuper ni le producteur ni le consommateur. Ni moi ni vous. Je me mets à la place de la poule. Pas de plaisanteries, s'il vous plaît.

La diversité des chroniques illustre le génie créatif des écrivains qui parviennent à faire reculer les limites imposées. J'avancerai deux éléments qui me paraissent significatifs. Le premier consiste à souligner le caractère circonstanciel, la part de hasard à l'origine de la plupart des chroniques ; le deuxième, observe la perméabilité du genre dans les micro-récits qui forment la série de portraits composés dans le style de la chronique intitulée : *Um artista de Shanghai* (HATOUM, 2013 : 48-50).

À la recherche de l'inspiration perdue : hasards et errances

La chronique verse volontiers dans la métfiction. Dans la lignée de ses prédécesseurs, Machado de Assis qui se compare au colibri, ou Luís Fernando Veríssimo à la poule, ou encore Moacyr Scliar⁶³, dissertant sur le manque

⁶² "A discussão sobre o que é, exatamente, crônica, é quase tão antiga quanto aquela sobre a genealogia da galinha. Se um texto é crônica, conto ou outra coisa, interessa aos estudiosos da literatura, assim como se o que nasceu primeiro foi o ovo ou a galinha interessa aos zoólogos, geneticistas, historiadores e (suponho) o galo, mas não deve preocupar nem o produtor nem o consumidor. Nem a mim nem a você. Eu me coloco na posição da galinha. Sem piadas, por favor". (VERÍSSIMO, 2004 : 7-8)

⁶³ "Aprendi a escrever de forma sistemática com ou sem "inspiração", que é uma coisa que às vezes some por muito tempo, deixando o escritor frustrado. Na verdade, o jeito de caçar a inspiração é

d'inspiration, Milton Hatoum aborde les mécanismes de l'écriture. Comme Fernando Sabino, errant désespéré à court d'inspiration⁶⁴, il exprime à diverses reprises et avec humour le vertige de la page blanche et la solitude ontologique du chroniqueur aux aguets qui donne son titre au recueil : *Um solitário à espreita*. Il nous convie à une aventure et revendique l'abandon au hasard qui différencie le chroniqueur du romancier, souvent comparé à un démiurge. Le chroniqueur, se trouve à la merci de l'événement.

Um inseto sentimental fournit un parfait exemple de la sujétion du chroniqueur au hasard. La nouvelle illustre l'art de la digression et du dialogue instauré avec le lecteur, si caractéristiques de la construction de la chronique et qui lui donnent un tour informel. Commencée sur le thème de l'angoisse de la page blanche, la narration dérive à l'aventure, vers l'inconnu ; la présence d'un insecte importun suscite les considérations assassines de l'auteur qui engage une bataille rangée. L'insecte trouve alors refuge sur une boîte de la bibliothèque :

J'allume la lampe, je m'approche de la boîte et je vois mon ex-ennemi au centre d'une vieille photographie. [...] Ma mère m'embrasse un matin de 1960 : nous sommes tous deux blottis sur le banc de la place de la Cathédrale, où elle m'avait amené voir la volière et parler avec les oiseaux⁶⁵.

L'insecte serait-il l'instrument involontaire du destin ? Serait-il doté d'une intelligence de cœur comme le suggère le titre ? La chronique a totalement abandonné le projet initial, une lecture de Gogol, pour faire ressurgir du tréfonds de la mémoire du narrateur, le territoire béni de l'enfance.

Emplie de la magie de cet instant retrouvé, la chute transcende la banalité de la situation initiale. Dans le glissement opéré, lequel des deux, de l'insecte ou du chroniqueur est sentimental ? Cette échappée vers le fantastique donne à la chronique une profondeur lyrique qui révèle son *èthos* poétique. Le chroniqueur,

escrivendo. Palavra puxa palavra, frase puxa frase e de repente lá está a ideia, à nossa espera" (SCLIAR : 2002, p. 13). « J'ai appris de manière systématique à écrire avec ou sans « inspiration », car parfois c'est une chose qui disparaît pour longtemps, laissant l'écrivain frustré. En fait, la méthode pour chasser l'inspiration consiste à écrire. Un mot en amène un autre, une phrase en amène une autre, et tout-à-coup l'idée est là, qui nous attend ».

⁶⁴ Dans « *A última crônica* », l'auteur se décrit, entrant dans un bar, désespéré, après avoir erré sans succès dans la rue, pour y trouver sa matière première : « Je ne suis pas poète et je suis sans sujet. Je jette un dernier regard alentour, là où vivent les sujets qui méritent une chronique ». (SABINO, 1998) ; "Não sou poeta e estou sem assunto. Lanço então um último olhar fora de mim, onde vivem os assuntos que merecem uma crônica".

⁶⁵ "Acendo a lâmpada, me aproximo da caixa e vejo meu ex-inimigo no centro de uma fotografia antiga. [...] Minha mãe me abraça numa manhã de 1960: nós dois aninhados no banco da praça da Matriz, aonde me levava para ver o aviário e conversar com os pássaros." (HATOUM, 2013 : 12)

comme l'écrivain, se révèle être celui qui, avec un art consommé, extrait du fatras quotidien son essence profondément humaine.

Bibliographie

ARRIGUCCI JÚNIOR, Davi. **Enigma e comentário: ensaios sobre literatura e experiência**, São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 5-66.

CALUWÉ, Jean-Michel. Les genres littéraires. In: DELCROIX, Maurice ; HALLYN, Fernand. **Introduction aux études littéraires : Méthodes du texte**, Paris : Duculot, 1995.

CANDIDO, Antonio. "A vida ao rés-do-chão". In: _____. **A crônica: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil**. Campinas: Ed. da UNICAMP; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1992.

CASTRO, Gustavo de ; GALENO, Alex. **Jornalismo e literatura: a sedução da palavra**, São Paulo: Escrituras Editora, 2002.

GOMES, Renato Cordeiro. **O poeta e o cronista: O homem e a letra** (A crônica de Affonso Romano de Sant'Anna), PUC-RJ, 1999.

HATOUM, Milton. **A cidade ilhada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

_____. **Cinzas do Norte**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

_____. **Órfãos do Eldorado**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

_____. **Relato de um certo Oriente**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

_____. **Um solitário à espreita**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

MADEIRA, Ana Maria Gini. **Da produção à recepção : uma análise discursiva das crônicas de Luis Fernando Veríssimo**. Belo Horizonte: UFMG, 2005.

SABINO, Fernando. A última crônica. In: **A Companheira de Viagem**, Rio de Janeiro: Editora Record, 1998.

SANT'ANNA, Affonso de Romano. **O Cronista é um escritor crônico**, texto extraído de **O Globo**, 12/06/88. Apud *Projeto releituras*, acessível em: http://www.releituras.com/arsant_ocronista.asp, acesso dia 10 de julho 2014.

SCLIAR, Moacyr. Jornalismo e Literatura : a fértil convivência, In: CASTRO, Gustavo de; GALENO, Alex. **Jornalismo e literatura: a sedução da palavra**, São Paulo: Escrituras Editora, 2002.

VERÍSSIMO, Luís Fernando. **O Nariz & Outras Crônicas**, São Paulo : Editora Ática, 2004.



URI

Universidade Regional Integrada
do Alto Uruguai e das Missões
São Luiz Gonzaga

